

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



FAZENDA CASCATA. Norte do Paraná.
1.600.000 de pés de café. Proprietário, Sr. Geremia Lunardelli, que se vê em uma de suas costumeiras inspeções. (Vide nota a respeito no texto).

RIO DE JANEIRO — BRASIL

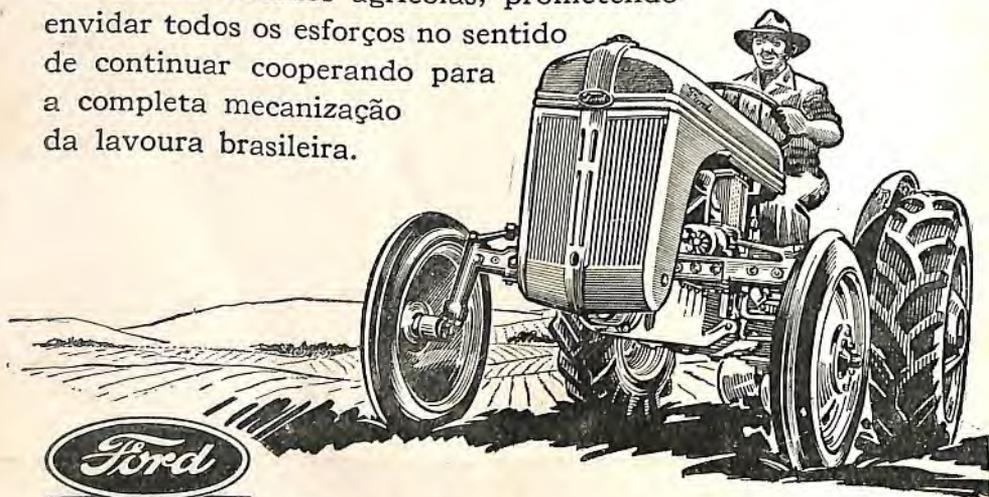
MARÇO - ABRIL, 1950

ANO LIV

1000

TRATORES FORD VENDIDOS desde seu lançamento no Brasil

O ronco dos tratores é hoje um hino de esperança e uma promessa de um futuro melhor. Mil tratores é a contribuição que a Ford nos deu desde o lançamento, em 1949, do famoso Trator Ford, em nosso país. Passo decisivo para a progressiva mecanização da nossa lavoura, êsses mil tratores Ford significam melhor conservação e rendimento do solo, aumento de produção e das fontes de riqueza, abundância... promessa de um futuro melhor! A Ford congratula-se com os agricultores do Brasil por essa oportunidade de contribuir para a modernização dos nossos métodos agrícolas, prometendo envidar todos os esforços no sentido de continuar cooperando para a completa mecanização da lavoura brasileira.



FORD MOTOR COMPANY



Inauguração da *Casa Rural de Mallet* (Paraná), sede da Associação Rural do Município, em 6-12-1949. No momento, é hasteada a bandeira nacional, oferecida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

ma. Abril 1950

S U M Á R I O :

Bases da riqueza da Nação — Prof. Arthur Torres Filho	3
Industrialização da banana — Eng. Agr. Amaury H. da Silveira	5
— Sobre a realização de um Congresso Agrícola na Capital da República	8
Relações intercooperativas — Eng. Agr. Antônio de Arruda Câmara	14
Um Pioneiro: Geremia Lunardelli	17
Cuidemos das bases racionais da agricultura brasileira — Prof. Arthur Torres Filho ..	20
A pasta da Agricultura tem novo titular	25
Ensino agrário ambulante no Estado de Minas Gerais — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	26
O cooperativismo, o conceito de lucro e o petróleo, anteporta da guerra — Fábio Luz F. ^o	28
— Considerações sobre o crédito agrícola no Brasil — Arthur Oberlander Tibau	30
— Progride no Brasil o movimento associativo sob a inspiração do Decreto-lei n. ^o 8.127, de 24-10-1945	33
Tipos de podas das árvores — Eng. Agr. Alder Americano	35
A importância do cereal "Adlay" — Eng. Ind. F. Guilherme Steinemann	37
Normas para combater a raiva dos bovinos — Méd. Vet. Jorge Vaitsman	41
Os trigos do Sul do Brasil — Dr. Jorge Polysú	44
Esquema da Técnica de Planejamento — Severino Sombra	46
Relatório das atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon — Prof. Geraldo Goulart da Silveira	48
Relatório do Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, relativo a 1949	50
Proveitoso o amparo do I.A.A. à lavoura canieira	52
Necessidade de uma nova Política Comercial (Transcrição)	54
Consultas e informações — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	56

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLÁU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE'
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURÍCIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TJADER
ANTONIO BARRETO	—	JOSE' SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSE' SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL NETTO CAMPELO JÚNIOR
DIOGENES CALDAS	—	MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE
DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho;
Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache;
Comissão Central de Preços (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Minis-

tério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

MARÇO - ABRIL DE 1950

BASES DA RIQUEZA DA NAÇÃO

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

- a) — *A riqueza econômica de um país tem por alicerce: os produtos do solo, ou sejam as produções agrícolas e pecuárias convenientemente beneficiadas;*
- b) — *os produtos do sub-solo ou sejam os minerais e sua adequada exploração;*
- c) — *finalmente, a capacidade transformadora do país, seja dos produtos próprios ou dos importados, pelo trabalho das manufaturas ou da grande indústria em geral, com a utilização da energia em grande escala.*

Está evidente fornecerem o solo e o sub-solo os elementos básicos que, quando não são encontrados no território das nações super-industrializadas, dão lugar a disputas nos mercados internacionais. Devemos estar lembrados que, devido à irregularidade na distribuição das matérias primas, vegetais, animais e minerais, vimos surgir o princípio do "espaço vital", que prenunciou a segunda grande guerra. Não seria exagero dizer-se que essa disputa prossegue.

Não apenas na fase pròpriamente manufatora logra-se alcançar o enriquecimento dos povos. No caso do Brasil, por exemplo, ter-se-á que considerar o sentido da sua civilização. E' um país de grande território, em que a agricultura poderá desenvolver-se vantajosamente. Tendo a maior parte de sua população na "interlândia", nêle prevalecem as atividades agro-pecuárias.

A agricultura, a pecuária e a mineração representam forças que, conduzidas com segurança, em bases racionais de exploração, poderão proporcionar elementos de riqueza e alicerces de segura industrialização. Entendo que devemos promover, sem prejuízo da vida do povo, a industria-

lização, mas de mãos dadas com a agricultura, sem nos esquecermos de que dispomos de grande população de baixa capacidade aquisitiva no interior e de um "mercado interno" que deverá constituir sólida garantia do progresso industrial. Prejudicial também será o divórcio entre a produção e o comércio, embora o produtor agrícola tenha legítimo direito a uma remuneração que recompense seu trabalho. A venda em comum, através do cooperativismo sadio, constitui fórmula aconselhável, podendo facilitar bastante a defesa dos interesses gerais sem choques violentos entre as classes.

De outra parte, o consumidor deve receber produtos padronizados que se recomendem pela modicidade dos preços e se revistam de garantias sanitárias. O bom preparo dos produtos nas fontes de origem, seu conveniente beneficiamento e acondicionamento, com facilidade de armazenamento nos centros consumidores (frigoríficos, câmaras de expurgo, silos, etc.) são requisitos indispensáveis a exigir equipamento de que não dispomos suficientemente para que haja boa distribuição dos produtos sobretudo perecíveis nos mercados consumidores.

Importa dizer não se tornar suficiente pensar em "produzir"; será preciso organizar a produção, a circulação, a distribuição e o consumo. Dentro das realidades do momento, tanto produtores como consumidores carecem ser defendidos, removendo-se as causas que concorrem para a depressão econômica, sobretudo a produção dos campos, afetando principalmente os artigos de alimentação e as matérias primas (animais e vegetais).

Estou concorde com aquêles que se mostram alarmados com a queda dos rendimentos das nossas terras por falta de conservação da fertilidade das mesmas. Na verdade, o que se passa no meio rural está

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA**
Diretor

Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART
DA SILVEIRA**
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente

Redação e Administração :

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade
Nacional de Agricultura são responsáveis
pelos conceitos emitidos em artigos assinados

produtor rural quando deixa de produzir certos artigos que não lhe proporcionam lucro e por isso vem engrossar a onda daqueles que se dirigem para os centros urbanos, na esperança de vida mais confortável ou de salários elevados. É certo que o "êxodo rural" para ser devidamente caracterizado, exige a apreciação de elementos estatísticos e de profundas investigações econômicas e ecológicas nas regiões mais caracteristicamente produtoras.

Flutuações nos valores dos produtos agrícolas, sem que haja um preço mínimo garantidor do produto, calculado no custo de produção; sem assistência social, técnica e financeira para os homens da interlândia; sem os atrativos naturais oferecidos pelos centros urbanos para os homens do campo; o grande surto industrial do país verificado durante a guerra nas cidades; obras públicas de vulto; o desenvolvimento anormal até há pouco verificado nas construções civis; dificuldades e deficiências dos meios de transporte; a falta, na proporção necessária, de financiamento a longo prazo, em base hipotecária e não apenas para o custeio de safras, mas para a colonização beneficiando o pequeno produtor; a inexistência de legislação que facilite acesso mais fácil à posse da terra, permitindo a formação da pequena propriedade, são fatos que traduzem a necessidade de uma "política agrícola nacional" bem articulada sem a qual não poderemos preparar futuro tranquilo para a nacionalidade.

a exigir a máxima atenção dos poderes públicos. Fenômeno idêntico tem sido observado em outras nações.

Possivelmente nos defrontamos com fenômenos econômicos e financeiros que constituem o complexo da vida brasileira no momento. É natural o retraimento do



COMPANHIA AMERICA FABRIL

ESPECIALIDADES EM TECIDOS FINOS



VERIFIQUEM NA OURELA DOS NOSSOS
TECIDOS O NOME

AMERICA FABRIL

INDUSTRIALIZAÇÃO DA BANANA

Amaury H. da Silveira
Eng. Agrônomo

BANANADA

Para o fabrico da bananada devem-se escolher frutos maduros, limpos e sãos. Descascar à mão ou por meio de facas de bambú ou de aço inoxidável. Picar as bananas, colocar num tacho de cobre, juntar 700 a 800 gramas de açúcar para cada quilo de massa e cozinhar em fogo moderado, mexendo constantemente com uma colher de pau até atingir o "ponto". Este conhece-se praticamente pela consistência da massa, tomando uma pequena amostra para ser resfriado em um prato ou quando a massa ao ser agitada deixa ver o fundo do tacho. Atingida a consistência desejada, a bananada é colocada em fôrmas de madeira retangulares e desmontáveis, em lugar arejado para esfriar. Finalmente a bananada pode ser embrulhada em papel impermeável para ser guardada. Pode-se também embalar em latas chatas, de pouca profundidade, o que se faz logo que a massa é retirada quente do tacho, sendo esfriada destampada.

BANANA PASSA

Para o fabrico da banana passa pode-se lançar mão de dois processos:

- a) secagem ao sol
- b) secagem em estufa

Na secagem ao sol o processo consiste em:

- 1 — Descascar a banana bem madura;
- 2 — Cortar a banana em pequenos pedaços, longitudinalmente ou conservá-la inteira; usar faca de madeira, osso ou aço inoxidável, porém deve ser evitado o metal;
- 3 — Colocar em esteiras de bambú ou taboleiros de madeira;
- 4 — Deixar ao sol durante 1 a 12 dias, até que a umidade da banana atinja a 15%; recolher à noite e evitar que apanhe chuva.

Este processo dá produto escuro, de consistência coriácea, e com gosto de banana cozida.

Na secagem em estufa o método é semelhante:

- 1 — Descascar a banana bem madura;
- 2 — Cortar longitudinalmente ou deixar inteira;
- 3 — Mergulhar numa solução de ácido sulfúrico a 3%;
- 4 — Espalhar a banana sobre os taboleiros, ou sejam prateleiras da estufa;
- 5 — Secar na estufa a 65 e 70° C durante 8 a 10 horas.

Variedade empregada

Prata é melhor. Há quem desaconselhe a nantica.

Rendimento

12 a 20% sobre a fruta fresca.

BANANA CRISTALIZADA

1 — Preparo da fruta

Escolha banana madura, porém não amolecida; Descasque e conserve a fruta inteira.

2 — Primeira fervura

Ferva a banana em xarope feito com 3 partes volume de água 1 parte de volume glicose, durante 15 a 25 minutos, evitando que a fruta se desmanche. Depois, deixe a banana no xarope em repouso durante 24 horas em recipiente de louça, ágata ou outro conveniente.

3 — Segunda fervura

Retire o xarope, colocando a banana em peneira de taquara. Prepare uma mistura de partes iguais de açúcar de cana e glicose, misturando bem.

Reconhece-se o final da secagem quando as fatias

se engruvinham, tomando aspecto córneo e ficam brilhantes, muito duras, a semelhança da sola de sapateiros quando seca.

Os métodos de secagem são:

- a) secagem ao sol
 - b) secagem em estufa
 - c) secagem no vácuo
- a) — A secagem ao sol é a mais simples e a mais imperfeita. O processo é moroso, as fatias ficam sujeitas a ação do tempo, sujidades, formação de bolores, etc.; requer muito espaço para os tabuleiros e ainda que sejam recolhidos todas as tardes.

A secagem deve ser rápida, entre 8 a 20 horas, para evitar escurecer demais o produto.

- b) — A secagem em estufa é melhor que ao sol. A temperatura começa entre 25-30° C e vai até o máximo de 50° C, durando a operação 8 horas.

Há vários tipos de estufa para esse fim, como o secador Ryder de ar quente, cujo maior inconveniente está em não poder regular perfeitamente a temperatura, que não deve passar de 60° C, para evitar parcial transformação do amido em destriana.

- c) — a secagem a vácuo é a ideal, pois é rápida, dando produto claro e bem desidratado, especialmente nos aparelhos de vácuo moderno.

O processo no entanto, é oneroso e destina-se às grandes instalações.

Para obtenção de fatias completamente brancas as bananas sofrem tratamento preliminar em uma solução a 1% de ácido cítrico. Pode-se também decolorar as fatias secas com gás sulfuroso nas grandes instalações, não ultrapassando a dose permitida.

4 — Trituração das fatias secas

Depois de completamente secas, as fatias são trituradas em moinhos pequenos manuais na pequena indústria ou em trituradores como os de Champonnois e América.

5 — Peneiragem

A peneiragem da farinha bruta separa a fécula das fibras contribuindo assim para obtenção de um produto bem uniforme.

A operação é feita em peneiras comuns de jôgo ou em peneiras rotativas, de 100 a 120 malhas por polegada quadrada, para obtenção de um fino. O resíduo da peneira é a semelina de banana.

6 — Acondicionamento

É feito em sacos, latas, bem fechadas, barricas, caixas de madeira forrada com papel impermeável ou celofane.

A farinha de banana bem acondicionada conserva-se por longo tempo.

7 — Rendimento

100 quilos de banana verde dão 50 quilos de polpa, que depois de seca, se reduz a 20-30 quilos de farinha de banana, com cerca de 70% de amido.

Característicos da farinha de banana

A farinha de banana é de sabor agradável, levemente adocicado, tem cheiro de banana, principalmente quando fresca, e possui cor levemente escura, dependendo do processo, variedade empregada, etc.

Trata-se de um alimento rico, delicado, de alto valor nutritivo e de fácil digestão, sendo mesmo indicado para crianças, velhos e enfermos.

A média de análises procedidas pelo prof. Jayme Rocha de Almeida, de cujo excelente trabalho tiramos este resumo, deu o seguinte resultado:

Unidade a 110° C	16,42
Matéria graxa	2,25
Matéria proteica	3,49

Junte a mistura ao xarope anterior até que o mesmo fique com 35 a 40 graus Brix. Na falta do sacarômetro de Brix, junte 1 parte de mistura em volume para cada 4 partes de xarope. Coloque a banana novamente nesta mistura e ferva durante 2 a 3 minutos. Deixe repousar mais 24 horas no recipiente próprio.

4 — Fervuras subsequentes

Peneire para retirar o xarope cada 24 horas. Junte a mistura de açúcar e glicose em dias sucessivos até aumentar o grau Brix a 50, 60, 70 e 74. Na falta do sacarômetro proceda como anteriormente, usando a proporção de 1 para 4 e repita diariamente até que o xarope tome a consistência do mel de abelha.

Ferva o xarope e a fruta juntos diariamente durante 2 a 3 minutos. Deixe em repouso novamente.

5 — Repouso no xarope final

Deixe repousar a fruta no xarope final de 74 Brix (consistência de mel) durante 2 semanas pelo menos. Se durante o repouso aparecer o mais leve sinal de fermentação ou mófo, aqueça a fruta e o xarope durante 2 a 3 minutos; se aparecerem cristais de açúcar aqueça até dissolvê-los.

6 — Secagem

Mergulhe a fruta rapidamente em água quente e peneire o xarope aderente.

Coloque em taboleiro de madeira e seque bem ao sol ou em estufas próprias e temperatura de 50 a 55° C. Embale após secagem perfeita.

FARINHA DE BANANA

A melhor variedade para a fabricação de farinha de banana é a banana pera, figo ou marmelo, por ser a mais rica em amido.

A colheita dos cachos é feita quando as bananas adquirem o máximo desenvolvimento, mas ainda completamente verdes. A banana madura possui menos amido, empasta no enfatiamento, demora a secar e dá fatia coriácea. Durante a colheita e o transporte é preciso evitar machucar a banana, o que concorre para escurecimento da farinha. Os cachos são pendurados em varais em local seco e ventilado.

O processo de fabricação de farinha de banana compreende as seguintes operações:

1 — Descascamento

A separação das cascas é feita com canivetes ou faca de níquel, osso, madeira, bambú, ou aço inoxidável, pois o ferro combina-se com o tanino, escurecendo a farinha.

Para facilitar a retirada da casca é necessário submeter-se a banana verde a ação de água quente, em temperatura nunca acima de 80° C, durante 4 a 5 minutos, com o que a casca sai sem arrancar a polpa.

Esta operação deve ser feita colocando-se as bananas numa cesta de bambú ou araxe zincado que é então introduzido na água quente em panela de barro ou tacho de cobre.

Depois deixa-se esfriar para soltar a casca e proceder ao descascamento manual. Há máquinas de alumínio que executam o descascamento com perfeição.

2 — Esfatiamento

Na pequena indústria o corte da polpa em fatias é feito com as facas usadas no descascamento. O processo é moroso e tem lugar em mesas bem limpas, sendo cada banana cortada em 6 a 8 rodela (1 a 3 cm. de espessura).

Existe um pequeno aparelho que retira a parte central da banana e portanto as sementes que tornam a farinha escura.

Nas instalações modernas o esfatiamento é mecânico, sendo as fatias cortadas uniformemente, o que muito facilita a secagem.

As fatias cortadas são colocadas em taboleiros de madeira, taquara ou bandejas para serem submetidas à secagem.

3 — Secagem das fatias

A secagem tem por fim reduzir a água até 15%, ou menos, a fim de que as fatias sejam trituradas.

Amido	68,87
Glicose	1,25
Sacarose	2,06
Celulose	2,12
Cinza (principalmente potássio)	3,78

LICOR DE BANANA

Ingredientes

250 grs. de açúcar
250 cm3 de água
250 cm3 de álcool de 95 G. L.
4 bananas água bem maduras.

Modo de fazer

- 1 — Esmagar bem as bananas,
- 2 — Deixar em infusão no álcool durante 15 dias mexendo diariamente.
- 3 — Coar em flanela,
- 4 — Fazer o xarope,
- 5 — Juntar a infusão ao xarope frio,
- 6 — Engarrafar.

VINAGRE DE BANANA

Existem duas fases distintas na fabricação do vinagre de frutas:

- a) fermentação alcoólica
- b) fermentação acética

Fermentação alcoólica

- 1 — Esmagar as bananas descascadas;
- 2 — Colocar num barril de madeira ou tina bem limpos, evitando contato de metais;
- 3 — Adicionar fermento selecionado alcoólico em tabletes, em grânulos ou cultura líquida;
- 4 — Deixar fermentar, tendo-se o cuidado de remexer diariamente a massa ou o líquido e depois cobri-los com um pano para evitar entrada de insetos;
- 5 — Separar o suco da massa, depois de terminada completamente a fermentação alcoólica, isto é, quando cessar a efervescência e consequentemente produção de gás carbônico; geralmente depois de uma semana a fermentação alcoólica está terminada e a massa pode ser filtrada em filtro (coador) de flanela ou então prensada para extrair o suco fermentado, que então se chama vinho.

Fermentação acética

- 1 — Construir uma vinagreira, tipo barril deitado;
- 2 — Lavar com vinagre forte;
- 3 — Fazer em uma vasilha em separado uma mistura de 1 parte de vinagre forte para 4 de vinho anteriormente obtido pela formação alcoólica;
- 4 — Colocar a mistura acima na vinagreira até metade do barril;
- 5 — Verificar ao fim de uma semana de absoluto repouso se houve formação de uma película vulgarmente chamada mãe do vinagre;
- 6 — Determinar, de tempos em tempos, o aumento da acidez de líquido, pelo gosto, pelo cheiro forte, etc., evitando romper a película superficial;
- 7 — Filtrar em flanela, no fim de 3 a 6 meses;
- 8 — Engarrafar e guardar ou então usar.

O Banco do Estado de São Paulo

por intermédio de sua

Agência do Rio de Janeiro

RUA DA ASSEMBLÉIA N.º 31,

oferece ao respeitável comércio desta praça
um serviço bancário perfeito e eficiente.



Depósitos - Empréstimos
Descontos - Cambio - Cobranças
Transferências - Títulos



MATRIZ: Praça Antonio Prado n.º 6

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico BANESPA

Caixa Postal, 789

Sobre a realização de um Congresso Agrícola na Capital da Republica

A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo dirigiu à Sociedade Nacional de Agricultura, em 9 de fevereiro dêste ano, o officio seguinte:

"Ilustríssimo Senhor Presidente:

1. Na raiz das nossas dificuldades econômicas e sociais incontestavelmente avulta o problema da fraca produtividade do trabalho nacional, que se agrava e nos oprime como séria ameaça, à medida que se normaliza o comércio mundial no após guerra, e o país se prepara para os embates de uma concorrência que, segundo tudo indica, será implacável.

2. No campo da economia agrícola o problema se torna cada vez mais agudo, acompanhando a diminuição da produtividade do trabalho a curva descendente da fertilidade das nossas terras. Ora, o único meio capaz de aumentar essa produtividade é a racionalização do trabalho. A adoção de melhores técnicas é o caminho capaz de conduzir ao barateamento dos preços, ao aumento das rendas e dos salários em consequência, à elevação geral do teor de vida.

3. Os trabalhos de investigação científica no campo da pesquisa e da experimentação, desenvolvidos nos laboratórios e estações experimentais dos nossos departamentos de agricultura, constituem, hoje, um acervo de conclusões de aplicação imediata tudo, no entanto, escassamente utilizado ou, pelo menos, insuficientemente aproveitado pelo agricultor. Tal fato importa o reconhecimento de que a organização do fomento pelos departamentos de agricultura não emparelha e segue a da investigação científica.

4. O problema da introdução de melhores técnicas no meio rural é, na verdade, complexo e não pode ser encarado de forma unilateral. A análise dos fatos, corroborada pela experiência, vem evidenciando ser o esforço orientado no sentido da recuperação da riqueza agrícola inseparável da recuperação do homem, ou seja que as atividades do fomento agrícola e da assistência ao homem rural são, de tal sorte entrelaçadas e interdependentes, que não seria fácil estabelecer linha divisória entre uma e outra.

5. Tal problema pode ser melhor evidenciado de frente a estas perguntas.

- a) Como inculir no lavrador, naquê que exerce profissionalmente a agricultura, novos hábitos, nova técnica de trabalho?
- b) Como atingir o meio rural, modificando de forma duradoura as suas condições?

6. A resposta à primeira pergunta repousa no seguinte postulado de ordem psicológico-educacional: o problema de inculir no lavrador novos hábitos, novas práticas de trabalho, aumentando o seu rendimento é complexo e exige, como condição básica, a sua própria colaboração, pois só é possível assistir, ensinar e educar aquele que deseja ser assistido, ensinado e educado. Dêste modo, a primeira etapa, por assim dizer de qualquer plano de fomento e assistência, visa criar estímulos, mobilizar psicologicamente o homem do campo transformando-o, de elemento passivo, sem estímulos, em agente de ação, desejoso de progresso e aperfeiçoamento.

7. Quanto á segunda pergunta, como atingir o meio rural, o ponto de partida é considerar o homem rural tal como existe na realidade. Com efeito, o que existe não é o agricultor, encarado sob o angulo exclusivamente profissional, e sim o Homem — o homem chefe de familia, o homem religioso, o homem profissional, o homem dotado de certo grau de instrução e educação, o homem com problemas de alimentação e saúde, o homem residente numa certa localidade, pertencente esta, de sua vez, a uma comunidade mais vasta.

8. Em síntese, multifôrme e complexa a realidade rural, só a abordamos si a soubermos surpreender simultâneamente pelos seus diversos ângulos. Dentro desse pensamento básico, é, portanto, a família e não o individuo isolado, o centro de convergencia de todo o esforço educativo.

9. Lançadas estas premissas é licito concluir, afirmando, com toda segurança, serem inocuas as medidas isoladas. Somente a ação conjugada dos Departamentos de Agricultura, de Educação e Saúde, e em cooperação com a iniciativa privada,

devidamente organizada, é capaz de desenvolver trabalho eficiente de fomento e assistência no meio rural.

10. Dentro desta ordem de ideias esta entidade decidiu sugerir à Sociedade Nacional de Agricultura a organização de um congresso, a realizar-se na capital da República, sob os auspícios das forças representativas da produção agrícola de todos os Estados, e com o patrocínio do Ministério da Agricultura.

11. Com o objetivo de reunir maior número de elementos interessados e de técnicos, entramos em contacto com as entidades congêneres e órgãos oficiais, a quem temos solicitado apoio e a colaboração para este movimento de recuperação da produtividade nacional, cujo plano de ação vai delineado no ante projeto de temário que tomamos a liberdade de incluir como sugestão e base para a fixação das linhas diretrizes que nortearão os debates e os estudos do conclave.

Na certeza de que Vossa Senhoria compreenderá o alto significado desta iniciativa, aguardando a manifestação dessa Sociedade, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe os protestos de nossa alta estima e consideração:

Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo. — a) **Iris Meinberg**, Presidente."

TEMÁRIO

I — Contribuição da Sociologia na explicação e solução dos problemas rurais.

II — Planejamento de organizações agrícolas em geral. Sugestões.

III — O Fomento Agrícola. Conceito. Organização. A cooperação. O agrônomo regional. A agente de economia doméstica. Os especialistas do Fomento. Os supervisores. A divulgação agrícola. Planos de trabalho; relatórios e medição de resultados.

IV — Os métodos de Fomento Agrícola. Análise dos diversos métodos. A Educação dos adultos. O processo de transmissão dos conhecimentos do ponto de vista psicológico. A recreação rural. A liderança rural; formação dos líderes; escolha e treinamento dos líderes.

V — Relações entre o Fomento e outras organizações. O Fomento repousa na cooperação. Ação conjunta dos Departamentos de Agricultura, Saúde e Educação. As equipes de trabalho de Fomento e As-

sistência Médica e Educacional Rurais. As formas de cooperação entre a iniciativa privada e as equipes de Fomento e Assistência Médica e Educacional Rurais.

VI — Departamento de Saúde. Seu programa de Assistência Rural.

VII — Departamento de Educação. Seu programa de Assistência Rural.

VIII — O associativismo rural. As finalidades das associações rurais: cooperação e acordos com o Fomento e a Assistência Médica e Educacional Rurais. Grupos organizados de produtores rurais. Os líderes rurais.

IX — Os clubes agrícolas. Formação da juventude rural. Organização dos clubes. Formação de líderes. A Educação da juventude influenciando os adultos. Organizações correlatas.

X — Os clubes femininos. Organização das mulheres rurais. As líderes rurais.

XI — A expansão do crédito pessoal baseada numa organização adequada de Fomento e Assistência ao meio rural.

XII — Fiscalização e classificação de produtos agrícolas. As diversas funções. Relações com o Fomento.

XIII — Seguros agrícolas. As formas existentes e novos planos.

XIV — Análise das diversas etapas na concretização deste plano. A primeira etapa. Sua inédita execução.

ANÁLISE DO TEMÁRIO

I — Contribuição da Sociologia na explicação e solução dos problemas rurais.

1. Primeira necessidade: **compreender** as "formas" em jogo (nisso a Sociologia pode contribuir patentemente):

1. Papel da tradição na persistência de técnicas antigas herdadas através dos pais e avós.

2. Desilusão com o sistema de "marketing" e preços que estão levando o homem rural à decisão de "plantar só para o gasto".

3. Papel, na mobilidade para fora das zonas rurais, da:

a. falta de equilíbrio entre a população, de um lado, e os recursos do habitat, juntamente com as técnicas para sua utilização, do outro

b. atração da vida da cidade e dos salários da indústria na

- migração para a cidade que está despovoando as zonas rurais
4. Circunstâncias que dificultam o melhoramento com respeito às técnicas:
- a. o peso da tradição e costume
 - b. atitudes do homem rural para com o homem da cidade: papel da desconfiança
 - c. atitudes do homem rural para com o govêrno: papel da suspeição

II. Conhecimentos sociológicos que se podem aproveitar a fim de lidar eficazmente com a situação de melhorá-la:

1. Papel, na introdução e difusão de novas técnicas, na comunidade em apreço
 - a. do prestígio por parte
 - 1) da pessoa, ou pessoas, que estão introduzindo a nova técnica
 - 2) dos primeiros lavradores a experimentá-la
 - b. da sugestão inconsciente exercida
 - 1) dentro da família por seus membros
 - 2) dentro do sistema de compadrio por seus membros
 - c. da compreensão e, baseada nessa compreensão, da utilização dos conhecimentos sociológicos sôbre:
 - 1) simbiose e consenso
 - 2) contatos primários e secundários
 - 3) grupos primários e secundários
 - 4) solidariedade e individualização
 - 5) socialização da criança e todo o processo da transmissão cultural da velha para a nova geração
 - 6) sugestão e imitação
 - 7) "rapport"
 - 8) "cultura de folk" e "mundo mental"
 - 9) os desejos:
 - a) de correspondência
 - b) de consideração
 - c) de novas experiências
 - d) de segurança

10) atitudes:

- a) o seu papel no comportamento individual e social
- b) a sua natureza
- c) os meios pelos quais se mudam

11) mudança social

II — Organização de Departamentos de Agricultura.

III — O Fomento Agrícola; conceito; funções.

Organização geral do Fomento Agrícola. A organização dos Serviços de Extensão em outros países. A organização do Fomento em nosso meio.

A cooperação. O Fomento repousa na cooperação.

A escolha dos agentes de Fomento. Sua preparação e treinamento. Cursos e Estágios. Reuniões periódicas.

A organização municipal. Auxiliares, séde, etc.

O agrônomo regional. Sua função. Seu programa de trabalho. Predicados do agrônomo regional. Suas responsabilidades. A sua permanência no lugar.

A agente de economia doméstica. Sua função. Seu programa de trabalho. Predicados do agente. Responsabilidades.

As novas agentes. Preparo. Cursos.

Os especialistas do Fomento. As especialidades. Relações com os especialistas da Experimentação e Pesquisas.

Funções e responsabilidades dos especialistas do Fomento.

Predicados do especialista. Plano de trabalho e relatórios.

Os supervisores. Suas funções e qualidades. A supervisão; conceito. Planos de trabalho e relatórios.

A divulgação agrícola. As publicações adequadas ao Fomento. A redação nas divulgações de Fomento. Imagens visuais.

Planos de trabalho, relatórios e apuração de resultados.

IV — Os métodos de Fomento. Influência da idade na assimilação. A eficiência dos métodos de Fomento. O processo de transmissão dos conhecimentos do ponto de vista psicológico. Alguns princípios de aprendizagem através de trabalhos em comum entre os agentes do Fomento e os homens dos campos.

O método de demonstração; a demonstração através dos resultados.

Os líderes rurais. Métodos diversos: visitas às fazendas, cartas circulares, boletins, palestras, rádio, imprensa, recepção no escritório, etc. Outros métodos.

As exposições; vantagens e desvantagens; análise. As concentrações; análise. As excursões; análise.

Recreação rural; análise.

O método na execução dos trabalhos. Plano agrícola balanceado.

Aplicação, a um município, dos resultados colhidos em estação experimental.

A liderança rural. Os líderes rurais. A distribuição dos líderes rurais. Fatores para a eficiência da liderança. O trabalho do líder. A escolha do líder. As qualidades do líder. A posição do líder perante a comunidade. Treinamento e preparo do líder. Reuniões periódicas dos líderes. O entusiasmo do líder em seu trabalho. Vantagens do método de Fomento por meio dos líderes.

V — Relações entre o Fomento e outras organizações. Relações com as associações rurais; vantagens e desvantagens. Acórdos. O líder rural, elemento de extensão do Fomento e da Associação Rural. Os grupos organizados de produtores rurais. As comissões municipais de Fomento.

Relações do Fomento com a Experimentação e Pesquisas (Estações Experimentais).

Relações com organizações comerciais, com clubes de serviço.

Relações com a organização de fiscalização e classificação de produtos agrícolas.

Relações com organizações de seguros agrícolas.

Relações com organizações de crédito agrícola.

Relações com o ensino vocacional da agricultura.

Relações com os Departamentos de Saúde e Educação. Trabalho de conjunto; organização das equipes.

As formas de cooperação entre a iniciativa privada e as equipes de Fomento e Assistência Médica e Educacional Rurais.

VI — Análise a cargo do Departamento de Educação.

VII — Análise a cargo do Departamento de Saúde.

VIII — O associativismo rural. Desenvolvimento das organizações rurais norte-americanas. A organização atual norte-americana.

As associações rurais. Finalidades.

Organização rural brasileira. A organização federal; a organização estadual; a organização municipal ou regional.

As deliberações (resoluções). As convenções anuais.

A representação. A legislação.

Os serviços em geral. Organização. Contrôles. As cooperativas e as companhias. Vários tipos de serviços aos associados.

Informação e publicidade. Pesquisas. O Departamento de organização. O diretor de organização. Programa de ampliação do quadro social. Permanência dos sócios no quadro. Contribuição Financeira. Fundos Sociais.

Organizações similares diversas.

Serviços anexos. A eletrificação rural.

A inseminação artificial. O crédito agrícola. O correio e o telefone rurais.

A casa da comunidade.

Os grupos organizados de produtores rurais e as comissões municipais de Fomento.

As comissões estaduais e nacionais. Estatutos.

Acórdos entre as associações rurais e o Fomento e os Departamentos de Saúde e Educação. Ampliação das sedes das escolas rurais isoladas, escolas rurais típicas ou grupos. Programa de conjunto.

IX — Os clubes agrícolas. Formação da juventude rural.

Organização dos clubes. Plano de cooperação. Requisitos. Passos para a organização. Responsabilidades dos sócios. As reuniões. As fichas. Os agentes de Fomento. O agente de clube.

A cooperação dos pais.

O programa. Alguns objetivos. Planejamento. Recreação. Divulgação de preceitos de higiene e saúde. Atividades dos clubes. Os projetos.

Os líderes. Sua formação. Interesses e necessidades da juventude. A indicação do líder. Tipos de líderes locais. Líderes adultos e líderes juvenis. Manuais dos líderes. Desenvolvimento do espírito de liderança. Reuniões de líderes. Treinamento dos líderes. O reconhecimento e estímulo ao trabalho dos líderes.

As reuniões. O Planejamento de programas para reuniões. Locais de reuniões. Como presidir reuniões. Reuniões para recíproca comunicação quanto às atividades em andamento. As demonstrações. Os vários passos da demonstração. Julgamento.

As excursões. Os pic-nics. Os acampamentos. O congresso anual. Outros programas.

Premios. Distintivos. Reconhecimentos. Apuração de resultados. Relatórios, etc.

A Federação estadual e nacional. Organização.

O ensino prático da agricultura. Organização. A instrução rural.

X — Os clubes femininos. Organização das mulheres rurais. As finalidades destas organizações. Reuniões. Anuidades; sócios. O dia das mulheres rurais. As líderes rurais. Publicidade. Cursos dados pelas agentes de economia doméstica. Programa doméstico balanceado. Renda das associações ou clubes. As comissões. Planejamento de trabalho. Estatutos. As funções das diretoras. O livro anual. As exposições de economia doméstica.

XI — O crédito agrícola. Análise a cargo de organizações de crédito agrícola.

XII — Fiscalização e Classificação de Produtos Agrícolas. Sua organização. Relações com o Fomento. As comissões. Os diversos serviços.

Fiscalização de portos, aeroportos, etc. Serviços de quarentena.

Serviço de fiscalização de viveiros.

Patologia vegetal. Inspeções.

Inspeção de sementes.

Inspeção de produtos comerciais para a alimentação de animais; inspeção de armazens de produtos agrícolas, de cereais, etc.

Inspeção de fertilizantes comerciais, inseticidas, fungicidas, etc.

Contrôle de doenças de animais.

Serviço de inspeção do leite.

Inspeção da carne.

Mercados. Estatística Agrícola. Padronização dos produtos agrícolas.

XIII — Seguros agrícolas. As formas aconselháveis. Seguros para as diversas culturas. Planos.

XIV — Análise das diversas etapas na concretização das conclusões do Temário. A primeira etapa. Sua imediata execução.

—x—

Em resposta, a Sociedade Nacional de Agricultura endereçou à Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo o seguinte ofício:

"Em 6 de Março de 1950 — Sr. Dr. Iris Meinberg, — DD. Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo. — Em resposta ao ofício de V.S., de 9 de fevereiro último, apraz-nos comunicar-lhe que o assunto nêlo contido mereceu da parte desta Sociedade o maior interesse.

Muito nos penhourou a idéia da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo em sugerir a esta Sociedade a organização de um congresso que seria realizado nesta Capital, sob os auspícios das forças representativas da produção agrícola de todos os Estados, e com o patrocínio do Ministério da Agricultura, para estudo de importantes assuntos de interesse da classe.

O assunto, levado ao conhecimento e deliberação da Diretoria, em reunião especial do dia 4 dêste mês, foi examinado em todos os seus aspectos, tendo resultado perfeita união de vistas quanto à preferência desta Casa por conferências ou reuniões estaduais ou regionais, orientadas e organizadas pelas respectivas Federações Rurais, ou, onde não as houvesse, pelas associações representativas da classe. Debatidos e estudados os assuntos de cada Estado ou Região, dentro da idéia do temário sugerido por essa Federação, os seus resultados seriam, depois, coordenados numa reunião de delegados dessas entidades, afim de ser, então, alcançado o ponto de vista nacional a respeito da matéria programada.

Aproveitamos o ensêjo para apresentar a V.S. os protestos de elevada consideração e apreço.

a) **Arthur Torres Filho**, Presidente —

a) **Luiz Simões Lopes**, 1º Vice-Presidente."

PEÇAM O
**PEQUENO MANUAL
DO CRIADOR**

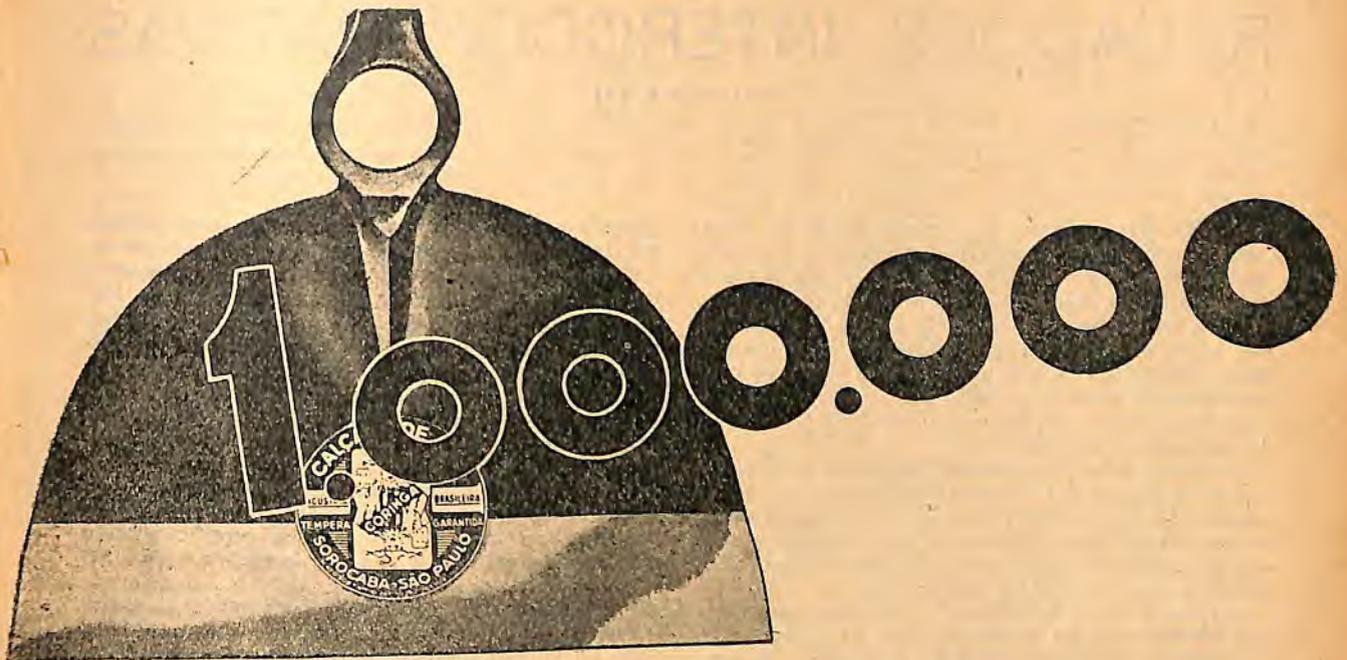
do Médico - Veterinário

DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R I O



de enxadas de qualidade Fabricadas em 1949

Este é o nosso tributo à emancipação da economia agrícola do Brasil. Ao completarmos nas usinas de Sorocaba a produção de 1 milhão de enxadas de aço especial — reconhecidas pelas maiores instituições tecnológicas do país como iguais às estrangeiras, e aprovadas de norte a sul na prática das lavouras — voltamos, com inabalável confiança no futuro, o nosso pensamento e a nossa gratidão para os heróis anônimos, cujo trabalho no amanho da terra impulsiona a maior fonte de riqueza do país. Aos homens do campo e às suas famílias, desejamos um Ano Novo propício e feliz, colheitas fáceis e abundantes, saúde, paz e alegria.



INDÚSTRIA METALÚRGICA

ESCRITÓRIO, S. PAULO - RUA 15 DE NOVEMBRO, 244, 4.º



N. S. DA APARECIDA S. A.

FILIAL: RIO DE JANEIRO AV. RIO BRANCO, 39, 7.º

RELAÇÕES INTERCOOPERATIVAS

PALESTRA (*)

Antônio de Arruda Câmara

3º Vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

1) Não fôra o desejo de cumprir resolução, acertada e oportuna da incansável e eficiente Diretoria do C.N.E.C., e procuraríamos fugir à tarefa que nos foi distribuída, declarando ser nossa impressão, recolhida na prática e experiência adquiridas, não haver entre as cooperativas de consumo e as chamadas cooperativas de produção e, entre elas e as cooperativas de crédito, relações diversas daquelas que mantêm, umas e outras, com o comércio e os estabelecimentos bancários.

2) Entendemos, entretanto, merecerem as relações entre as sociedades cooperativas, tanto por parte dos técnicos como pela de nós outros, também interessados no desenvolvimento do cooperativismo, exame cauteloso, boa vontade, compreensiva tolerância e alto espírito de cooperação.

3) Consideramos aparentes, até mesmo inexistentes, divergências de interesses entre as cooperativas de consumo, as cooperativas de produção e as cooperativas de crédito. Reunem elas, em última análise, consumidores, mas, nem por isso, encararemos tudo, no desenvolvimento do nosso raciocínio, do ponto de vista do consumidor.

4) As cooperativas de consumo procuram, naturalmente, servir a seus cooperadores fornecendo-lhes utilidades a preços tanto quanto possível baixos e as cooperativas de produtores têm o maior interesse em colocar a produção própria e a que lhe é confiada pelos associados a preços tanto quanto possível altos. A muitos parece que nesse antagonismo de tendências reside a causa de afastamento entre elas. Entendemos, porém, que a diferença é devida principalmente a falta de uma política de leal esclarecimento, — falta essa que tem dificultado e até impedido a entrosagem da produção e do consumo.

Dever-se-á ter em vista que "o principal elemento de êxito das cooperativas de consumo são as compras diretas" e "o das cooperativas de produção, a garantia da colocação dos produtos a seguro dos especuladores".

5) As cooperativas de crédito, em dadas circunstâncias, poderiam facilitar, consideravelmente, as relações de intercâmbio econômico-comercial entre as cooperativas de consumo e as cooperativas de produção, sobretudo daquelas que, ainda pouco desenvolvidas, não podem aspirar transações de maior vulto.

6) Respondendo, não há muito, questionário do C.N.E.C. tivemos, embôra a contra-gosto, necessidade de informar que nas transações da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores do Distrito Federal com algumas das grandes cooperativas de produção não percebíamos diferença apreciável entre as condições por elas oferecidas e as de prática e uso corrente no comércio atacadista.

A menos que nos tenhamos enganado na interpretação das respectivas notas — o que se infere dessa observação é a existência de fatores desfavoráveis

ao natural desenvolvimento do cooperativismo, tanto do de consumo como do de produção.

Fazendo sortimento diretamente na cooperativa de produção deveria a cooperativa de consumo, fôsse racional a entrosagem de suas relações, ser beneficiada com a parte do intermediário. Na prática isso não ocorre ou se ocorre é muito raramente.

7) Algumas vezes, com indistigível sentimento de desencanto, tem a cooperativa de consumo de enfrentar, em as suas relações com as cooperativas de produção, bem drásticas condições.

Dispensamo-nos de enumerá-las passando ao exame de outro aspecto da questão que, em o nosso entender, merece ser divulgado e bem conhecido para melhor esclarecimento e oportuna solução.

8) Consultando, sob promessa de um consumo mínimo, por semana, de batata e ovos, quais as condições e as vantagens que poderia oferecer às cooperativas de consumo grande e bem aparelhada cooperativa agrícola, — instituição de nomeada posição nos meios agrário e comercial do país — a resposta, retardada de cerca de trinta dias, foi que *faria o fornecimento pelo preço corrente no dia e a entrega da mercadoria mediante ou após o respectivo pagamento.*

O abastecimento continuou e continua a ser feito em outras fontes e, só excepcionalmente, quando há, realmente, vantagens, fazem os armazéns da nossa cooperativa aquisição de batatas ou de ovos nos caminhões da cooperativa consultada, à qual poderíamos estar também por interesses de ordem econômica, como estamos pelo de ordem afetiva, indissolúvelmente ligados.

Houvesse ela concordado na concessão de um pequeno desconto sobre o preço do dia, — a parte que caberia ao intermediário, — e teria assegurado para os produtos de sua especialidade, e não somente batata e ovos, — a preferência das cooperativas de consumo desta Capital ou pelo menos daquela sob nossa presidência e que dispõe de uma apreciável rede de armazéns.

9) Observe-se que não aludimos em a nossa consulta à possibilidade atual ou remota de compra a crédito. Esperávamos, portanto, resposta diferente, isto é, que assegurada a aquisição de um certo número de unidades por semana, *faria o fornecimento à vista, nestas ou naquelas condições.*

10) Ninguém ignora as dificuldades que asoberbam as cooperativas de consumo e os insucessos, mais das vezes hipotéticos, que lhes são atribuídos. Não se deve, entretanto, sem exame atento e cauteloso, dificultar-lhes a existência e, menos ainda, desprezar os benefícios, pequenos ou grandes, que elas podem proporcionar às suas co-irmãs.

11) Estamos convencidos que se torna necessário e até indispensável empregarem as sociedades cooperativas em os seus entendimentos e nas suas relações de intercâmbio econômico-comercial, sem o sacrifício de objetivos e de normas adotadas, linguagem clara e franca, mas que revele, sem sombra de dúvida, boa vontade e disposição de ampla e efetiva cooperação.

12) Em matéria de relações inter-cooperativas achamo-nos, ainda, bem próximos do quilômetro zero. Não podemos e nem devemos nos iludir confundin-

(*) Contribuição à 1a. Tertulla Cooperativista promovida e realizada, na Sociedade Nacional de Agricultura, pela Centro Nacional de Estudos Cooperativos. O assunto versado, de grande alcance para o desenvolvimento do cooperativismo, merece em o nosso entender, atenção.

do o intercâmbio eventual, passageiro, — que existe e sempre existiu, — com o intercâmbio permanente, duradouro, que as cooperativas de consumo sempre desejaram e anseiam estabelecer com as de produção, notadamente as agrícolas ou agro-pecuárias, também sujeitas para a colocação dos seus produtos à influência poderosa, organizada, e altamente especulativa, dos intermediários.

13) Há quem afirme, e com acerto, ser “a entozagem da produção e do consumo” extremamente dificultada pela ausência de verdadeiras relações inter-cooperativas. Dessa ausência, porém, não se deve inferir que as cooperativas não se entendem e à surdina se guerreiem. Não. É para aproximá-las, ajudando-as nas suas relações, é necessário que se procure compreendê-las, esquecendo erros passados e, com jeito e tato, auxiliá-las a eliminar os erros presentes, facilitando-lhes o ingresso pelo melhor caminho.

14) Ganha fôros de voz corrente, com enorme dano e desprestígio do cooperativismo de consumo, a fama de não serem boas clientes, de faltarem, muitas vezes, aos pagamentos e compromissos.

Infelizmente exemplos podem ser apontados e prejuízos citados. Tem esse fato, que não se me afigura razoável continue maculando, em a sua essência, o cooperativismo de consumo, concorrido para o seu descrédito e, em consequência, para agravar as suas dificuldades.

Urge uma reação vigorosa. As cooperativas de consumo precisam, quanto antes, destruir tais esse grande e poderoso inimigo. E não se considere impossível essa reação e nem se duvide das consequências e da capacidade realizadora das cooperativas.

A reação, no caso, consideramos necessidade de satisfação imediata. Interessa ao movimento e à própria sobrevivência do cooperativismo.

Alega-se, com insistência, que as cooperativas de consumo não oferecem garantia a qualquer operação de crédito. Não estamos convencidos dessa falta de garantias. Elas, em o nosso entender, mesmo não se considerando, como é frequente, o valor do elemento humano, oferecem garantias suficientes, — as mesmas garantias oferecidas pelo comércio varejista de gêneros alimentícios, isto é, instalações, móveis, utensílios, inclusive balanças, máquinas registradora, geladeira, cofres, etc., e, ainda, certa porcentagem das mercadorias em estoque e o valor do respectivo fundo comercial. Não oferecem garantias, concordamos, para crédito a longo prazo e operações vultosas.

As cooperativas de consumo, na prática quotidiana de seu funcionamento, necessitam de crédito de movimento proporcional às exigências da renovação dos estoques, de crédito a curto prazo e de características acentuadamente comerciais.

Que levatem as cooperativas de consumo, num movimento de salutar reação, barragem capaz de represar e conter a corrente de descrédito que lhes está minando a existência.

15) Além dos prejuízos morais e materiais resultantes de propagadas restrições às cooperativas de consumo, — restrições que constituem prato muito ao agrado dos inimigos do cooperativismo, — lutam elas com muitas outras dificuldades. Embora concorram com as feiras “livres” e os mercadinhos para a redução do preço de venda dos gêneros alimentícios nas áreas de influência de seus armazéns, não encontram da parte das autoridades responsáveis pelo abastecimento eficiente amparo e simpatia. Ainda recentemente foram ignoradas e portanto equiparadas ao comércio especulativo, — tal

como ocorre em referência à incidência dos impostos, — em um convênio estabelecido com algumas cooperativas de produção.

A propósito distribuiu o Centro Nacional de Estudos Cooperativos, à imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, nota que, com a devida venia, vamos incorporar à essa palestra pela sua oportunidade e significação

“O Centro Nacional de Estudos Cooperativos tomou conhecimento do recente convênio firmado por sete cooperativas de produtores paulistas, com assistência do Departamento de Abastecimento da Prefeitura do Distrito Federal e publicado no expediente da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, conforme Diário Oficial de 2 deste.

Em suas linhas gerais, o convênio estabelece preços especiais, durante o período de 1º a 15 de dezembro corrente, para fornecimento de ovos aos feirantes, mercados regionais e caminhões feiras desta cidade, “designados e individualizados pela Prefeitura do Distrito Federal”. A cláusula 2a. afirma que “nenhum outro elemento terá direito a participar do fornecimento ou de se abastecer nas signatárias, segundo as condições estabelecidas. Entretanto, conforme cláusula 6a., ditas cooperativas de produtores “continuam inteiramente livres quanto aos preços que mantenham ou venham a estabelecer para os demais compradores do Rio de Janeiro, etc.”

E' louvável que as cooperativas produtoras procurem colaborar com os poderes públicos, visando ao melhor abastecimento da população, mas o que o CNEC vem estranhar é a deliberada exclusão das cooperativas de consumidores, dentre os beneficiados com a medida protetora ou de exceção. Elas são afastadas ao mesmo tempo que os intermediários se beneficiam com tratamento especial, para depois escorcharem os consumidores com os preços de venda quase proibitivos, na fase dos festejos natalinos.

Tal orientação contraria fundamentalmente a filosofia e orientação adotadas em todos os países cooperativistas, que procuram, antes, estabelecer relações de intercâmbio das cooperativas de produção e consumo. “As relações intercooperativas, diz Fauquet, dão uma vida nova às velhas noções morais do *justo preço* e do *justo salário*, a predominância do *social* sobre o *econômico*”. Discursando em um dos congressos promovidos pela Aliança Cooperativa Internacional, Albert Thomas reclama “relações diretas e orgânicas entre as cooperativas de consumo e as cooperativas agrícolas, com o objetivo de unir em quadros locais e nacionais, aos consumidores e produtores das cidades e dos campos”, dizendo, ainda, que *interesse geral* e *interesse do consumidor* são expressões idênticas. Kaufmann advertiu sobre a tendência das cooperativas de produção se transformarem em sociedades de capitais e Beatrice Webb temia que a cooperação de produção significasse um retorno à forma de produção pre-capitalista.

Temos nesta cidade cerca de 50 cooperativas de consumo registradas no Ministério da Agricultura, além de uma Federação de cooperativas desta categoria, lutando tôdas com sérias dificuldades de abastecimento, especialmente nas cooperativas de produtores. Sendo um dos objetivos do CNEC promover o intercâmbio cooperativo das entidades de produtores e consumidores, vem tornar pública sua

desaprovação a qualquer critério que exclua, deliberadamente, a participação das cooperativas de consumo, que são as autênticas entidades rochdaleanas. O movimento cooperativo nacional não corresponderá a seus elevados objetivos, enquanto os seus principais setores não estabelecerem um entendimento firme e amistoso.

Tornando pública a sua estranheza, ante o fato das cooperativas de produtores assegurarem situação de privilégio para os intermediários, em detrimento das cooperativas de consumidores, o CNEC vem conclamar as primeiras a estabelecerem, pelo menos, uma base de paridade no tratamento dado."

A advertência de Kaufmann, tem, à nossa maneira de ver, ampla aplicação ao nosso meio.

16) Sempre nos batemos contra as facilidades e o abuso do crédito. Mas, não chegamos ao ponto de condenar sua utilização moderada e racional pelas cooperativas de consumo. Consideramo-lo, necessário e, até, imprescindível, como regulador dos sortimentos e estoques.

Assim entendendo somos inteiramente contrários à tese de que as cooperativas de consumo não merecem e nem podem aspirar crédito.

Entendemos, mesmo, que pela natureza, acertadamente comercial do crédito necessário ao desenvolvimento das cooperativas de consumo e pelas garantias oferecidas e na proporção destas elas se apresentam em situação bem diversa da propalada.

17) Nenhuma cooperativa de consumo, ao que sabemos, teve maiores facilidades e foi vítima de abuso do crédito do que aquela a que pertencemos e representamos. Esteve ameaçada de dar, mas não deu, prejuízo a qualquer de seus fornecedores. Alguns meses de uma política firme, de um programa rigoroso de recuperação, de economias e de pagamentos, bastaram para demonstrar aos incrédulos, aos que se deixam impressionar, apenas, pelo lado material das cousas, que no cooperativismo, em qualquer de suas feições, se deve considerar, também, os fatores moral e humano que, em o nosso entender, não estão longe de se sobreporem ao capital que avassala e domina, exercendo, não raro,

sob as mais variadas formas de manifestação, injustificável tirania.

18) Nas relações inter-cooperativas dever-se-á ter em vista:

- a) — a influência do elemento humano e a prevalência das forças morais sobre as materiais;
- b) — a fiscalização, sempre necessária, ser exercida no sentido de persuasiva orientação e nunca de disfarçada ou aberta intervenção;
- c) — dar às expressões o seu verdadeiro sentido e valor;
- d) — a necessidade de compensações às preferências ajustadas;
- e) — as compensações e preferências combinadas não constituem favor a nenhuma das partes, mas, sim garantia e segurança da defesa dos interesses de ambas;
- f) — a aquisição de boas utilidades, a preços razoáveis, é o supremo anseio das cooperativas de consumo;
- g) — e, finalmente, a segura colocação, a preços justos, deve satisfazer as aspirações das cooperativas de produção que, em sua grande maioria, não lograram, ainda, a inteira satisfação dessa necessidade.

19) A ponte sobre o abismo que separa o produtor do consumidor terá de se apoiar em colunas com alicerces assentados nas profundidades em que se recolhe, acanhada, a confiança entre os que produzem e consomem.

As cooperativas de consumo adquirem as utilidades que necessitam para redistribuir aos cooperadores em condições geralmente desfavoráveis. As de produção, em grande número de casos, ficam sujeitas aos ditames dos intermediários que, em última análise, se beneficiam adquirindo de uns e fornecendo a outros.

Cada vez mais distanciadas passam, umas e outras, ao emprego de linguagem estranha a uma verdadeira democracia econômica.



A LAVOURA

CIRCULA ININTERRUPTAMENTE DESDE 1897.

E' PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL A QUANTOS SE INTERESSEM PELOS NOSSOS PROBLEMAS AGRÍCOLAS E ECONÔMICOS.

DISTRIBUIDA GRATUITAMENTE AOS SÓCIOS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

PREÇO DA ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 60,00

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115-6º — Caixa Postal: 1245. Tel.: 42-2981

Rio de Janeiro

UM PIONEIRO: Geremia Lunardelli

Quando se fala em cultura do café, um nome logo nos vem à mente: Geremia Lunardelli, cognominado o "Rei do Café". Andam a par a nossa maior lavoura — e o nome do seu maior expoente.

E' confortador para o Brasil e para os brasileiros, neste momento, em que se discute no estrangeiro das inconveniências do Brasil para os imigrantes italianos, focalizar aquele modesto filho de Treviso, na Itália, que nos procurou em 1887 — na força, portanto, da maior corrente imigratória da Península, que já recebemos. O sucesso de Lunardelli no Brasil é um desmentido a essas aleivosias, adrede espalhadas pelo mundo por grupos interessados em modificar o sentido natural das coisas. Nenhum país, mesmo novo, oferece possibilidades a quem não traga consigo qualidades inatas de trabalho. Para prosperar é preciso trabalhar — com afinco, inteligência, iniciativa, espírito largo e elevado. Portador de um conjunto de virtudes raramente reunidas em um só indivíduo, chegou Geremia Lunardelli à posição que todos lhe reconhecem de um dos mais destacados membros da família rural brasileira, de um autêntico valôr exponencial da nossa Grande Agricultura, prestando, pois, ao seu país adotivo, os mais assinalados serviços no terreno econômico.

Nascido em 1886, aqui chegou ainda nos braços de seus pais, pois contava apenas um ano de idade, indo a família residir em Curumbataí, no Estado de S. Paulo. Dedicou-se sempre ao café e, ainda adolescente, já possuía um sítio onde cultivava essa planta, em Olímpia, denominado "Pau Dalho".

Posteriormente, adquiriu nesta mesma zona as Fazendas "Recreio", "Gema" e "Nata".

Da zona da E. F. São Paulo-Goiãs, estendeu suas atividades à Araraquarense e depois à Noroeste.

Em 1938, penetrou no Paraná. Nesta época devido à proibição do plantio da rubiácea em S. Paulo, foi conduzido a procurar campo aberto ao seu espírito empreendedor — e aí encontrou na exuberância da terra roxa, estímulo a novos empreendimentos e outras novas fazendas foram formadas.

Lunardelli é um grande proprietário de terras, mas não é um latifundiário.

Entende que as terras devem ser produtivas, que o valor potencial das mesmas não é suficiente para justificar a sua posse ou retenção. E é assim pensando que as suas fazendas, antes vastos tratos de terras cobertas de matas ou capinzais, são hoje extensas e prósperas culturas, não só de café, mas de algodão, cana, etc.

A Fazenda Cascata foi a sua primeira propriedade no Norte do Paraná. Em 1939, plantou ali 30.000 cafeeiros. Localiza-se no Município de Bela Vista, a pouco mais de 40 quilômetros de Londrina e, até pouco tempo, mantinha o título de maior fazenda de café, com 1.070.000 pés. A Fazenda Cachoeira, no Município de Assaí, conta já com 1.200.000 pés, dos quais 800.000 em franca produção, sendo de 1.700.000 pés o programa para esta propriedade. A Fazenda Cascatinha, em Porecatú, é outra importante propriedade de Lunardelli, no Norte do Paraná, contando já com cerca de 1.000.000 pés.

O ano de 1949 marcou a entrada de Geremia Lunardelli no Estado de Goiás, onde, próximo a Goiânia, já plantou 350.000 cafeeiros e pretende nos próximos anos, chegar a 4.000.000 de pés nesse Estado.

Em S. Paulo possui as fazendas: Gema, Recreio na S. Paulo-Goiãs; Recreio em Baurú, Boa Vista em Guarantã, Jangadilha em Rubiácea, Aguapeí, na zona de Araçatuba, e Urubupungá em Pereira Barreto. Totalizam os cafeais de S. Paulo cerca de 4 milhões de pés. Em Aguapeí possui além de café, algodão, de que já deve ter plantado 3.000 alqueires além de 8.000 alqueires, formados de capim colômbio e que dão para a engorda de 40.000 rezes.

No Paraná, além das fazendas Cascata, Cascatinha, Cachoeira, conta ainda com as seguintes: Igarussú em Astorga, Paraná em Campo Mourão e Barbacena em Jandaia com cerca de 1 milhão de pés.

E' também sócio do seu irmão Ricardo em uma organização sita em Porecatu, possuidora de uma Usina de Açúcar para 200.000 sacas anuais e mais 1.000.000 de pés de café.

G. Lunardelli possui família numerosa: seis filhos e três filhas, todos casados, e 25 netos. Administra pessoalmente suas fazendas, percorrendo-as constantemente.



O Sr. Geremia Lunardelli, à sombra de um pé de café, em sua residência.

O seu meio preferido de transporte é o avião, possuindo um Beech Craft para esse serviço.

O café continua a ser — e o será ainda por muito tempo — o sustentáculo da economia brasileira. A produção mundial, segundo os cálculos, não corresponde às

necessidades crescentes do consumo. Lunardelli plantando sempre mais café — vai, assim, ao encontro de um apêlo que se generaliza, qual o do aumento da lavoura cafeeira do Brasil, da sua restauração e aperfeiçoamento.

Um aspecto que não pode deixar de



Ao lado de um jornalista americano, o nosso homenageado troca impressões sobre os seus planos quanto à restauração da lavoura cafeeira. (Faz. Cachoeira, norte do Paraná).

ser posto em relevo na obra agrícola de Geremia Lunardelli é o social. São os cuidados de que cerca os colonos, os trabalhadores de suas fazendas. As casas de residência amplas, confortáveis, são exemplo a ser seguido neste imenso Brasil, onde o homem rural, de modo geral, habita apenas choças e não dispõe sequer de um mínimo de conforto no alojamento, para si e sua família. A assistência social e religiosa não falta nas suas propriedades, construindo capelas e até provendo-as de Sacerdotes.

Fala-se muito na necessidade de assistência ao trabalhador rural. Sob certo aspecto, essa assistência é já praticada por Lunardelli, em benefício de seus auxiliares diretos e talvez aí resida uma das razões do seu êxito. Nenhuma empresa terá ensanchas de prosperidade se o elemento humano que a impulsiona estiver desamparado, sem alimento suficiente, sem escolas, medicamentos e conforto relativo. E' o meio mais eficaz de conservar no campo o trabalhador rural, que em caso contrário, vem para as cidades, em busca do que não lhe dão os seus empresários.

Geremia Lunardelli bem merece os

aplausos e as homenagens que lhe vêm tributando órgãos de classe do comércio, da indústria, da lavoura e da imprensa, entre os quais se incorporam a Sociedade Nacional de Agricultura e esta revista — seu órgão oficial — pois a atividade desse autêntico pioneiro se exerce justamente no setor da nossa maior riqueza — a terra, que é de onde decorre a sua notável prosperidade, — a prosperidade justa como a chamariamos — pois que não vem ela da especulação ou do jôgo de preços, mas do trabalho produtivo, que dá riqueza à Nação.

LAVRADOR:

**Inscreve-te sócio da
SOCIEDADE NACIONAL DE
AGRICULTURA**

Informações: Av. Franklin Roosevelt, 115, 6º andar — C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981 — Rio de Janeiro.

CUIDEMOS DAS BASES RACIONAIS DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Prof. ARTUR TORRES FILHO

O Brasil mantém intercâmbio livre, de pensamento e comércio, com os outros povos; entra na liça da competição em todos os mercados; não poderá, portanto, eximir-se da concorrência, devendo armar-se cavaleiro para essa luta porfiada, recorrendo a métodos modernos na técnica da produção.

Das relações de permuta do mundo inteiro dependerá o equilíbrio que torne a vida mais barata, fácil e feliz.

Longe vai o tempo em que bastavam os dons naturais, depois que a ciência rasgou o véu que tornava imprestáveis múltiplos fenômenos, hoje entregues ao conhecimento geral. Não se explica, de outro modo, a razão pela qual o Brasil não logrou alcançar ainda, no intercâmbio mundial, a posição que lhe compete, não obstante seus grandes recursos iminentes e as qualidades de energia e capacidade de trabalho de seus habitantes.

Produtos que, privilegiadamente, eram nossos, de que a borracha é caso típico, foram repellidos dos mercados exteriores, outros existindo, que, a despeito das decantadas condições propícias do meio, não logram transpr e vencer na concorrência.

A evolução econômica do Brasil tem-se realizado sem ritmo, à custa de sobressaltos constantes.

Tem-se, na atualidade, atingido a elevado grau de aperfeiçoamento no jôgo da produção, outro tanto sucedendo na técnica comercial, resultado a que a humanidade só pôde chegar senão transcorridos séculos de obscurantismo; motivo porque, sendo a agricultura a formadora de riquezas, por excelência dos povos, devemos conhecer assim, transformações, do período pré-histórico até a época atual, em que a agronomia respaldea como fruto sazoadado de grandes conquistas do espirito humano.

O aparecimento do homem na Europa deu-se na época quaternária pleistocena, de acôrdo com os traços por êle deixados, traços êsses representados por esqueletos e instrumentos de sua fabricação.

Os arqueólogos dividem a idade da pedra em dois períodos: o primeiro chamado paleolítico (pedra antiga), no qual os instrumentos de sílex se apresentavam com córte, e o segundo, neolítico (pedra polida), caracterizado pelos machados cêlticos. Seguindo-se à idade de pedra, veio a dos metais, subdividindo-se em duas principais: a do bronze e a do ferro.

Mas, D. Bois e G. Gadeau, muito razoavelmente, acham que esta divisão não se presta bem de estudo da utilização da planta pelo homem, indicando a seguinte para o período pré-histórico: a idade da colheita parecendo filiar-se à época paleolítica e a idade da cultura primitiva, de carater rudimentar, começando com o período neolítico que, de progresso em progresso, através da idade dos metais, se confundiu com o período histórico.

Nada, nos vestígios paleolíticos, indica a presença de plantas cultivadas, dominando por exemplo o regime da colheita. Essa fase de ausência completa de Cultura, persistiu, todavia entre

os povos selvagens, caçadores e mesmo pastores. O homem paleolítico, contemporâneo do mamute, não cultivada a terra, vivia da caça e da pesca. Só às colheitas, evidentemente, se deve o primeiro entendimento, se assim se pôde dizer, entre o homem e os recursos postos à sua disposição pelo reino vegetal. Na opinião de Noire, assinala a idade neolítica um grau de indústria bem mais adiantado, traçando a linha divisória entre dois mundos.

Vem em seguida a idade da pedra e dos metais. E' o cobre o primeiro metal utilizado, abundante na natureza, facilmente transformado em utensílios. Em seguida vem o bronze, presuopondo um grau de civilização mais adantada. Só se pode falar em idade do ferro, a partir da sua fundição e da extração do mineral, extração essa feita com o auxílio do carvão de madeira.

Para ter-se indicação do esforço do homem pela cultura dos campos, tornar-se-á necessário recorrer à idade da pedra, às construções lacustres da Suíça, onde foram encontrados documentos em depósitos lacustres pertencentes à idade da pedra, isto depois do primeiro período glacial.

Nessas palafitas foram achados, pela primeira vez, restos de animais domésticos, ao lado dos do homem. Existem, independentes dos estudos de Heer sôbre os depósitos lacustres da Suíça, outros trabalhos sôbre os vegetais encontrados nas turfeiras ou lagos da Alemanha e Itália.

Na feliz apreciação de De Candole, pelas pesquisas arqueológicas e paleontológicas, chega-se a saber da existência de especies vegetais em épocas pré-históricas, mas fica-se ignorando se uma planta chegou depois de outra, ou se teve outrora fórma diferentes, que não permitam reconhecer-las nos fósseis.

Depois da idade do ferro chega-se finalmente à aurora da história, podendo-se acompanhar, com dados mais seguros, as transformações da agricultura.

Assim se exprime De Candole sôbre a dispersão das plantas e sua utilidade pelo homem: "A agricultura saiu, no que concerne às principais espécies vegetais, de três grandes regiões, sem nenhuma comunicação umas com as outras: a China, o Sudoeste da Asia (ligado com o Egito) e a América intertropical. Isso não quer dizer que na Europa, na Africa, ou entre os povos selvagens não tenham sido cultivadas algumas espécies de plantas, em época remota e com carater local, servindo de acessório da caça e de pesca; se grandes civilizações, baseadas na agricultura, tiveram início nas regiões indicadas, sendo de notar que, no mundo antigo, foi sobretudo às margens dos rios que se constituíram as populações agrícolas, enquanto na América isso aconteceu sôbre os planaltos do México e do Perú!

Tinha a China agricultura adiantada quando, pela primeira vez, entrou em comunicação com a Asia ocidental, por intercâmbio de Chan-Kien, sob o reinado do Imperador Wusti, no século II antes da era cristã. As coleções chamadas Pentsã, escritas na época da nossa idade média, compro-

vam que ele levou a fava, o pepino, o açafrão, o sesamo, o melão e outras plantas do oeste desconhecidas dos chineses.

A vasta região que se estende do Ganges à Armeria e ao Nilo não esteve tão isolado como a China. Transportando-se de lugar em lugar, as plantas cultivadas foram, com facilidade, conduzidas a grandes distâncias. Bastará considerar que, antigas migrações e conquistas, misturaram, sem cessar, as populações arianas e semitas entre o mar Cáspio, Mesopotâmia e o Nilo. Ao mesmo tempo, grandes estados se formaram às margens do Eufrates e do Egito, sucedendo a tribos que já cultivavam algumas plantas. A agricultura é mais antiga nesta região do que na Babilônia e nas primeiras dinastias, que datam de mais de quatro mil anos. Os impérios assírio e egípcio procuraram em seguida, disputar a supremacia, e, nas suas lutas, transportaram populações, concorrendo para disseminação de plantas. Após esses antigos acontecimentos, cuja datas são incertas, as viagens, por mar, dos Fenícios, as guerras de Alexandre até as Índias e, finalmente, a dominação romana, acabaram por disseminar as plantas cultivadas no interior da Asia Ocidental, introduzindo-as na Europa e no Norte da Africa, por toda a parte onde pudessem ser exploradas. Mais tarde, por ocasião das cruzadas, restavam poucas plantas úteis por ser trazidas do Oriente. Por essa ocasião chegaram à Europa algumas variedades de árvores frutíferas que os romanos não possuíam e plantas de ornamentação. A descoberta da América, em 1492, foi o último grande acontecimento que permitiu fossem as plantas cultivadas distribuídas por todos os países. Agora, são as espécies americanas, como a batatinha, o milho, o tabaco, etc. que são levados à Europa e à Asia. Em seguida, uma multidão de espécies vegetais do mundo antigo são introduzidas na América.

Nesse mesmo século, o tráfego de negros veio multiplicar as relações entre a Africa e a América, enfim, as facilidades crescentes dos meios de comunicação, combinadas com o desejo de melhorar, concorreram para produzir uma maior dispersão das plantas úteis como hoje testemunhamos.

Na antiguidade temos que destacar a próspera agricultura do Egito, muito favorecida pelas águas fecundantes do Nilo; a da Babilônia e da Caldéa, com as suas ricas aluviões, possuindo trabalhos tornando-se países de abundância; a da Grécia, de irrigação nos vales do Tigre e do Eufrates, já beneficiada pela agricultura egípciana, legando algumas obras importantes sobre questões agrícolas, como a de Theophrate, que viveu no século III antes de Cristo, quasi toda população residindo nos campos, a cidade servindo apenas para gozo religioso e político; foi em Roma que a agricultura alcançou maior esplendor na antiguidade, porém, antes do Império haver caído em poder das classes inferiores e dos escravos, legando trabalhos escritos de incontestável valor, como as obras de Catão (200 anos antes de Cristo). Varro, Columela e Paladius reunidas em coleção intitulada *Scriptos rei rustica vetares latin*, a enciclopédia de Plínio, contendo ensinamento sobre a cultura das plantas, as *Georgicas*, obra prima de Virgílio, e outras de menor importância.

A agricultura antiga, como muito bem o disse brilhante escritor agrícola, vem toda ela da observação, adquirida através de resultados acumulados durante série de séculos por esforços incessantes dos homens, depois de uma infinidade de

tantativas, sendo transmitida sob forma de tradições culturais e, mais tarde, pelas civilizações adiantadas, através das obras impressas da Idade Média porque em consequência da queda e subsequente desmoronamento do Império romano, com a invasão dos bárbaros, ocorreu a paralisação de seu progresso. A Igreja, por essa época, tornou-se a depositária da civilização Gálo-romana, conservando nos mosteiros as tradições do progresso adquirido na antiguidade. Representavam as práticas agrícolas dos romanos as tradições das civilizações antigas, por eles avassaladas, as quais foram afogadas pelos povos conquistadores. "O abuso de feudalismo paralisou quasi todo o progresso; os senhores travaram a guerra, devastando os campos e perseguindo os camponeses."

Cessadas as guerras de religião, a necessidade de ordem e de paz se manifesta, amenizando-se os costumes. "Deixando-se de guerrear e a nobreza se ocupa da agricultura; os senhores feudais se preocupam com a boa exploração de suas terras, suas vidas da abundância das culturas."

No século XV assiste-se ao rendimento da agricultura. Aparece, por essa época a obra clássica de Oliver de Serres, "Téatre de l'Agriculture" et "Menage des Champs," verdadeira enciclopédia agrícola, cuja primeira edição apareceu em 1600. Essa obra foi traduzida em diversas linguas. Como prático emérito, Oliver de Serres conhecia tudo o que a observação e a paciência acumularam na antiguidade. Conquanto resumo dos trabalhos antigos, a obra de Oliver de Serres foi o código dos cultivadores durante dois séculos. Em 1563, Bernard Palisy publica um trabalho intitulado: "Tratado dos saiz da Agricultura" que no dizer de Emond Gaim "recedeu de mais de três séculos a teoria do agrônomo alemão Liebig, formulado no século XIX."

A despeito dos ensinamentos contidos nas obras publicadas, a agricultura permaneceu, no século XVII, sob o império da rotina. Assinala-se no entanto essa época por um grande movimento dos espíritos, pois nela é que aparecem os trabalhos de Milton, Galileu, Pascal, Descartes, e do qual, mais tarde, teria de participar a agricultura. Fôra necessário, antes que isso se desse, que os princípios científicos pudessem controlar e corrigir o empirismo; isto é, seria preciso que a aparecessem os trabalhos dos grandes naturalistas e economistas. E' assim que, no século XVIII, fisiologia, a química, a botânica, a geologia, a ciência, enfim, penetrassem na agricultura. Tudo fazia crer que muito tempo não levaria até que se destaca Buffon, no Jardim das Plantas, possuindo campos de experiência e estudos agronômicos, tendo a seu lado químicos e botânicos, procedendo a estudo sobre a produção vegetal e animal.

Entre os economistas destaca-se Diderot, na Enciclopédia ocupando-se das questões relativas à indústria agrícola; Quesney, considerando a agricultura como base da riqueza das nações; Voltaire, Rousseau e outros escritores fazendo preconceito da agricultura como a primeira das artes; começa finalmente o ensino agrícola a constituir objeto de preocupação.

Esse movimento salutar, se não teve a virtude de promover o legítimo progresso agrícola, fez que dêle resultasse certo entusiasmo pela vida rural, nobilitando a profissão do agricultor.

O método experimental não era ainda conhecido. Contudo ele ensaia os primeiros passos. E' assim que aparece, em 1780, a obra de Fabroni,

intitulada *Reflexões sobre a agricultura*, contendo sabias reflexões originais baseadas sobre experiências pessoais. Com esse autor aparece o **papel do humus**, isto é, a influência nutritiva predominante da matéria orgânica em decomposição. "A terra vegetal" diz Fabroni, "é o segredo da fertilidade."

A química que, até então, era uma preocupação de filósofos, vê rasgarem novos horizontes para o seu futuro, mais tarde vindo a prestar grande auxílio à agricultura com Lavoisier que, aplicando a balança ao estudo dos fenômenos naturais, funda a química.

Deve-se a ele, com os seus trabalhos, o conhecimento da circulação da matéria à superfície do planeta. Antes de expirar no cadafalso da Revolução Francesa, Lavoisier, a quem se pode cognominar de "pai da química moderna", disse no seu célebre *Traité élémentaire de chimie*: "Não foi no sol que se acendeu o facho de Prometeu; mas no ar, que envolve os animais e que eles decompõem, que os "seres vivos" renovam continuamente, o fogo que serve de alimento à vida". Vê-se que Lavoisier caiu em engano apenas considerando como "seres vivos" os animais e não as plantas. E hoje se sabe que as plantas são aparelhos de síntese, pela função que lhes é própria, da foto-síntese; enquanto os fenômenos que se passam no corpo animal não tem por fim senão destruir a matéria, as plantas gozam do privilégio de a fabricar. Ele foi, incontestavelmente, o criador da química, apesar de se ter querido ultimamente, com a descoberta feita de alguns corpos químicos, destruir o princípio por ele enunciado de que na natureza nada se perde e nada se cria, princípio esse da conservação da energia e da matéria, até hoje mantido em toda sua integridade, em face dos nossos conhecimentos científicos, que não o destruíram.

Sensurre, no seu trabalho aparecido em 1804 — *Recherches chimiques sur la végétation* — trouxe grande luz ao estudo da absorção das dissoluções salinas dos vegetais. Ele fez sentir a relação existente entre a composição das cinzas dos vegetais e a do solo.

No começo do século XIX ignoravam-se ainda, nas práticas agrícolas, as descobertas recentes da química.

É o que se pôde deduzir do predomínio da teoria única, até 1850, desconhecendo-se o papel essencial da síntese das células vivas da planta, criando o complexo de todas as matérias orgânicas, à custa de elementos simples retirados do reino mineral. O agrônomo Thaer, em seu trabalho *Principes raisonnés de l'agriculture* (1831) diz: "O humus é a parte constituinte do solo. A fecundidade de um terreno depende inteiramente dele; porque, se excetuar a água é a única substância que, no solo, fornece alimento às plantas. Os adubos minerais operam unicamente pela facilidade que tem de favorecer a decomposição." Vê-se assim que Thaer adotava a teoria única. Não só Matheu Dombasle, como Payen, consideravam também os adubos minerais como corretivos e fertilizantes, e não como alimento.

Em 1841, Liebig, com a sua notável, *Chimica Fisiologia Vegetal*, aplicada à agricultura, destrói a teoria única afirmando que "é a natureza exclusivamente que oferece aos vegetais as primeiras fontes de alimentação". Não se torna preciso encarecer a contribuição preciosa trazida pela teoria mineral do problema da restituição da fertilidade do solo quando exgotado pelas colheitas

No entanto, será justo observar que Liebig, querendo chamar para sua teoria o papel exclusivo das matérias minerais na alimentação das plantas, se colocou longe da verdade.

A química agrícola experimentou grandes progressos, com Boussingault fazendo estudos clássicos no laboratório e experiências de campo, sobre alimentação animal, fenômenos químicos da vegetação, composição do solo, merecendo, por seus trabalhos, o cognome de "Pai da Agronomia": Pasteur, com suas notabilíssimas descobertas sobre microbiologia, traçou os rumos de pesquisas e descobertas sobre a química biológica do solo, das plantas e indústrias agrícolas de fermentação; Dehérain estudou a circulação e perda de nitratos no solo; Cayon e Dupetit, a desnitrificação; Muntz e Girard (1885-1890) reuniram num trabalho de conjunto, completado por pesquisas pacientes, tudo quanto havia de clássico sobre adubos que estão essa, de capital importância para a agronomia; Lawes e Gibert, num imenso labor, dirigiu durante 50 anos, a estação experimental de Rothamsted; Hellriegel e Wilfarth (1866-1883) descobrindo o azoto gasoso fixado pelas leguminosas e Berthelot, em 1895, a fixação microbiana do azoto pelo solo.

A zootécnica é também uma ciência nova. Até o começo do século XIX, o gado era considerado como um mal necessário, destinando-se antes à produção de estrume e à produção de trabalho segundo a concepção de Matheu Dombasle e os agrônomos daquela época. Em 1843, Gasparin fez observar que as explorações agrícolas compreendem dois gêneros de produção; a produção vegetal e a produção animal, uma e outra devendo ser conduzidas segundo os ensinamentos da ciência experimental, mas visando obter-se o maior lucro possível.

Baudement, encarregado de criar a nova doutrina, como professor do Instituto Agrônomo de Versailles, lança as bases de uma nova ciência — a zootécnica. Ele faz ver que o animal em exploração precisa ser considerado, como uma máquina industrial, dando carne, leite e trabalho, em troca dos alimentos recebidos.

Linneu, o grande botânico, que nos deu a grande obra *Species Plantarum*, como fruto de seu gênio criador, surgiu no século XVIII, a ele se devendo a nomenclatura binomia para as espécies, até hoje usada. Pietro Andréa Succardo, professor de botânica da Universidade de Pádua, foi o autor da mais vasta obra sobre fungos, aparecendo em 1862 o primeiro volume do *Sulloge Fungorum*.

Desde a mais remota antiguidade pôde o homem reconhecer os efeitos danosos dos insetos, principalmente como transmissores de moléstias ao homem. Entretanto, o campo da entomologia econômica é recente, principalmente em suas aplicações à agricultura.

Pode-se dizer que o interesse pela entomologia agrícola resultou do aumento das populações criando exigência na defesa econômica das plantações.

Registra-se, como uma das primeiras conquistas da entomologia econômica, o combate à filoxera na Europa para a defesa da videira.

Se, graças à química, grandes têm sido progressos da agricultura, resta ainda tirar todo partido das descobertas recentes das ciências biológicas.

O melhoramento das plantas é preocupação tão antiga do homem quanto a própria agricul-

tura. O registro mais antigo de plantas, internacionalmente preservadas pelas suas qualidades superiores, é encontrado, segundo Darwin, na antiga enciclopédia chinesa, traduzida pelos Jesuítas, no século XVIII. Utilizavam-se as melhores plantas e sementes para propagação. Segundo Fruwirth a hibridação era praticada nos tempos antigos, na China, com várias flores; na Itália, durante o Império Romano, com as rosas, e, no século XVII, na Holanda, com as tulipas; a polinização artificial foi mencionada por Teophrasto como o início de estudo da cultura das plantas. Deve-se aos floristas holandeses, célebres em suas fantasias, os trabalhos mais antigos para a produção de novas variedades de plantas, conquistando renome mundial as variedades de jacintos, introduzidos na Inglaterra desde 1596.

Os trabalhos sistemáticos para a criação de plantas tiveram lugar na última metade do século XVIII. Vários foram os pioneiros desse movimento; na Holanda, na Suécia, na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos, na Alemanha, com Baptiste, Van Mones, Kright, Thas, Cooper, Patrick, Scherreff, Frederic Hallet, secundados mais tarde, por Martin Hope Sutton, Pierre François, Lévêque de Vilmorin e muitos outros. Só em 1865, graças às aplicações hortícolas feitas por Mendel, cujas leis biológicas foram reveladas em 1900, pelo holandês De Vries, surgiu a genética. A Genética adquiriu métodos próprios e permite conhecer o jogo perfeito da hereditariedade e da variação, permitindo-lhe alcançar o fim desejado no melhoramento das plantas e dos animais, com segurança e economia.

Imenso é ainda o campo a ser explorado pela ciência experimental, e a ela a humanidade já deve, em nossos dias, as maiores conquistas em todas as esferas de conhecimentos. Químicos, fisiologistas, botânicos, entomologistas, fitopatologistas, físicos, agrônomos, veterinários, têm diante de si vastos domínios para pesquisas e estudos, procurando desvendar os segredos da organização e desenvolvimento dos seres vivos.

A verdade manda reconhecer que, se a agricultura, foi, nos primeiros dias da humanidade, um meio de vida, constitui-se em verdadeira exploração técnica e econômica objetivando retirar do solo os produtos destinados ao homem da maneira a mais perfeita e vantajosa. Enquanto a indústria se exerce em círculo restrito, obedecendo a processos definidos, a agricultura opera em horizontes mais largos, com resultados nem sempre certos. Ela carece de controle que à economia compete estabelecer.

Gasparin definiu a agricultura como uma ciência, entretanto, podemos considerá-la como a aplicação de muitas ciências, que se auxiliam. Como diz L. Passy, "a agricultura é um fato e um fato complexo, compondo-se de dois elementos, a terra e o homem. E' a terra que é cultivada e o homem é quem a cultiva. A agricultura é o esforço do homem por tirar do solo, ou melhor, da natureza, os elementos necessários à sua subsistência." "A agronomia procura a descoberta das relações mútuas entre os conhecimentos humanos tirados das diversas ciências: geologia, pedologia, botânica, zoologia e economia rural; ela deduz as regras que devem guiar o agricultor no exercício de sua profissão; ela tem, por fim, explicar todos os fenômenos complexos da produção das matérias orgânicas vegetais e animais; ela é que põe e mação as causas e os efeitos imediatos de todos os processos da técnica agrícola, verificando-os

pela experimentação sendo, por conseguinte, um estudo vasto e delicado, do domínio dos sábios."

Não se pôde aplicar à agricultura os soluções matemáticas, muito embora, regras bem conduzidas possam permitir soluções prováveis. Joga-se com todas as ciências naturais e sociais; daí porque a definição de Thaer, considerando-a uma profissão para o cultivador agrícola, uma parte para o agricultor, e uma ciência para o agrônomo, já não pôde ser admitida. A agricultura resulta da associação da ação do homem e da força da natureza.

O agrônomo será o profissional que se ocupa com as leis da produção vegetal e animal e dos meios de aplicá-las do modo mais perfeito e econômico.

Não é mais o fruto da observação, ou melhor, não representa a prática transmitida de geração em geração, será antes um conjunto de conhecimentos humanos, a partir principalmente de meado do século XIX.

Nestes cinquenta anos a produção agrícola, experimentou profundas modificações provocada pelos meios rápidos de comunicação, variando os processos de exploração com o meio e o tempo, isto é, com o grão de civilização e educação dos povos e, bem assim, com as circunstâncias climáticas, econômicas e políticas dos diferentes países.

Não nos faltam expressões desse pensamento: é urgente, urgentíssimo mesmo, criarmos a nossa doutrina agrícola, e preparando dentro dela nossos profissionais, embora o tenhamos de fazer com modestia e dentro de nossas possibilidades financeiras, cuidando seriamente das instituições de caráter experimental.

Não basta o ensino dado na escola, que apenas fornece certa soma de conhecimentos práticos; só um largo tirocínio feito no laboratório e na observação dos fenômenos passados em nosso meio será capaz de facilitar a formação de especialistas e a exploração econômica dos recursos agrícolas do país. Um cientista, na inteira aceção da palavra, não se forma, hoje em dia, com o grau de desenvolvimento alcançado pelo espírito humano, mediante uma especialização apressada ou méra viagem ao estrangeiro, mas, sim num estágio longo em uma escola ou estação experimental. Esse título só se pôde conquistar através longos anos de labor intenso, tal a complexidade dos fatores peculiares à natureza das questões agrônômicas que, para serem incorporadas à prática corrente de um dado país, precisarão revestir-se de indispensável caráter econômico. Para um bom especialista torna-se indispensável vocação e entusiasmo na tarefa desempenhada.

E' minha convicção inabalável que, sem darmos da formação da doutrina agrônômica, com grande decisão de ânimo, aperfeiçoando os nossos produtos, precária será sempre a situação econômica do país, como corolário lógico dos métodos agrícolas empregados.

De muito temos a observar nos resultados alcançados pelo agricultor, em seus esforços de cultivar a terra, não há profissional que, acompanhando a transformação da técnica agrônômica do mundo, possa deixar de reconhecer que a agricultura, em todos os países, principalmente nos novos, precisa ser orientada, aperfeiçoada e melhorada por um trabalho de experimentação contínua que, propondo-se a fins econômicos, se inspire em métodos científicos.

Foi justamente com o advento da ciência experimental que se rasgaram novos horizontes para a agronomia.

E que temos feito entre nós, em matéria de experimentação agrícola?

Relativamente ainda pouco para um país da extensão do Brasil. Contendo as condições de meios as mais diversas para as explorações rurais.

Só nos últimos anos e, mais recentemente com a criação do Centro Nacional do Ensino e Pesquisas Agronômicas, havemos de compreender a necessidade de ser sistematizada a experimentação agronômica, em todo o país.

A lavoura cafeeira de São Paulo e as explorações agrícolas constituem padrão de glória para a agronomia nacional, e isso se deve, em grande parte, ao Instituto Agronômico de Campinas, a partir dos notáveis estudos de Dafert; ao reorganizar aquele Instituto, ultimamente foi declarado que o seu fim principal era o de "procurar determinar e traçar as regras científicas e econômicas do código da lavoura racional paulista". É do Instituto de Campinas que, ainda hoje promanam todos os ensinamentos para a agricultura de São Paulo. No Instituto Agronômico de Campinas, como acontece com os notáveis resultados obtidos com o ressurgimento da cultura algodoeira, efetuam-se todas as investigações experimentais agrícolas; é a ele que recorrem agricultores e industriais buscando orientação e conselhos.

E em relação à administração federal? Não tem o assunto escapado às cogitações do Ministério, entretanto não puderam esses estabelecimentos experimentais corresponder de modo completo e decisivo, ao que deles se tornava lógico esperar, em benefício do poder agrícola do país. Isso por dois motivos, principais: falta de continuidade de direção e de estabilização, em sua legítima aceção, nos assuntos afetos a esses estabelecimentos. Há a salientar, sobretudo, a falta de continuidade de direção, de recursos financeiros e de especialistas.

Felizmente e, com a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, notável realização governamental, poderemos assistir a uma sistematização de pesquisas agronômicas no Brasil e à formação de verdadeiros especialistas.

Se os técnicos tem de sair da classe dos agrônomos nacionais, tratemos de prepará-los, indo buscar no estrangeiro alguns pesquisadores mas o sejam de fato, podendo servir de nossos mestres.

Procurando antes amparar e estimular o trabalho agrícola do país do que perturbá-lo com medidas ou providências coercitivas, a função máxima do Ministério da Agricultura, daí a sua significação nos destinos do Brasil, será a de fazer aquilo que escapar à competência do particular, seja por exigir método e tempo (como são as experiências agrícolas), seja aparelhamento técnico, incorporando-se à prática corrente o resultado das pesquisas e experiências. As estações experimentais não precisarão ser muitas, por dependermos de montagem custosa e pessoal técnico especializado; em grande número de casos, os campos experimentais, orientados e subordinados às estações experimentais existentes e às que se resolveram criar, resolverão as primárias necessidades.

Haja vista o que acontece nos Estados Unidos com a experimentação agronômica. Cada Es-

tado ou território possui sua estação agronômica, e, sob o ponto de vista de recursos financeiros e de homens, são as melhores do mundo.

Não há quem desconheça hoje a extraordinária colaboração trazida pelas estações experimentais ao progresso da ciência agronômica nos Estados Unidos e, por conseguinte, ao desenvolvimento de suas fontes de riqueza agrícola.

O aspecto financeiro da questão não é desprezível, convindo encará-lo muito seriamente, por não prescindir da colaboração das administrações estaduais.

Ao nosso Ministério da Agricultura cabe a elevada missão de dirigir e orientar a experimentação agrícola do país, pois, sem ela, a agricultura terá entre nós existência precária, conservando sempre ameaçada a expansão econômica do país.

Observa-se dia a dia, se prepararem os povos para a luta de concorrência, residindo uma das principais armas, no aumento e melhoramento da produção agrícola, no emprego de variedades aperfeiçoadas de plantas, sementes selecionadas, métodos racionais de preparo do solo, adubação, rotação de culturas, conseguindo retirar, pelo mais baixo preço possível, grande soma de produtos numa mesma área cultivada, sem contudo exaurir a fertilidade do solo, devido à defloração das florestas.

"A Organização dos Estados, a vida social e a família, as relações mútuas dos homens, as profissões, a indústria, a arte e a ciência, enfim, tudo o que faz o homem, o que ele é, são devidas unicamente à circunstância de que possui um estômago e é submetido a uma lei natural que obriga a consumir diariamente certa quantidade de alimentos, que deve retirar da terra por sua atividade e habilidade, atendendo a que a natureza não oferece senão uma quantidade muito insuficiente. É evidente que todas as causas influem de uma maneira qualquer sobre esta lei natural, seja desfavoravelmente, seja vantajosamente, exercem uma influência decisiva sobre as relações do homem". (Les lois naturelles de l'agriculture, Liebig).

A agronomia é fundamental à nossa existência de povo independente, desfrutando papel de inquestionável preponderância entre as demais nações do mundo, para o que bastará ter-se em vista o exemplo da América do Norte.

Na agricultura, tem o Brasil a sua melhor fonte de riqueza, o que vem acontecendo dos tempos coloniais até os nossos dias. Já dizia Sully que "os bens da terra são as únicas riquezas inesgotáveis: tudo floresce onde floresce a agricultura."

Impondo-se cuidarmos de melhorar o trabalho de nosso agricultor, respeitando o que a tradição aconselha seja mantido, como fruto de longa adaptação no meio, compete-nos aperfeiçoá-lo à luz dos ensinamentos da moderna técnica agronômica, vasada em experiências no nosso próprio meio agrícola.

Se é incontestável que o trabalho anônimo de nosso agricultor, diremos mesmo do nosso homem do interior, por vezes tão menoscabado, tem sido fator decisivo da civilização brasileira, a riqueza agrícola do Brasil só poderá ser assegurada, no domínio técnico da produção, com os estabelecimentos experimentais.

A nossa doutrina agrícola será fruto do trabalho experimental, longo e perseverante, e dependerá do agrônomo brasileiro.

A PASTA DA AGRICULTURA TEM NOVO TITULAR

*Nomeada o Sr. Novais Filho, Presidente da
Sociedade Auxiliadora da Agricultura
de Pernambuco*

O Presidente da República assinou decreto concedendo exoneração ao sr. Daniel de Carvalho do cargo de ministro da Agricultura e nomeando para o substituir o senador Novais Filho.

Os deputados Arruda Camara, Costa Porto, João Cleófas, Lima Cavalcanti, Gilberto Freyre e Alde Sampaio dirigiram, então, ao Presidente Dutra o seguinte telegrama:

“Felicitamos V. Excia. pelo ato da acertada escolha do senador Novais Filho para ministro da Agricultura. A nomeação desse ilustre pernambucano para tão altas funções que certamente irá honrar, pelas qualidades de que é portador, constitui motivo de justa alegria para todo pernambucano.”

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, ao tomar conhecimento do ato presidencial, nomeou uma comissão de seus diretores para assistir à posse do novo ministro, e telegrafou ao Sr. Presidente da República, e ao novo titular, nos seguintes termos:

“General Eurico Gaspar Dutra — DD. Presidente República — Rio de Janeiro — Nome Diretoria Sociedade Nacional Agricultura e no meu próprio felicito vossencia acerto escolha ilustre senador Novais Filho pasta Agricultura pt Trata-se lidimo representante classe rural Presidente Sociedade Auxiliadora Agricultura Pernambuco vg mais antiga Associação Agrícola País e agricultor poderá assim prestar Governo Vossência inestimável cola-



Ministro Antonio de Novais Filho

boração pt. — Saudações Respeitosas.
— **Arthur Torres Filho** Presidente.”

“Senador Novais Filho — Senado Federal — Rio de Janeiro — Meu próprio nome e no da Diretoria Sociedade Nacional Agricultura congratulo-me ilustre pátrio sua nomeação pasta Agricultura terá assim sua direção legitimo representante classe rural como lavrador e Presidente tradicional Sociedade Auxiliadora Agricultura Pernambuco. — Saudações atenciosas.
— **Arthur Torres Filho**, Presidente.”

Ensino Agrário Ambulante no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Professor da E. H. W. B.

É preciso incentivar, cada vez mais, a expansão do ensino agrícola sob tôdas as formas e modalidades.

Além das escolas profissionais agrícolas mantidas pelos Poderes Públicos tais como as Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Escolas Agro-técnicas do Governo Federal, muitas modalidades de Escolas mantidas pelos Governos Estaduais e Municipais, Escolas mantidas por entidades de classe como a Escola de Horticultura Wenceslão Belo, da Sociedade Nacional de Agricultura precisamos ainda:

- de escolas primárias rurais onde o ensino da agricultura constitua uma de suas atividades, como as Escolas Típicas Rurais do Estado do Rio e do Distrito Federal;
- dos Clubes Agrícolas Escolares dos quais já funcionam mais de 1.500 em todo o país;
- de Cursos Práticos, como os mantidos pela Sociedade Nacional de Agricultura e pela Fundação Getúlio Vargas;
- de Cursos de Treinamento Agrícola como os da C.B.A.R.;
- de Cursos Avulsos e de Extensão, como os da Universidade Rural;
- de Semanas Ruralistas, como as do S.E.A.V. e do S.I.A.;
- de Semanas de Fazendeiros, como as da E.S.A.V., da U.R., etc.;
- de Missões Agrícolas como as que serão promovidas pelo Ministério da Agricultura com o Ministério da Educação.

Em recente viagem de estudos ao Estado de Minas Gerais, onde tivemos a oportunidade de analisar, com detalhes o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção ali em vigor, desde 1947, pudemos verificar o que de útil vem proporcionando ao homem rural mineiro, o **Ensino Agrário Ambulante**.

O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção prevê o desenvolvimento do Ensino Agrário Ambulante, já introduzido no Estado, em pequena escala, há vinte e um anos.

De acordo com o Plano, são objetivos do Ensino Agrário Ambulante:

- procurar alcançar todos os habitantes do campo, adotando medidas que interessem mesmo a vida doméstica do trabalhador rural;
- criar uma mentalidade sanitária, difundindo noções de higiene e meios de preservação contra doenças;
- educar e instruir o produtor e seus filhos, preparando estes para um trabalho mais eficiente;
- melhorar o ambiente social das fazendas, possibilitando mais conforto e melhores condições de vida;
- eleva o índice da produtividade do trabalhador, aumentando e racionalizando a produção;

f) promover a introdução de novas culturas e levar ao conhecimento dos agricultores os mais recentes dados experimentais, influn- do benêficamente no rendimento das fazendas.

O Ensino Agrário Ambulante e Missão Médico-Sanitária que fora preocuzada em um dos discursos do atual Governador do Estado, Dr. Milton Campos, foi organizado em setembro de 1947 e, até dezembro de 1949, isto é, em cerca de dois anos de funcionamento, já realizou um grande trabalho educativo e de assistência médico-social, com o concurso dos comboios, presentemente em número de cinco, que vêm percorrendo as mais variadas regiões do Estado.

Cada combóio leva:

- um agrônomo e um veterinário que orientam os agricultores sobre os mais variados problemas de agricultura e de assistência veterinária aos rebanhos. O agrônomo e o veterinário realizam palestras, resolvem casos concretos nas fazendas, orientam os trabalhos agrícolas, promovem a vacinação dos rebanhos, etc., enfim, procuram resolver, orientando os fazendeiros e criadores sobre os mais prementes problemas com que eles se defrontam, possibilitando, assim, a racionalização dos trabalhos agro-pecuários;
- um médico e um enfermeiro que prestam a indispensável assistência ao homem rural, atendendo às consultas que lhes são feitas, examinando e medicando os enfermos, distribuindo medicamentos, etc.;
- um cinematografista que se incumbem da exibição de filmes educativos sobre assuntos agrícolas, veterinários, de higiene, etc., procurando assim, pela educação visual, melhorar as condições de trabalho e de higiene da população rural.

Compete ainda aos comboios de Ensino Agrário Ambulante, a venda, pelo preço de custo, de ferramentas e máquinas necessárias aos trabalhos agrícolas.

Em cerca de dois anos, já realizaram os comboios:

- cinquenta e cinco viagens, abrangendo, inclusive, as mais afastadas regiões do Estado, sendo 10 viagens ao Norte, 7 ao Sul, 13 a Leste, 10 a Oeste e 15 à Região Central.
- Em essas viagens, atingiram os comboios 236 dos 316 Municípios do Estado e percorreram 638 localidades diversas;
- mil cento e sessenta e três palestras técnicas;
- oitocentas e vinte e cinco projeções de filmes educativos;
- seis mil setecentas e trinta e cinco consultas agrônômicas;
- sete mil duzentas e cinquenta e duas consultas veterinárias;

- f) cento e trinta e três mil cento e trinta e uma consultas médicas;
- g) distribuição de milhares de medicamentos abrangendo setenta e sete variedades diferentes de remédios;
- h) vendidas noventa e duas mil trezentas e sete enxadas.

Dentre os medicamentos distribuídos, o foram em maior quantidade:

- a) aralen (27.400 comprimidos);
- b) anquilostomina (629.000 drágeas);
- c) hepaglobina (1.539.000 drágeas).

Conforme se verifica, o problema máximo da interior ainda é o da saúde do homem rural, tanto que em 147.118 consultas:

- a) 7.252 foram sobre veterinária, isto é, 4,92%;
- b) 6.735 foram sobre assuntos agrícolas, isto é, 4,57%;
- c) 133.131 foram sobre consultas médicas, isto é, 90,51%.

Oxalá, continui cada vez mais ampliado e dotado de maiores recursos o **Ensino Agrário Ambulante** no Estado de Minas Gerais, pois os resultados já obtidos dizem bem do quanto de útil e educativo se pode conseguir junto às populações rurais que mais do que outra coisa qualquer estão necessitando de assistência médica e educacional para que possam receber a assistência social mais ampla que precisa atingir o homem do campo, — o anônimo construtor da nossa grandeza econômica —.



SEMENTES

Hortalças, Flores, Florestais,
Leguminosas, Forrageiras, etc.
Alta seleção e germinação
comprovada

Ferramentas e Aparelhos
Polvilhadeiras — Insecticidas
Artigos Apícolas — Adubos
Livros Agrícolas, etc.

Peçam catálogo gratis

DIERBERGER AGRO
COMERCIAL LTDA.

RUA LIBERO BADARO', 499-501

Caixa postal 458

S. PAULO

CIMENTO NEVECEM

Apresenta oito cores diferentes para pintura de sua casa, tornando-a: limpa, clara e higienica.

Decorativo e impermeabilizante.

E' lavavel; não descasca, não esfarela nem despega.

Aumenta o reflexo de luz.

Informações diretas com os agentes exclusivos



WILSON, SONS & COMPANY, LIMITED

AVENIDA RIO BRANCO N.º 35/37 — TEL. : 23-5988

UM PRODUTO DA

THE CEMENT MARKETING CO., LTD. — LONDRES

O cooperativismo, o conceito de lucro e o petróleo, anteporta das guerras...

Por FABIO LUZ FILHO

Tivemos oportunidade, em outro trabalho, de acentuar algumas das características mais relevantes da teoria cooperativa.

Nunca será demais insistir nelas.

Já frisámos que, assim como a tomada da Bastilha simbolizou, para a Humanidade, um novo ciclo histórico, lembra a erradicação dos privilégios feudais e a declaração dos direitos do homem, a cooperativa constitui o marco inicial de um novo ciclo econômico, é simb-

das relações econômicas, que passarão a realizar-se num plano de mútuo entendimento e à luz de princípios que colocam acima de tudo a dignidade da pessoa humana. Estabelecendo como fim último o princípio nuclear da satisfação das necessidades humanas que não o lucro, e distribuindo anualmente as sobras do exercício social na proporção das operações realizadas e não na proporção do capital, o cooperativismo introduziu no campo econômico um sistema que assume as proporções de uma verdadeira revolução, como bem o acentuou Gide, de vez que é o esforço que se recompensa e não o capital, revertendo as sobras aos próprios consumidores e não aos intermediários, o que constitui uma real diminuição no custo das utilidades e a formação de fundos para o futuro, num objetivo de completa emancipação, por enfeixar, nas mãos dos consumidores, todo o ciclo do processo econômico.

Cria o cooperativismo, assim, uma nova situação em que os consumidores são colocados à frente dos seus próprios destinos, à testa da administração das cousas. Estabelece um justo equilíbrio entre o processo econômico e o processo social, regulando a produção na conformidade das necessidades previstas, evitando tanto quanto possível os desníveis clássicos entre a produção descontrolada e o consumo desorganizado. Disciplina a um e a outro, atingindo sua ação solidária a esfera da educação e a do ensino, a da assistência social e a do intercâmbio internacional em bases de mútua compreensão.

Tendo por finalidade prestar serviços, servir melhor, sem espírito de lucro, que deseja abolir, possui o cooperativismo tôdas as virtudes para o estabelecimento de uma progressiva ordem econômica em que, visando ao justo preço, possam os consumidores criar um padrão de vida mais elevado, e arcabouçar uma ordem social mais equitativa e humana, a economia social estruturada cooperativamente.

Há tempos fez transcendentes declarações um homem que é considerado, nos Estados Unidos, como um dos cinco cidadãos ianques mais capazes em questões econômicas e sociais, o Sr. Howard A. Cowden. — E' ele, atualmente, presidente da "Consumers Cooperative Association", de North Kansas Citá, Missuri, uma das maiores empresas a qual abarca todos os ramos do cooperativismo, desde o consumo até à produção, incluindo o petróleo.

E' ele constantemente solicitado por todos os órgãos públicos estadunidenses para que lhes dê sua preciosa colaboração. Pertenceu ao alto conselho que controlava o petróleo para fins de guerra ("Petroleum Industrá War Council"); preside ao Comitê de Reconstrução Cooperativa Internacional da Liga

Cooperativa dos Estados Unidos, de que é vice-presidente (e provável futuro presidente da Aliança Cooperativa Internacional); é diretor do Conselho Nacional da Federação de Cooperativas Agrícolas ("National Council of Farmers Cooperatives"), etc.

E' Cowden possuidor, na opinião geral, de uma capacidade de organização que raia pela genialidade, homem da estirpe intelectual desses "brains" que ajudaram a ganhar a guerra e possibilitaram o advento da era atômica. Homens sem burocratismos anemiantes. E', pois, com Warbasse, um dos líderes de maior projeção no cenário cooperativista mundial.

Estando êle recentemente em Londres como delegado da América do Norte, à Conferência Cooperativa Mundial organizada pela Aliança Cooperativa Internacional, declarou aos jornais londrinos que, segundo a opinião de todos os delegados dessa Conferência, o movimento cooperativo tem virtudes que poderão, melhor que qualquer outro sistema, proporcionar ao povo, (êsse eterno iludido e espoliado) as cousas de que necessita, de vez que substitui o espírito de lucro, traço marcante da moderna economia mercantilista, essência do fenômeno capitalista, pela *prestação do serviço*.

A delegação americana, que encarnava, tinha por objetivos centrais o intercâmbio de serviços e de mercadorias entre as cooperativas dos diferentes países, para o que deveria existir um duplo e mútuo sistema de comércio entre as nações, porquanto muitas existem que só poderão pagar em mercadorias e serviços as utilidades de que precisam.

Alude êle às possibilidades de formação de uma Cooperativa Internacional de Petróleo. Acentua o que se vem realizando nos Estados em tão importante domínio. Lá, já existem nove cooperativas regionais de petróleo com onze petrolarias, que produzem 60.000 barris diários de petróleo cru e dois milhões de galões de petróleo refinado e possuem milhares de quilômetros de oleodutos e um perfeito sistema de distribuição.

A idéia básica dêle é a organização de uma cooperativa Internacional cujos associados seriam as cooperativas de vários países e as cooperativas locais dos Estados Unidos. Teria ela seus próprios campos de petróleo e petrolarias, e venderia êsse carburante em *bases de serviço* que não de lucro, característica basilar do sistema cooperativo.

E tudo dentro dos princípios cooperativistas universais; voto singular; distribuição de sobras na proporção das compras; contrôle democrático, et.

Considera isso o primeiro e fecundo passo para se libertarem os consumidores, especialmente aqueles da Europa esborcelada e faminta, neste, tétrito e inevitável após-guerra, do guante escravizante do comércio capitalista petrolheiro de base monopolística, anteporta das guerras.

Para que êsse plano, de tão grande repercussão, não fique, na órbita umbrosa do visionarismo, ou não se esbarrando contra os conhecidos ardís do mercantilismo onimodo e onipotente, mistér se torna que as nações cumpram honestamente a *Carta do Atlântico*, criando, assim, um clima de confiança: acesso de todos os países, grandes e pequenos, ao

gôzo de iguais direitos e às matérias primas do mundo que sejam necessárias à sua prosperidade econômica.

Propõe a organização de uma Comissão Mundial de Petróleo, dentro da O. N. U. para distribuição do petróleo do mundo a todos os países, *sobre bases de equidade.*

Em face do sombrio e pressaço espetáculo das atuais competições no palco internacional, o que está principalmente, à hegemonia mercê da posse ou da patente é que as grandes nações vencedoras visam, conservação dessa mola mágica (para breves tempos, o poder atômico...), o petróleo...

Diante dessa inglória porfia e dessa mentalidade, é possível que homens da estatura intelectual e moral de Cowden (e todos nós, cooperativistas, que apoiamos, nós dessa banda do Atlântico, pertencentes a essa "raza cósmica" a que alude José Vasconcelos herdeira dos valores culturais da Europa...) passem por pobres banazolas idealistas em permanente estado onírico...

Mas, para a frente é que se caminha, como acentuámos em livro recente. Impertérritamente para a frente...

Muitos outros também passaram por loucos ou utópicos, êstes modalidades de loucos... *Fourier*, entre êles, como *Owen*... As companhias são honrosas.

Os 28 Tecelões de Rochdale, fundadores do cooperativismo moderno, também abriram, em 1844, no Beco do Sapo, em Lancástria (Inglaterra) a primeira tenda cooperativa debaixo de larachas mordentes...

Hoje, o cooperativismo congrega a mais de 400 milhões de pessoas, em cêrca de 800.000 cooperativas, e possui realizações econômicas, morais e sociais que assombram os mais cépticos... Cem anos de experiência...

EXIJA SEMPRE
A PURÍSSIMA
FARINHA DE TRIGO

em saquinhos de celofanê de 1 quilo

MARILÚ

PARA PASTELARIAS,
DOCES, MASSAS E OS
MAIS DELICADOS FINES
CULINARIOS

—●—
UM PRODUTO DO

MOINHO GUANABARA

DIANDA, LOPES, & CIA. LTDA.

RUA BUENOS AIRES, 48-4º and.

TELEF.: 23-1950 (Ramais)

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

G. BORGHOFF & CIA.

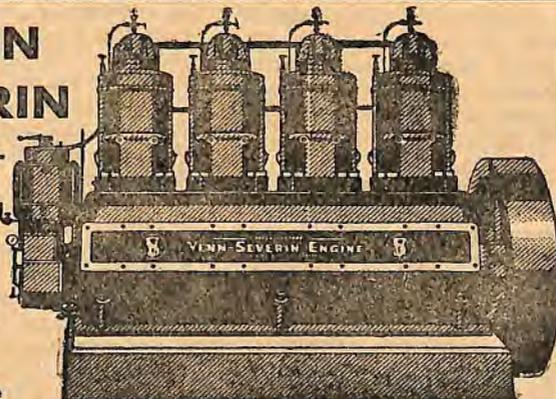
Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 243 - Fone 47-3720 - C. P. 619

São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980

Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Paulo

**VENN
SEVERIN
DIESEL**

Estacionários,
Marítimos e
Grupos
Diesel-Elétricos



Modelos de
25 A 300 HP, EM 300 E 750 ROTAÇÕES POR MINUTO.

Máxima durabilidade e mínimo custo de manutenção.

OFERECEMOS ESTUDOS E PROJETOS SEM COMPROMISSO.

Assistência técnica permanente aos
motores em funcionamento.

Representamos outros motores e
grupos-geradores, para qualquer
potência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRÉDITO AGRÍCOLA NO BRASIL

Arthur Oberlander Tibáu

Assistente Técnico da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Agricultura.

No Brasil, como nos demais países, não foi fácil a implantação do crédito agrícola, em bases racionais, tendo êle sido, por inúmeras vezes, postergado pelas autoridades que, injustamente, o preteriam em benefício do Comércio e da Indústria.

Seria absurdo admitir não ter havido crédito para a lavoura antes do advento da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Valioso instrumento da produção, êle era totalmente e continua a ser, em grande parte, distribuído pelos comerciantes que vendem a prazo e geralmente se cobram em espécie, ganhando na mercadoria que vendem e na mercadoria que compram, reputando aquela pelo maior preço porque corre o risco e faz favor, e esta pelo menor valor, porque estabelece o vencimento dos seus créditos para a época da safra quando a grande oferta por si mesma, apoiada pelas manobras baixistas, provoca a baixa dos preços.

Prestaram sem dúvida, e continuam prestando, um grande serviço à Nação, mesmo explorando a classe que não tinha amparo, e que não soube unir-se para fortalecer-se. Enriqueceram à custa do pouco que deveria sobrar para que o fazendeiro se emancipasse, e fundaram com o esforço alheio o monopólio do dinheiro. Com tal avidez se houveram, que não puderam discernir entre a vantagem de viver em regime simbiótico, que permitiria a prosperidade de todos, e a desvantagem de viver como parasitas causando a sobrevivência de um à custa da derrocada de outros.

A criação de um organismo autônomo especializado — o Banco Rural — foi naturalmente o que ocorreu aos mais afeitos à complexidade do Crédito Agrícola, mas razões ponderáveis de várias ordens, deram ganho de causa à criação apenas de um apêndice ao Banco do Brasil sob a denominação de Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tendo por finalidade financiar a lavoura, a pecuária e a indústria, conforme reza o seu artigo 1.º, na lei n.º 454, de 9-7-37, transcrito a seguir:

“A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, instituída com o objetivo de fomentar o incremento da riqueza nacional, prestará assistência financeira direta à agricultura, à pecuária e às indústrias”.

Esse memorável despacho governamental de 9 de julho de 1937, pode ser considerado como a pedra fundamental da emancipação da lavoura. De fato, a opressão sob a qual viviam asfixiados os lavradores bem se pôde avaliar pela verdadeira avalanche de propostas de empréstimos recebidas de todos os recantos do Brasil.

É bastante expressivo o número de empréstimos e o seu valor tomados desde a fundação da Carteira, assim é que, até até hoje foram feitos 141.412 contratos no valor de Cr\$ 19.935.215.229,00 dos quais 110.258 representau-

do o valor total de Cr\$ 14.820.035.351,20 foram liquidados até 31-12-48, restando “em ser” na mesma data 31.154 operações na importância de Cr\$ 5.115.179.877,80.

O volume dos negócios, da Carteira em 10 anos de atividade permite apreciar de quanto foi aumentado o patrimônio financeiro dos agricultores, e, consequentemente, de quanto se enriqueceu a própria Nação. Não menos aquinhoados teriam sido os comerciantes e industriais que tiveram os seus negócios aumentados pela maior abundância de matérias primas e mais elevada capacidade aquisitiva dos agricultores. Não exageráramos se computássemos êsse enriquecimento geral em mais de 100% sobre o capital investido nos empréstimos supracitados.

Considerando-se as vicissitudes a que estão sujeitas as atividades agrícolas, a rigidez do prazo sempre constituiu motivos de grandes apreensões para os lavradores e criadores e, muitas vezes, a causa de liquidações desastrosas, devido a inoportunidade de venda dos seus produtos ou a insuficiência de colheitas. A flexibilidade do vencimento de obrigações deve ser uma das características vigentes, em todos os regulamentos de crédito agrícola, mas por contrariarem as normas bancárias em uso, essa conveniência tem sido sempre excluída ficando ao arbítrio do banqueiro ou dos seus agentes. Essa obstinada intransigência, tem sido não raro, a causa do desespero dos agricultores, mas felizmente tal mentalidade ferrenha vem sendo aos poucos amaciada como veremos mais adiante.

Em seguida ao prazo, os juros são a questão mais debatida. Não pode haver comparação entre as possibilidades do comércio e da indústria e as da agricultura. Enquanto naqueles o crédito, a uma taxa fixa por ano, se reproduz ou se capitaliza várias vezes, na agricultura, por via de regra, a produção correspondente a um empréstimo a curto prazo, só é apurável uma única vez, onerando o custo de produção muito mais pesadamente que no caso do comércio onde o capital é reembolsável cada vez que a mercadoria é vendida, ou na indústria em que, da entrada da matéria prima ao produto acabado, medeiam apenas alguns dias permitindo igualmente o reembolso tantas vezes quantas a produção entra no mercado.

Daí a conveniência de serem os juros substancialmente mais baixos quando o crédito se destina a operações agrícolas e a necessidade de interferência de medidas compulsórias capazes de estabelecer o necessário fluxo de capital para a lavoura.

A Carteira de Crédito Agrícola está cobrando o juro de 7% exclusive despesas de processamento e fiscalização, modicidade apenas aparente porque os dois últimos itens, elevam-se no mínimo a 10%.

A fiscalização da aplicação do crédito tem dado motivo a queixas, mas estas, dada a natureza da instituição distribuidora, são absolutamente infun-

dadas, pois, na fase atual, em que os cadastros são ainda imperfeitos, esta medida acauteladora é não só indispensável como duplamente benéfica e realmente evita o instintivo abuso no emprego do crédito, e em muitos casos evita o malbarato da sua aplicação.

A administração da Carteira lutou a princípio com dificuldades substanciais no que se refere a parte técnica propriamente, quer do pessoal interno quer dos fiscais e avaliadores, justamente por se tratar de uma modalidade de crédito que envolvia atividades completamente estranhas às que habitualmente eram tratadas pelo Banco do Brasil. A medida entretanto que operavam foram adquirindo a necessária prática e melhor conhecimento agro-pecuário, familiarizando-se com os seus hábitos e a conduta dos clientes. Essa ambientação benéfica vem sendo conseguida nesse lapso de 10 anos durante os quais vem sendo feito o levantamento das disponibilidades cadastrais dos tomadores rurais. Os resultados dessa especialização não se fizeram esperar, assim é que hoje as operações já se fazem, em boa proporção, baseada no crédito pessoal, prática que será duvida facilita extraordinariamente as operações. Esse longo contacto com o agricultor, permitiu a formação de melhor juízo a respeito das suas aptidões e conduta, sendo desfeito assim o labé de mau cliente que lhe era injustamente imputado.

O quadro de fiscais tem sido melhorado, sendo recentemente admitidos somente profissionais de agronomia e de veterinária e o corpo de avaliadores tem também evoluído na medida do possível. Os resultados obtidos com a medida que restringiu aos profissionais de agronomia e de veterinária conferiu aos trabalhadores da Carteira maior segurança e maior eficiência.

O movimento alcançado pela Carteira de Crédito Agrícola durante esses 10 anos de sua existência se desenvolveu de tal maneira que o volume de negócios se avantajou de muito ao de qualquer das outras dependências do Banco do Brasil e, talvez tenha sido superior ao de qualquer outro banco brasileiro, envolvendo tal soma de responsabilidades, que não se justificaria qualquer delonga na criação do Banco Rural Brasileiro, autônomo com o seu próprio capital e direção e organização independentes. As dificuldades apontadas são a constituição do seu fundo de movimento e a organização das suas agências e respectivo pessoal. De fato, são dificuldades não pequenas, mas que precisam ser removidas, e para consegui-lo é necessário que esforços nesse sentido sejam feitos e que seja dado início a sua solução.

No que se refere à Organização do Banco em si mesma, o próprio acervo da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil poderia servir de fulcrum para constituir-lo, inclusive o seu pessoal que passaria a pertencer-lhe. Para evitar que houvesse qualquer descontentamento, o seu regulamento poderia ser idêntico ao do Banco do Brasil, assegurando iguais direitos aos funcionários. Estes teriam a vantagem de passarem a pertencer a um Banco em cujo quadro de funcionários haveriam imensas possibilidades de acesso e portanto de fazer carreira muito mais rapidamente.

Para distribuição do crédito seria inicialmente contratada com o próprio Banco do Brasil que manteria nas suas agências a atual Carteira de Crédito Agrícola, através das quais atenderia aos agricultores. Haveria ainda a possibilidade de serem contratados os serviços de outros bancos particulares onde não houvesse agência do Banco do Brasil.

A medida que o Banco Rural fôsse firmando as suas diretrizes e que o movimento fôsse se ampliando, ir-se-iam criando agências independentes, aproveitando o próprio pessoal da carteira das agências do Banco do Brasil onde operassem, bem como do que fôsse sendo treinado paralelamente ao desenvolvimento do Banco. As atividades da atual Carteira seriam orientadas no sentido de facilitar a transição, para que a transformação tivesse lugar sem solução de continuidade, pois qualquer modificação no rumo de operações causaria sérios transtornos ao público.

O funcionamento da C. C. A. I., não deveria absolutamente ser perturbado até que o Banco Rural estivesse em condições de poder atuar com toda eficiência. Os depósitos e os resultados das subscrições seriam recolhidos à Carteira que com eles operaria até quando o Banco se constituísse, recebendo então todo o acervo em poder daquela.

A par do vultoso movimento da Carteira de Crédito Agrícola, queixa-se o seu ilustre Diretor que não foi ainda providenciado o aumento de fundos indispensáveis a atender às solicitações de crédito cada dia mais volumosas. Assim é que para um total de inversões superior a quatro bilhões e setecentos milhões de cruzeiros, restando apenas de um fundo de um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, restando um saldo devedor de aproximadamente três bilhões e cem milhões. Para suprir essa deficiência procedeu ao desconto de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros e utilizou um bilhão e oitocentos milhões das disponibilidades do próprio Banco.

Não logrou o esperado sucesso o lançamento de bonus, cuja subscrição espontânea atingiu apenas a Cr\$ 75.863.000,00 e mais Cr\$ 348.683.280,10 subscritos compulsoriamente pelos Institutos.

Também não surtiu o efeito desejado o Decreto Lei n. 2.611 de 20-9-40.

Não vemos, face ao que acima vem relatado, como solucionar o problema dos fundos sem ampliar a compulsoriedade da medida a outras entidades econômicas e financeiras do país. Tomando por referência o movimento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil os empréstimos feitos pelos bancos particulares e os adiantamentos feitos pelo comércio, pode-se avaliar o total mínimo necessário ao crédito rural em aproximadamente 15 bilhões de cruzeiros, importância esta que deveria representar o fundo de movimento do Banco Rural, ou presentemente, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Entre nós é prática corrente, a nefasta e criminosa orientação de cassar o crédito de maneira absoluta quando se esboça ou se declara uma crise. Dessa medida resulta inexoravelmente a precipitação do acontecimento e o agravamento da situação. Nada mais errado nem mais em desacôrdo com as normas da boa finança de financistas e não de meros e assustadiços bancários.

A que se impõe nesses momentos são medidas de tal ordem que afastem ou amortecem a psicose do medo e consequente desorientação. É justamente quando deve interferir o governo de forma a restabelecer a confiança, tomando providências que contornem as dificuldades, quase sempre aparentes, ou capciosamente forjadas.

Daremos um exemplo típico: — Em 1943 esboçava-se em grande estilo a crise do algodão. As exportações foram quase totalmente suspensas e os grandes exportadores aproveitaram o ensejo para desencadear o movimento baixista. Iniciaram o pânico oferecendo na bolsa o produto por preços ir-

risórios. Houve certa reação por parte dos maquinistas que se retraíram. Os baixistas confiantes nos seus êxitos anteriores, lançam em bolsa a sua própria mercadoria a baixo preço. O govêrno, advertido da manobra criminosa, corre em auxílio do produtor, oferecendo financiamento na base do preço mínimo de Cr\$ 95,00. Os baixistas insistem na sua política para desmoralizar a ação do govêrno. Este mantém resolutamente a sua atitude, faz cessar o pânico, os preços se estabilizam e é salva a lavoura de mais uma derrocada provocada pelos comerciantes inescrupulosos. Convém acentuar que os resultados finais foram os mais auspiciosos possíveis, dos quais podemos destacar: — a) Foram radicalmente desmoralizados os baixistas; b) lucraram os produtores; c) lucraram os maquinistas; d) lucraram os prepostos da carteira; e) lucrou o Banco do Brasil; f) lucrou finalmente a Nação.

Os capilares da distribuição do crédito agrícola é que constituem o seu principal problema. Para a sua perfeição e integralização é que temos que evoluir. Com vistas a êsse ponto, assim termina ainda timidamente Leonardo Truda na sua magistral conferência: "Haverá pois sempre que confiar, na prática do crédito agrícola, por mais que se pretenda ampará-lo em bases reais, numa certa mar-

gem de fator pessoal, na idoneidade do devedor, na confiança maior ou menor que êste possa inspirar". Crédito pessoal é crédito na acepção do termo, e representa a doutrina que deve ser propagada e defendida para formar as bases fundamentais das disponibilidades cadastrais de cada um.

A medida que se aperfeiçoa a técnica bancária especializada, vão sendo estabelecidas normas simples que facilitam a tomada de crédito, critério que o barateia e concorre para sua acessibilidade.

O que vimos expondo mostra que o crédito agrícola no Brasil está longe de atingir a perfeição, mas não é menos verdade que já vencemos a primeira etapa, e talvez a mais difícil, justamente a que consistia em demonstrar a sua viabilidade e sobretudo a sua imperiosa necessidade. A demonstração foi feita através a eloquência dos números que representam o movimento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Essa entidade pôde englobar em uma só rúbrica que apesar de corresponder a uma pequena parcela da totalidade dos empréstimos rurais no Brasil, atingiu tal vulto que superou de muito o movimento de cada uma das outras Carteiras do Banco do Brasil, representando aproximadamente 15% do movimento do empréstimo do país!



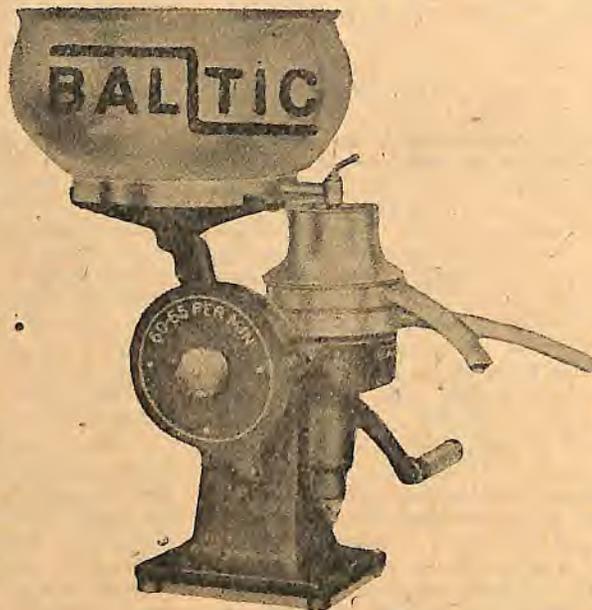
ALFA LAVAL

DESNATADEIRAS
DE 1.000 A 5.000
LITROS A HORA

Encarrega-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gases para Refrigeração:
Amonea — Freon 12
— Metila e Sulfuroso

B
A
L
T
I
C



DE
65
A
550
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANÁLISE
DE
LEITE

Sociedade Importadora Suissa Ltda.

ENGENHEIROS:
RUA ARMANDO SALES
DE OLIVEIRA N.º 12
End. Telegr.: "Sisla"



IMPORTADORES:
Caixa Postal, 1404
RIO DE JANEIRO

Progride no País o Movimento Associativo sob a inspiração do Dec.-Lei N. 8.127, de 24-10-1945

ATA de inauguração da CASA RURAL DE MALLET, sede da Associação Rural de Mallet.

Aos seis (6) dias de dezembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), às doze horas e trinta minutos (12h 30m), à rua 15 de Novembro s/n, nesta cidade de Mallet, estado do Paraná, presentes o Exmo. Sr. Moysés Lupion, DD. Governador do Estado; Exmo. Sr. Dr. Pedro Firman Neto, Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; Exmo. Sr. Dr. Waldemiro Pedroso, Secretário de Saúde e Assistência Social; Exmo. Sr. Desembargador Ary Florencio Guimarães, Sub-Procurador Geral do Estado; Exmo. Sr. Waldemiro França, Prefeito Municipal de Mallet; Exmo. Sr. Heliantho Guimarães Camargo, Juiz de Direito da Comarca; Exmo. Sr. Dr. Ernani Benghi, Deputado Estadual por Mallet; Exmo. Sr. Edgard Sponholtz, Deputado Estadual por Imbituva; Exmo. Sr. Dr. Antonio dos Santos Filho, Deputado Estadual por Paranaguá; Exmo. Sr. Dr. Julio Buskei, Deputado Estadual por Prudentópolis e Mallet; Exmo. Sr. Aldo Laval, Deputado Estadual por Ponta Grossa;

Exmo. Sr. Dr. Jair Marchetti, Encarregado da Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura na cidade de Porto União, Santa Catarina; Exmo. Sr. Ateneu Holzman, representando a 4a. Zona Agrícola da Secção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, sediada na cidade de Irati; Exmo. Sr. Rubens Suplicy Ferreira do Amaral, Diretor do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura do Estado; e mais autoridades civis e militares componentes da comitiva governamental ora em visita oficial ao Município de Mallet; autoridades locais, eclesiásticas, pessoas gradadas no comércio e indústria; Diretores de Núcleos Rurais do Interior do Município, lavradores, visitantes e povo em geral. — Procedeu-se a inauguração da *Casa Rural de Mallet*, sede da Associação Rural de Mallet, representada no ato pela sua Diretoria composta dos senhores: Dr. Miguel Matiskey, Presidente; Eurico Silva, Vice-Presidente; Arthur Alfredo Schier, Primeiro Secretário; João Bilak, Segundo Secretário; Miguel Mariano Domaradzki, Primeiro Tesoureiro; João Wolski, Segundo Tesoureiro, e pela sua Comissão Fiscal, composta dos membros efetivos, senhores Henrique Estevão Trzas-



Foto: A. Laval. Inauguração da Casa Rural de Mallet, Paraná. Solenidade da inauguração da "Casa Rural", sede dessa pujante associação de classe, em 6 de dezembro último.

kowski, Miguel Grgeszczyszyn e Waldemiro Zainko e de seus membros suplentes, senhores José Gonçalves Machado, Pedro Trojan e José Staszewski, — iniciando-se a solenidade com a recepção ao Exmo. Sr. Governador do Estado, junto a um arco de triunfo armado nas proximidades do edifício a ser inaugurado e ornamentado a caráter, aludindo à colheita de trigo ora em vigência nesta zona, sendo S. Exa. recepcionado por uma comissão composta de associados: senhores Cherubim de Almeida, Júlio Sessak, Henrique Estevão Trzaskowski, Júlio Sadovei, Romão Paul, João Pech e Ladislau Szlachta e mais por um grupo de crianças dirigidas pelo Sr. Vice-Presidente, fazendo a menina Dilcê Nogueira a entrega ao Exmo. Sr. Governador do Estado de um ramalhete de jasmim entremeado de espigas de trigo, com palavras de oferta, encaminhando-se daí S. Exa., comitiva, autoridades e povo de frente ao prédio, em cujo portal, vedado com a fita simbólica, o Exmo. Sr. Deputado Ernani Benghi, — o iniciador da idéia da sede própria da Associação Rural de Mallet e patrocinador desta junto ao Governo do Estado, nos meses de fevereiro e maio do corrente ano para a obtenção, para aquele fim, do material do prédio de madeira que constituirá a Coletoria Estadual desta Cidade, à avenida João Pessoa n. 32, — proferiu o mesmo Deputado alusivo e brilhante discurso, enaltecendo o trabalho de cooperação entre o Governo e o povo, resultando da doação feita por aquele e esforços do segundo, com a colaboração do comércio e indústria deste Estado e dos Estados vizinhos, surgir o prédio que se ia inaugurar, devidamente aparelhado para atender às necessidades da lavoura e pecuária locais e defender também os interesses da nobre classe rural. (Antes desse discurso, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, a convite do senhor Presidente da Associação, hasteou, cantando os presentes o Hino da Pátria, a Bandeira Nacional, — valiosa e significativa oferta para o dia inaugural, feita pela *Sociedade Nacional de Agricultura*, do Rio de Janeiro). A seguir, ainda pelo Exmo. Sr. Deputado Ernani Benghi, foi convidado o Exmo. Sr. Dr. Secretário de Agricultura, para descobrir a placa fixada à entrada do prédio, placa contendo os dizeres: "Associação Rural de Mallet", os quais contornam um desenho a cores representando uma espiga madura de trigo, alusiva à época da inauguração da sede, o que foi feito por S. Excia. o Dr. Secretário de Agricultura, que percorreu na ocasião, evidenciando o significado do movimento associativo dos lavradores e pecuaristas deste Município, os quais podiam confiar no amparo,

o mais completo possível, aos seus nobres e justificados propósitos de melhoria das condições da vida rural, por parte do atual Governo do Estado e especialmente de sua Secretaria, informando na oportunidade que, para comprovar esse interesse pelos poderes públicos pelas populações rurais, viera a esta Cidade, na véspera, mandado pela sua Secretaria, um trator com os respectivos implementos, para ser entregue nesta data ao Município de Mallet, com a finalidade do mesmo maquinismo ser aproveitado na lavoura local; e informou mais S. Excia. que dentro em breve seriam remetidos para cá um reprodutor e algumas novilhas de gado leiteiro holandês-argentino, do lote recentemente adquirido pelo Estado. Procedido o descerramento da placa, S. Exo. o Governador do Estado, proferindo palavras solenes e dando a Casa Rural de Mallet por inaugurada, cortou a fita simbólica que vedava a entrada do prédio, em cujo recinto, devidamente aparelhado para a finalidade estatutária da Associação Rural de Mallet, o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca fez entrega, ao Presidente, da chave principal do prédio inaugurado, entregando também ao Vice-Presidente o livro de Registro do Patrimônio Social; ao Segundo Secretário, o livro da Biblioteca Social e ao Segundo Tesoureiro o livro de Visitas da "Casa Rural de Mallet", cujo livro, a seguir, foi oferecido, para aposição das respectivas assinaturas, ao Exmo. Sr. Governador do Estado (aos Exmos. Srs. Secretários de Estado presentes, ao Exmo. Sr. Desembargador Sub-Procurador Geral do Estado e às demais autoridades federais, estaduais e municipais e aos presentes em geral. Aos mesmos foi servido aperitivo de produtos viti-vícolas do Município de Mallet, oferta dos respectivos produtores. Após uma rápida vista à exposição permanente da Casa, S. Exa. o Governador do Estado e sua comitiva deixaram o recinto, agradecendo o Presidente, à saída, a honrosa visita. (Logo após a entrada no interior do prédio, foi feita a bênção do mesmo pelo Revmo. Pe. Segismundo Piotrowski). Aberto o prédio à visitação pública, deu-se por encerrada a solenidade da inauguração, do que lavrei a presente at que, lida, vai assinada pelos membros da Diretoria e da Comissão Fiscal e por mim subscrita." — Copiada do livro que contém o original dos estatutos sociais, folhas doze a quatorze. Mallet, 8 de dezembro de 1949. (Assinado) Arthur Alfredo Schier — 1º Secretário. Visto: Em 8-12-49. (Assinado) Miguel Matiskei — Presidente. — (Estava uma impressão de carimbo, distintivo da "Associação Rural de Mallet — Mallet — Paraná.")

A luta internacional contra a constipação

Segundo as estatísticas cerca de uma terça parte dos habitantes das regiões setentrionais da América e da Europa sofreria anualmente durante o inverno das consequências de constipação. Inúmeras pessoas, tanto no hemisfério setentrional como no meridional tornam-se assim em cada vítima de afecções do aparelho respiratório. E a constipação que mina a constituição dos homens e são particularmente as consequências desta doença que se receiam. Se em 18/19 a gripe espanhola nos causou medo, há pouco, faz a gripe italiana.

Lembra-se da Polónia que em 1939 contou três e meio milhões de gripados. Em cada país a perda

do capital nacional é enorme e não se pode exprimir em algarismos o que esta cama internacional do enfermo custa à humanidade.

Por esta razão é tão importante que a resistência do corpo se aumenta para que se possam evitar, em todo o caso, as complicações perigosas de ataques de constipação. A combinação do produto natural QUININA e da vitamina de fruta C é o remédio por excelência, inofensivo e seguro contra a constipação e para evitar complicações.

Exactamente nas estações perigosas o corpo precisa do tónico quinina e da vitamina C que aumenta a resistência.

TIPOS DE PODA DAS ÁRVORES

ALDER AMERICANO

Eng.-Agrônomo

A poda é uma das mais importantes operações agrícolas e, tratando-se da técnica arborícola, seus fins podem ser assim resumidos: 1) conseguir a longevidade das árvores, tornando-as fortes, pela boa uniformidade na distribuição da seiva nutritiva, ou seja mantendo perfeito equilíbrio entre a parte subterrânea e a aérea; 2) dar às árvores as formas mais indicadas e apreciadas de embelezamento; 3) conseguir uma frutificação normal e abundante; 4) rejuvenescer as árvores que estão na fase de decrepitude; 5) garantir uma produção de frutos saborosos e sádios; 6) reduzir os ramos mortos ou doentes, inúteis ou mal conformados, a fim de permitir maior acesso à luz, ao ar e ao calor.

À vista do exposto, podemos especificar os seguintes tipos de poda: a) de educação; b) de transplantação; c) de formação; d) de frutificação ou de produção; e) de conservação ou de limpeza; f) de restauração.

Poda de educação

Deve ser feita no viveiro, quando a planta necessita dos cuidados especiais, para orientá-la devidamente no seu crescente desenvolvimento, isto é, fornecendo-lhe condições para o seu *étimo* de vegetação. Tem-se em vista a eliminação dos raminhos baixos, no sentido de favorecer a saída de novos rebentos que, futuramente, irão constituir a copa, que é a parte superior da planta, constituída de todas as ramificações com ou sem folhagem. Quando esta operação não é feita cuidadosamente, surgirá, infalivelmente, uma brotação imperfeita, que influenciará na formação da copa. Nesta fase de crescimento, deve-se ter a máxima vigilância, pois do contrário qualquer descuido poderá acarretar sérios prejuízos à planta.

Estando a árvore em condições de ser transplantada para o lugar definitivo, procede-se, então, a uma ligeira poda, tanto na copa como nas raízes que se apresentam pódres, velhas, partidas ou demasiadamente compridas. Com isto, apenas visamos manter o equilíbrio necessário entre a parte subterrânea e a aérea do vegetal. Esta a *pode de transplantação*.

Poda de formação ou morfológica

Tem por fim dar à planta uma forma determinada, seguindo à risca as exigências de cada espécie no tocante às regras gerais para os fins que se

tem em vista. Esta modalidade de poda é realizada durante o período do crescimento, a fim de conseguir uma copa conveniente, regular, bem ramificada, um "esqueleto" de boa conformação, cujos ramos fiquem uniformemente distribuídos, permitindo, assim, uma rápida circulação da seiva bruta ou mineral, um arejamento e luminosidade mais perfeitas e que a sua folhagem proteja a planta contra os "golpes de calor". Em se tratando de plantas frutíferas, claro está que precisamos aliar sempre as duas coisas, o útil ao agradável, ou seja, a beleza e o seu aproveitamento econômico.

Poda de frutificação

Também chamada de *produção*, que se efetua quando a árvore atingiu o seu franco desenvolvimento, tem por objetivo garantir a regularidade da produção dos frutos. Este sistema de poda exige, por conseguinte, um podador inteligente, hábil e que conheça o modo de vegetação de cada espécie ou variedade frutífera. Estando ausentes estas qualidades, é aconselhável evitar a poda a fazê-la erradamente. Pelo presente processo se consegue colheitas normais. Cada fruteira tem suas regras gerais já retificadas pela técnica arborícola. Os ramos frutíferos devem ser, quanto antes, suprimidos, conservando-se apenas os novos, para floração vindoura. Executada com perícia, evita-se o desperdício da seiva, que, decerto, reverterá em benefício das gemas frutíferas.

Poda de conservação ou de limpeza

Consiste simplesmente na eliminação dos ramos mortos ou doentes, mal conformados, ou dos que se acham impedindo a passagem do ar e da luz. Os rebentos chamados "ladrões" também precisam ser eliminados.

A função principal desta poda é distribuir disciplinarmente a seiva, tanto a bruta como a elaborada. É praticada logo após as colheitas ou durante o período de descanso do vegetal.

Poda de reforma ou de restauração

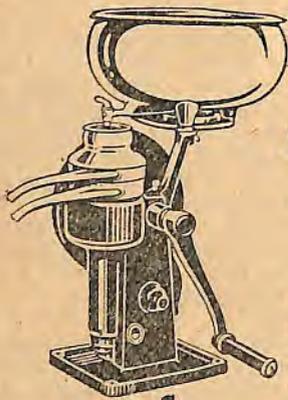
É a que se efetua no caso de plantas mal podadas, velhas ou enfraquecidas.

(Comunicado n.º 104 do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Outubro de 1949).

LAVRADOR! CRIADOR!

FORTALECE A TUA CLASSE INSCREVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO TEU MUNICÍPIO; SE ESTA NÃO EXISTE AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS MOLDES DO DECRETO-LEI 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTARÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO.



Desnatadeiras **VIKING**

para fazendas e
indústria laticinista

De procedência suéca, são fabricadas em diversos tamanhos, com capacidade para 45 a 250 litros por hora, sendo fornecidas para acionamento manual ou por força motriz.



Ordenhadeiras Wards

De fabricação americana. Recipiente para 22 litros. Fornecidas completas com conexões, ventosas, válvulas, bomba de vácuo, etc.



Latas para leite

Nacionais ou estrangeiras. Temos diferentes modelos em ferro estanhado ou alumínio, com tampa de pressão ou de rôsca.



Batedeiras Viking

Para continuar o serviço das desnatadeiras, no fabrico de manteiga. Com capacidade para 3 a 15 litros.

*Consultem-nos
sem compromisso*

RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 67

NITERÓI
Rua Visc. Rio Branco, 521

PORTO ALEGRE
R. C. Vicente esq. M. Pereira

PELOTAS
Pça. Cel. Pedro Osório, 154

SÃO PAULO
Av. do Estado, 4952

BELO HORIZONTE
Rua Curitiba, 448

RECIFE
Rua da Palma, 251

VITÓRIA
Av. Vitória, 719

MESBLA

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

A importância do cereal "Adlay" sob o ponto de vista econômico e social

Paiestra coordenada pelo socio da Soc. Nacional de
Agricultura, F. Guilherme Steinemann, E. I., na
reunião de 17-2-1950, no Rotary Club —
Barra Mansa, Estado do R. de Janeiro

Os conhecimentos referentes ao plantio e o aproveitamento do cereal ADLAY datam do tempo das Vedas, e constam de velhos papyrus daquela época. Cabe por este motivo aqui a citação de um sábio Rei, também da antiguidade, quando dizia:

"NIHIL NOVO SUB SOLE"

Nada inventei; nada de novo posso dizer aos senhores.

Seja-me permitido somente RECORDAR. Recordar, sob o signo de VIVER. Viver deve significar VIBRAR, e quem vibra há de mostrar MOVIMENTO, e este por sua vez, há de finalizar em PRODUZIR.

E, como complemento e introdução desta palestra, permitam-me invocar o elevado apêlo de um outro sábio dos tempos mais chegados, o grande e inesquecível benfeitor da humanidade, o douto HAHNEMANN, quando dizia:

"NÃO ACREDITEIS EM MINHAS PALAVRAS; VERIFIQUEI OS FATOS".

Sabemos que inicialmente foi o homem obrigado pela necessidade de exercer a agricultura, afim de prover o sustento para si e de sua prôle, obter o pão de cada dia.

Com o decorrer dos tempos deixou de ser vegetariano e tornou-se carnívoro, cuidando, desde então, da pecuária.

E' interessante observar que as guerras na antiguidade, foram, geralmente, motivadas pela posse das PASTAGENS, sujeitando-se os povos a um estado de semi-escravatura ou servidão no que se refere á posse de terras para o plantio de trigo como alimento básico.

Verificamos estes fatos entre os antigos reinos da Pérsia, Babilônia, Assíria, Médas, Philisteas, Egypcios, Abyssinia e os povos nomades do Jordão, os Israelitas principalmente, os quais estiveram algumas vezes em cativeiros prolongados.

Livros insuspeitos, como a Bíblia, o Talmud e o Al-Korão contam-nos fases tremendas da história de muitos povos, tendo como causas fundamentais a posse de alimentos.

As grandes invasões da Europa pelos Hunos, Mongois e Árabes, não tinham somente o brutal escôpo do assalto e da conquista, e, sim, a luta pela vida, isto é, pelo alimento.

Como seqüência surgiu o artesanato, isto é, a indústria, já para produzir ferramentas que permitissem o aumento da produção, como também, para aparelhar os povos com apetrechos engenhosos para a defesa de seus bens contra a cobiça de vizinhos.

Assim sendo, teve a indústria os seus alicerces no desenvolvimento agro-pecuário, com raras exceções de algumas nações do mundo moderno.

— PANEM et circenses — a célebre frase de um grande pensador romano, frase de desprezo dirigida aos ocupantes do Forum de então, numa época de franca decadência do Império dos Cezares, devia ser parodiada e substituída por uma expressão mais nobre e mais humana para o mundo de hoje, isto é — PANEM, PACEM FACERE —.

E qual é a lição do mundo moderno, do mundo em que vivemos? Não vamos longe; dentro do nosso pequeno círculo de atividades em que vivemos, dentro dêste Município, que é uma parcela das centenas que formam este grande País, sob o signo sagrado e místico da constelação do CRUZEIRO, dentro dêste pequeno círculo, repito, encontraremos as lições que a tempo em sua marcha gravou.

Que as lições do passado sirvam para a geração presente e a futura, e possam proporcionar para o Brasil o que todos nós desejamos sinceramente — PAZ E PROGRESSO —.

O que nos ensina o passado? O que podemos esperar do futuro para este Município?

No passado verificamos o desenvolvimento da antiga Capitania pelo braço indígena e pelo braço africano, na agricultura formando grandes plantações da cana, mandioca e outras menores, obrigando-as a instalação de engenhos para a fabricação do açúcar, álcool e a farinha; em paralelo apresentou-se uma bem desenvolvida criação de diferentes classes.

Mais tarde, já no tempo do Império, teve a velha província do Rio de Janeiro sua época áurea com o plantio de grandes cafezais e o maior desenvolvimento das usinas de açúcar, até a última década do século passado, quando muitos fatores se tornaram desfavorável ao progresso do Estado do Rio.

De tempos para a atual época verifica-se felizmente um reerguimento bastante pronunciado sob diversos aspectos, principalmente sob o ponto de vista industrial.

Entretanto, não devemos fechar os olhos e deixar de reconhecer que o desenvolvimento da indústria, precisando muitos braços, aos quais pode oferecer boa paga, desfalcou as necessidades da lavoura, a qual entrou, por isso, em deplorável declínio; este fator por sua vez provocou o encarecimento dos gêneros alimentícios e a falta destes últimos nos mercados de abastecimentos, tornando a classe obreira, em geral, subalimentada e mal satisfeita com o estado das coisas.

Grandes fazendas ficaram com os seus trabalhos da lavoura paralizadas, desenvolvendo outras a Pecuária, a qual menor número de braços exige.

As grandes indústrias instaladas neste Município, como por exemplo a Cia. Siderúrgica Nacional, a Siderúrgica Borbaró, a Siderúrgica Barra Mansa, o Moínho de Barra Mansa, a Cia. Nestlé, a Usina de Laticínios, as Indústrias Químicas Duperial e outras, e mais ainda, as novas indústrias em perspectiva, como por exemplo a fábrica de Cimento Vale do Paraíba, a fábrica Nitro-Química e Produtos congêneres, fábrica de Ferramentas etc. para a lavoura, Britadores e outras que passam surgir, tendo como base as indústrias siderúrgicas, são de absorver fatalmente mais braços para o seu funcionamento, aniquilando o que resta da Lavoura, e desfalcando, também, a Pecuária.

Surge então com mais nitidez o espectro da ALIMENTAÇÃO, cujo problema se acha gravado na consciência de todos, desde o último peão descalço até o burguês de colarinho e gravata.

A que preços subirão os gêneros alimentícios? Donde nos vem e poderão continuar vir?

Em que situação ficará a nossa Pecuária, cujos pastos se acham geralmente depauperados e por isso a produção do leite por unidade é deficitária, aumentando-lhe o custo e deixando uma margem de lucro ínfimo?

Para que passamos responder em parte por pequena que seja e colaborar, com os poucos conhecimentos que possuímos destes graves problemas, em procura de uma ação que amenize o estado atual e que ainda possa surgir, referente ao acima exposto, devemos voltar as nossas atenções a um grande personagem na vida nacional, o saudoso ex-ministro e agrônomo FERNANDO COSTA, o qual iniciou a campanha do fomento da produção do cereal.

O ADLAY — na alimentação nacional

Da lavra do agrônomo Ubirajara Pereira Barreto, da seção de Fomento Agrícola em São Paulo, apresenta esta publicação com clareza técnica, documentação fotográfica e testemunhos de numerosos lavradores, o quanto vale este cereal de existência milenar, quando diz em uma das inúmeras páginas: "O novo grão, pelas suas qualidades biológicas e pelas suas vantagens culturais, econômicas, é altamente revolucionário, capaz de imprimir, ao ritmo econômico-social do país, transformação profunda, de consequências fundamentais na evolução político-econômico-social da Nação."

"Coloca-se, assim, este cereal em o mesmo nível dos grandes acontecimentos que mudaram, tantas vezes, a rota da Humanidade."

"É do campo, através dos pioneiros da agricultura moderna que o precioso Adlay há de surgir, um dia, dando inteiro cumprimento à sua missão, isto é, a de alimentar, bem e fartamente a gente brasileira."

Vamos recordar agora o que diz o agrônomo Antônio Carlos Pestana, na Revista "A Lavoura" em dezembro de 1946, referente à Pecuária: "O Cereal Adlay" — "Continua, porém, de pé, embargando os esforços dos zootécnicos e criadores brasileiros o desconhecimento de boas forrageiras indígenas e exóticas, que entre nós medram fácil e economicamente. Precisamos de forrageiras capazes de substituir pelas suas virtudes as que penosamente podemos cultivar, e as que por preço exorbitante podemos importar."

Referente à morte e à incapacidade de produção de grandes milharais, em consequência da falta transitória ou da escassez de chuvas em certas fases da vegetação, diz: "que em igualdade de condições, o cereal Adlay não teria a mesma sorte, porque é vegetal que uma vez plantado ficará no solo por três ou mais anos, pelo menos, à semelhança da cana de açúcar, com soca e ressoca. E não é só. Pensemos no alívio e na economia que ao lavrador trarão as sacas e ressocas do Adlay, livrando-o da obrigação de lavrar o solo e semá-lo todos os anos, como o exige o milho, por exemplo."

Pensemos também na redução dos tratamentos culturais, como uma das características mais apreciáveis do Adlay."

Conforme a análise química do Instituto do Ministério de Agricultura apresenta o Adlay, entre outros fatores:

Substância gordurosa	6,89%
Proteínas	13,65
Amido	3,00

e em outra análise :

Substância gordurosa	5,40%
Proteínas	12,40
Hidrocarbonados	69,90

Continuando o agrônomo Carlos Pestana:

"A proteína é material que tem faltado em boa dose às forrageiras indígenas, de multiplicação e cultivo fáceis. Daí vemos com freqüência, nas revistas de assuntos agro-pecuários a indicação de forragens exóticas, ricas daquele material, como o trigo, trigoilho, farelo de trigo, aveia e até centeio para a composição de rações próprias para coelhos, galinhas, porcos, vacas leiteiras, cabras etc."

"Que significa isto? Que não temos outro sucedâneo para esse mesmo trigo, cuja cultura no Brasil não se pode fazer com a mesma difusão e pelo mesmo custo, registrados noutros países."

"Nossa vida econômica, em certos setores, está assim condicionada às vicissitudes de recursos forrageiros vindos do exterior, e portanto muito precária é nossa estabilidade política no concerto das nações."

"Conversando com o nosso colega Franklin Viagas, pude ouvir-lhe a afirmativa de que o nosso problema zootécnico é, principalmente, **problema de forrageiras.**"

"A Revista "A Lavoura" de junho de 1949 publicou o artigo "Custo da Produção do Leite", da lavra do inspetor de Produtos de origem animal, sr. José Assis Ribeiro, em cujo artigo cita, por exemplo: "Trato deficiente das pastagens"; Este critério leva os interessados na produção racional do leite, ao melhoramento das pastagens, única possibilidade de, aumentando o valor das terras, aumentar-se o rendimento do gado."

"Quem pretender manter rebanho leiteiro em exploração racional tem que, antes de tudo, estar aparelhado para lhe fornecer alimentação adequada. E esta não se resume em simples aquisição de farelos, de tortas, etc. de escassa produção em nosso meio, razão dos seus elevados preços."

Em "Notas sobre o cereal Adlay" do Professor Paulo Parreiras Hortas, publicado na "A Lavoura" em fevereiro de 1948, encontramos informações de suma importância, pois elas foram tiradas de observações práticas em sua propriedade no Município de Barra do Piraí.

Dizem as observações, por exemplo, o seguinte: "Temos visto que os animais aceitam com a melhor boa disposição, quer as sementes picadas ou moidas, de Adlay, com ou sem casca, assim como se deliciam com sua parte vegetativa. Faz parte de nosso programa de 1948 aproveitar a variedade anã como produtora de sementes e a variedade comum (gigante) para ser usada, sobretudo, como forragem verde, dadas as ótimas qualidades evidenciadas pela análise química da parte vegetativa." Apresentava a parte verde em Proteína real de 1,52 e na substância seca até 7,21%.

Referente a aceitação da parte seca, folhas e hastes do Adlay pelo gado leiteiro pode o sr. Damião Medeiros informar também as suas observações práticas.

Voltando ao fator de "O ADLAY NA ALIMENTAÇÃO HUMANA", responde este cereal de maneira integral e completa os seguintes quesitos, conforme destaca o agrônomo Ubirajara Pereira Barreto:

- a) valor biológico igual ao trigo;
- b) possibilidade de rápida produção em grande escala;
- c) valor econômico baixo, ao alcance da bolsa popular;
- d) forma de consumo mais popular, isto é, que possa ser consumido em grão inteiro, sem inconvenientes.

O Cereal Adlay, como alimento popular e barato, pode ser ingerido em grãos beneficiados, cozidos, em qualquer forma, como arroz e como cangica; assim proporcionará ao trabalhador um alimento sadio, barato e de fácil preparo.

Na tabela de "Substâncias Nutritivas" encontramos o Adlay na seguinte posição:

	Valor biológico
Adlay de 93,4 a	105,0
Trigo	84,4
Milho	91,2
Arroz	88,3
Aveia	80,6

PLANTANDO E TRATO CULTURAL

O Adlay é uma planta de todos os climas e de todas as altitudes; vai desde o litoral — quente, úmido e baixo, até as altitudes mais elevadas e frias — na Bolívia até 1.500 metros sobre o mar.

Nos climas quentes e úmidos e de pouca altitude seu ciclo vegetal se reduz a tal ponto que chega a produzir quase 3 vezes ao ano.

Quanto mais fértil for o solo, melhor o Adlay se desenvolverá; entretanto, sua cultura nas terras menos frescas, na época das chuvas, é igualmente recomendada.

Plantando uma vez, a duração do pé, na terra, vai além de 3 anos, com suas produções normais e econômicas. Este particular é muito importante, tendo-se em conta o custo da produção.

As despesas de preparo da terra e da plantação são efetuadas no 1.º ano, correm, portanto, por conta das colheitas de 3 anos, rebaixando consideravelmente o custo da unidade.

A sementeira deve ser feita em linha, facilitando mais tarde a capina mecânica. Os sulcos paralelos devem guardar a distância de 1 metro no mínimo, e as sementes duas a duas, são colocadas no sulco distantes de 80 cm a 1m. de uma cova a outra.

Nas terras mais fracas e nos climas mais secos, estas distâncias podem ser reduzidas, porém, nunca menos de 50x50 cm.

Plantando com o espaçamento de 1x1m, pode um hectare gastar 20.000 sementes ou sejam mais ou menos 1,6 a 2 kgs. de sementes; as sementes devem ser cobertas com 3 a 5 cm. de terra.

Também pode se realizar a plantação em covas, semelhante ao milho, feijão e outros cereais; deve se guardar sempre o espaço acima indicado.

A capina, em terras mais limpas, reduzem-se muitas vezes a uma só; nas terras menos limpas, necessitam-se de 3 a 4 capinas até que as plantas se tenham bem desenvolvidas.

Após o corte, rente ao chão, cobrem-se as touceiras com leve camada de terra, possibilitando, assim, melhor brotação para um novo ciclo de produção.

A folha cortada fica geralmente no terreno, impedindo o desenvolvimento do mato e evitando novas capinas na segunda vegetação. **Mais tarde serão as folhas, já em decomposição, enterradas como adubo, recuperando, desta forma e da mais econômica, as terras cansadas.**

PRODUÇÃO E COLHEITA

O rendimento por hectare constitui um índice de alto valor econômico; assim sendo, encontram-se colheitas que variam de 1.650 a 3.500 quilos por hectare, podendo tomar como base média em nossas terras 2.000 a 2.500 quilos em grão, para uma colheita, ou seja por ano, com duas colheitas — 4.000 a 5.000 quilos por hectare.

Cortam-se as hastes a 1 metro abaixo dos cachos, desde que as sementes estejam devidamente secas.

Logo após cortam-se as touceiras rente ao chão, cobrindo-as com terra para melhor e futura brotação.

Os cachos ficam amontoados no terreiro, como arroz, ou na própria lavoura, e 2 a 3 dias após o corte ficarão batidos para desembaraçar as sementes; estas, depois bem secas, ficarão armazenadas.

BENEFICIAMENTO DO GRÃO

O beneficiamento do grão processa-se igual como o do arroz ou café em máquinas simples de descascar, e, até, no mais rudimentar sistema do antigo mojolo.

Como forragem pode ser usado inteiro ou moído sem necessidade de separar a casca e a palha, conforme a aplicação a qual se destina.

Para a alimentação humana prepara-se o grão do Adlay como o arroz, obtendo um prato delicioso e nutritivo, rico em vitaminas.

Escreve o agricultor Reimar V. Schaaffhausen de Santo Amaro-S. Paulo: "O sabor assemelha-se com aveia. Para fazer pão, biscoitos ou bolos o grão pode ser moído no moinho de fubá, e misturado com a farinha de trigo. Cada boa dona de casa aprenderá logo a usar o Adlay para fazer muitos pratos diferentes e gostosos."

Plantação e colheita são muito simples; quem sabe plantar milho ou arroz, pode plantar e colher o cereal Adlay.

As falhas soltas, verdes ou secas, servem para forragem.

Os restos das plantas voltam para as plantações, onde serão espalhadas entre as linhas como ADUBO, para recuperar as terras esgotadas ou cansadas, e prepará-las para novas culturas.

RESUMO

Não existe outro cereal que reuna tantas vantagens. Serve para a alimentação humana e para forragem. Contém em média 16% de proteínas. Aproveitam-se os grãos e as folhas. Cultura simples e de alto rendimento. Em clima quente dá duas colheitas por ano.

O produtor pode beneficiar o Adlay, usando os grãos na alimentação da família e para forragem na própria fazenda.

E como final: **PLANTANDO DÁ! E dá muito!** Esta apreciação de um lavrador foi publicada em "A Lavoura" de maio-junho de 1948.

A humanidade tem fome e reclama alimentos; a máquina humana encontra-se enferrujada, seca e exausta, e ouvem-se as lamentações em todas as latitudes deste vasto mundo de misérias e desgraças.

Sómente sobre uma sólida Agricultura e Pecuária Nacional pode a nossa Indústria expandir livremente, contando com braços fortes, sadios e produtivos de trabalhadores.

A cultura do cereal ADLAY representa um dos fatores na solução do problema e da alimentação humana, como também da melhoria da nossa Pecuária, referente à produção do leite, não somente neste Município de Barra Mansa, como em muitos outros centros do Brasil.

Página de
Barra Mansa - Volta Redonda
Estado do Rio

**ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E AGRÍCOLA
 DE BARRA MANSA**

Orgão defensor das classes produtoras e conservadoras do Município.

AV. DOMINGOS MARIANO, 195, sob. — TEL.: 114

DAMIÃO MEDEIROS

BARRA MANSA

RUA ANDRADE FIGUEIRA, 155

TEL.: 267

**Terrenos para Indústrias,
 Chácaras e Sítios**

na Fazenda PONTE ALTA, com frente à Au-
 to-Estrada Barra Mansa — Volta Redonda e
 Rio-São Paulo

Srs. Viajantes e Turistas:
 TRÊS CASAS ÀS SUAS ORDENS:

GRANDE HOTEL — Barra Mansa

GRANDE HOTEL ROYAL

TEL.: 295

GUARATINGUETA' — TEL.: 392

PARQUE HOTEL — Rio de Janeiro

AV. MEM DE SA', 343 — TEL.: 32-4583

**LEITE MOÇA
 LEITES EM PÓ:
 LACTOGENO
 NESTOGENO
 ELEDON
 PELARGON
 NINHO**



PRODUTOS GARANTIDOS
 PARA A ALIMENTAÇÃO
 DE CRIANÇAS E
 ADULTOS

MOINHO FLUMINENSE S. A.

SECÇÃO MOINHO BARRA MANSA

Est. Rio de Janeiro.

Caixa Postal n.º 10 — Tel.: 235 — J — 11.

Para as suas galinhas
RAÇÕES PRENSADAS

avevita

Indústria Brasil de Laticínios

J. BRUNO LTDA.

Fábrica:
 BARRA MANSA

Escritório:
 SÃO PAULO

TEL.: 274 — AL. ED. PRADO, 781

Leite condensado e em pó — Manteiga e Creme.

CASA CHIQUILIN

MATERIAL ELÉTRICO

LEAL & IRMÃO

BARRA MANSA

AV. JOAQUIM LEITE, 461 — TEL.: 21
 Importadores — Atacadistas.

SOC. TÉCNICA E INDUSTRIAL

ITACA Ltda.

Artefatos de cimento: tubos, postes, caixas d'água,
 fossas, azulejos, ladrilhos.

BARRA MANSA

CAIXA POSTAL N. 14

AREIA PARAIBA

PARA CONSTRUÇÕES

CARVALHO & CARVALHO

BARRA MANSA

AV. JOAQUIM LEITE, 430 — TEL.: 50

Porto de areia à margem do Rio Paraíba
 ao lado da Ponte.

SEMENTES DO CEREAL "ADLAY"

VICENTE T. FERREIRA

LAVRADOR

FAZENDA PONTE ALTA

BARRA MANSA

RUA ANDRADE FIGUEIRA, 155

FERRAGENS BARRA MANSA LTDA.

MATERIAL PARA LAVOURA

Produtos veterinários — Ferramentas

BARRA MANSA

AV. JOAQUIM LEITE, 454 — TEL.: 59

NORMAS PARA COMBATER A RAIVA DOS BOVINOS

JORGE VAITSMAN

Médico-Veterinário

As autoridades sanitárias responsáveis pela defesa de nossos rebanhos vêm desenvolvendo intensa campanha para a eliminação da raiva, cuja incidência nos bovinos têm sido alarmante nos últimos tempos. Até alguns anos atrás, era apenas conhecida no Sul; atualmente existe no Centro e Nordeste e ameaça alastrar-se pelas outras zonas do país.

Em algumas regiões é doença ainda desconhecida ou rara e, para isso mesmo, vamos resumir os conhecimentos atuais sobre ela, a fim de que os criadores se alertem e fiquem prevenidos quanto aos aspectos principais do problema e possam cooperar, na defesa da economia nacional e também na de seus próprios interesses que serão atingidos, caso apareçam animais doentes em suas fazendas.

A raiva comum e mais conhecida é a do cão, que se torna "danado", quando doente. Nos bovinos, de sintomas, em geral são diferentes, pois é diferente, também o mecanismo de sua transmissão. Na raiva dos cães, existe fúria e excitação; o animal torna-se agressivo, modifica seus hábitos e só na fase final da doença é que apresenta sinais de paralisia dos músculos da boca, impossibilitando a deglutição e a ingestão de água (daí o nome de hidrofobia); logo a seguir aparece uma paralisia do trazeiro e a morte sobrevem em poucas horas.

Os bovinos não têm esta forma de raiva, e não ser quando mordidos por raposas ou cães "danados". Embora possível, nos campos é muito raro que as cousas aconteçam desta, maneira. Entre os bovinos, a raiva é transmitida pelo morcêgo hematófago, isto é, chupador de sangue, e a doença não apresenta os sinais de excitação e fúria tão comuns nos cães. A doença é conhecida pelos nomes de Paralisia dos Bovinos, Mal de Cadeiras dos Bovinos (Santa Catarina e Mato Grosso, principalmente) e Raiva Desmodina ou Raiva Epizooticos Herbívoros. O nome da raiva é conservado porque o agente causador é o mesmo da moléstia do cão, embora os sintomas e o mecanismo de transmissão sejam diferentes.

Nos bovinos, a doença caracteriza-se por uma paralisia súbita do trazeiro, sem nenhum outro sinal ou sintoma anterior, nem mesmo a marca da mordedura do morcêgo. A paralisia é progressiva e atinge os músculos do coração e morrendo o animal repentinamente no 5.º ou 6.º dia.

Não há nenhum tratamento possível para esta doença, que, entretanto, pode ser evitada quando o animal é vacinado preventivamente com produto testado. A dosagem da vacina varia de 10 a 40 cm³, conforme se trata de bezerras, novilhas ou garrotes e adultos de grande porte. A dose, na

verdade, pouco influi. O que mais vale é o teste de segurança (teste de Habel), que a boa vacina deve apresentar, teste esse só feito, no Brasil, pelo que sabemos, nos produtos do Instituto de Biologia Animal.

A campanha contra a raiva, ora em execução pelo Ministério da Agricultura, só poderá ser bem sucedida se os criadores colaborarem decididamente com a Divisão de Defesa Sanitária Animal, observando, com todo o rigor, suas instruções, que, a seguir, resumimos:

1.º Toda morte de animal com paralisia do trazeiro deve ser comunicada à Inspetoria Regional de Defesa Sanitária da região, que se encarregará de proceder a primeira vacinação do banho da fazenda;

2.º Seis meses depois, o criador deverá revacinar o gado e repetir essa vacinação, se necessário, até que sua zona fique saneada;

3.º O criador deve combater sistematicamente os morcêgos hematófagos. Os não hematófagos podem ser poupados;

4.º A classificação dos morcêgos não é difícil e os técnicos do Ministério da Agricultura se encarregarão de fazê-la e ensinar como distingui-los;

5.º O criador deve proteger as corujas, que são os inimigos naturais do morcêgo e, portanto, eficientes auxiliares no combate à raiva. As corujas caçam os morcêgos e os destroem. O gavião é outro inimigo natural dos morcêgos. Assim, nas zonas onde existe raiva o gavião também deve ser poupado;

6.º O criador deve descobrir os esconderijos dos morcêgos, geralmente nos ócos das árvores e nas tocas e fendas das rochas;

7.º Localizado o "casero" dos morcêgos, tampam-se suas saídas com um pano e queimam-se enxofre na entrada principal. Na falta de enxofre é bastante uma simples fogueira, cuja fumaça tonteia os morcêgos e os mata; os que conseguem sair, caem ao solo e podem ser facilmente eliminados por outros meios.

8.º Além dos morcêgos, as raposas também devem ser perseguidas, pois podem contrair e transmitir a raiva;

9.º O criador não deve esquecer de vacinar e revacinar com regularidade os cães da fazenda; e

10.º Deverá sacrificar todo animal atacado de raiva e queimar ou enterrar as carcaças, profundamente.

Como se verifica dos detalhes deste plano, a campanha contra a raiva, para ser eficiente, não pode dispensar a ajuda do criador, aos seus principais detalhes. Sua execução exigirá trabalho e

perseverança. Qualquer descuido ou excesso de confiança poderá ser fatal.

A luta contra o morcêgo é a parte essencial. Para descobrir suas tocas ou "caseiros", criadores gaúchos estão amestrando cães, o que não é difícil de ser imitado em outros Estados. Tais cães devem estar vacinados e revacinados, tomando-se o cuidado de que apenas localizem os esconderijos, deixando aos homens o serviço de caça e morte. A toca do morcêgo hematófago é típica pelo cheiro e aspecto próprio das fezes dos animais que se alimentam com sangue; e um pouco de prática ensinará o criador a distingui-las das dos outros morcêgos que se alimentam de insetos e, portanto, não são prejudiciais aos bovinos ou qualquer outro animal do campo.

Em qualquer caso, porém, de diagnóstico de Raiva Bovina, o combate aos morcêgos deve ser total, a fim de evitar maior demora no saneamento da zona.

A proteção à coruja é outro detalhe importante que precisa ser integralmente atendido por todos que vivem no interior. A coruja é uma ave utilíssima, pois só se alimenta de ratos e morcêgos, livrando o criador destes dois temíveis inimigos.

Uma aproximação mais efetiva entre o criador e as Inspetorias Regionais de Defesa Sanitária Animal resultará em melhor êxito da campanha contra a raiva, ou de qualquer outra zoonose, que costuma surgir em nossos rebanho.

((Comunicado n.º 1 do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — janeiro de 1950).

Noticiário da Escola de Horticultura 'Wenceslão Bello'

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A F. G. V.

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mais os seguintes Cursos Práticos, ministrados em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas:

- Curso Prático de Solos e Adubação
- Curso Prático de Enxertia
- Curso Prático de Contabilidade Agrícola
- Curso Prático de Cálculos e Medidas Agrárias
- Curso Prático de Hortas Domésticas
- Curso Prático de Organização de Pomares
- Curso Prático de Organização de Museus Zoológicos.

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A U. R.

Em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslão Bello os Cursos Avulso de Horticultura e de Extensão de Fruticultura, que vêm sendo ministrados desde 1944, no referido educandário mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

CLUBE AGRÍCOLA "MIGUEL CALMON"

Reiniciou suas atividades o Clube Agrícola Miguel Calmon, mantido na Escola de Horticultura Wenceslão Bello pelos alunos do Cursos de Hortelão, Fruticultor e Floricultor.

INTERNATO DA ESCOLA

Da mesma forma que nos anos anteriores, foi elevado o número de pedidos de matrícula nos Cursos de Floricultor, Hortelão e Fruticultor que funcionam sob regime de internato na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

(CARBÚNCULO HEMÁTICO)

ANTICARBUNCULOSA

(PNEUMOENTERITE)

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS

Registros nos. 1, 2 e 167 respectivamente na D.D.S.A. do Ministério da Agricultura

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

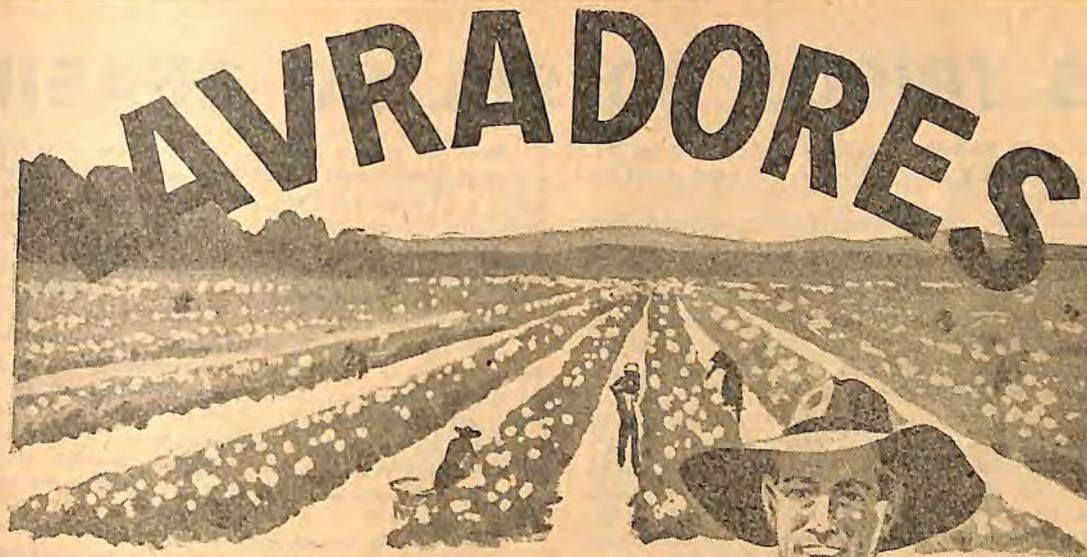
RUA LICÍNIO CARDOSO, 91

Caixa Postal, 1420

Distribuidor exclusivo no Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

Cesar A. Cardoso

Rua Uruguaiana, 33-1º andar, — Caixa Postal 356 — Rio de Janeiro



Com o uso dos produtos agrícolas "ELEKEIROZ" suas plantações se tornarão mais rendosas e estarão protegidas contra as pragas, da lavoura.

Aubos Químico-Orgânicos
"POLISÚ" e "JÚPITER"

SUPERFOSFATO "ELEKEIROZ"
20 - 21% P₂O₅
INSETICIDAS e FUNGICIDAS
à base de DDT BHC e outros

FORMICIDA "JÚPITER"
"O carrasco da saúva"

ARSENIATOS "JÚPITER"
de Alumínio e Chumbo

BI-SULFURETO DE CARBONO "JÚPITER"
(Para expurgos)

Fornecemos indicações para o emprego destes e de outros produtos de nossa fabricação.

PRODUTOS QUÍMICOS "ELEKEIROZ" S. A.
Rua São Bento, 503 - Cx. Postal, 255 - S. Paulo



OS TRIGOS DO SUL DO BRASIL

Do nosso prezado e ilustre consócio, Sr. Jorge Polysú, recebemos a carta e o artigo que, com prazer re-produzimos:

"Timo. Snr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sda. N. Agricultura Rio. — Prezado Sr. — Escrevo esta carta para lhe pedir 5 ou 6 números da "A LAVOURA", a fim de, com esta, visitar certos conhecidos, que desejo fazer entrar, como membros, na Sociedade, tendo já recebido as folhas para enchê-las.

Aproveite da ocasião para lhe comunicar que nos Estados Unidos da América do Norte, repararam que desde 1947, as semeaduras do trigo "Frontana" são as que ofereceram a maior resistência à ferrugem "15th" a mais virulenta, bem como verificaram que todos os cruzamentos de Bage, obtidos pelo Dr. I. Beckman são também muito resistentes, quando centenas de variedades importadas de todas as partes do Mundo não resistiram. Vão fazer cruzamentos dos trigos saídos de Bage.

A este respeito, junto mais uma folha do histórico do trigo 142 e Polysú — P. G. 1 onde sublinhei o que, me parece, ter tido uma enorme influência sobre esse bom resultado.

O Jornal, o "Estado de São Paulo", de 5-4-49 na seção: "Assuntos Agrícolas" publicou o texto de uma conferência feita em S. Paulo pelo Dr. I. Beckman onde se trata dos felizes resultados que ele obteve com o meu trigo.

Fiquei muito satisfeito em ver que trabalhei bastante para obtê-lo e que, pelo menos, deu um resultado certo.

Falta-me, agora, fazer algumas plantações com diversos solos, que, cultivados como acho que devem ser preparados e adubados, também como eles precisam, afim de obter, não 1 tonelada por hectare, mas pelo menos 1 T. 1/2 para no 2º ano obter 2 T. Na França em principio deste século já se obtiveram 3 toneladas e com trigos inferiores e em terras cultivadas desde centenas de anos e não vejo a razão pela qual, mesmo em terras consideradas como impróprias, não se obterá quantidade igual, mas trabalhando-as como precisa, e pondo à disposição da planta os elementos na quantidade indispensável.

Os terrenos de campo que existem em toda parte, produzindo barba de bode, em 10 anos deverão tornar-se as melhores terras para grandes áreas de cultura de trigo, e então esse cereal ficará a um preço muito remunerador. E o que o Brasil tem de obter: Muito trigo, custo baixo, solos e armazens e transportes econômicos. Venho de expor o meu plano, mas 79 anos de existência me tornarão mais difícil a realização, bem que não pareço ter mais de 60 anos.

Peço desculpas pela má redação.

Assino-me com estima — J. Polysú.

A variedade que serviu de base às pesquisas seletivas que levaram 25 anos de persistentes experiências difíceis e estudos laboriosos, foi originária do Paraná. Essa variedade descoberta neste Estado custou sete anos seguidos em seleções naturais à pessoa que queria incentivar a cultura do trigo no Paraná, isso desde 1914, atingindo o resultado visado, somente em 1922 quando a variedade foi definitivamente fixada.

1a. PARTE

O Dr. J. Polysú era possuidor de diversos lotes de terras na Colônia Novo Tirol — Município de Piraquara. Desde 1913 tinha resolvido interessar os colonos dessa zona e os de Piraquara no plantio de trigo.

Esses, de origem italiana ou polonesa conheciam a cultura desse cereal e gostaram da proposta. Assim, o Dr. J. Polysú animado pelo interesse manifestado pelos cultivadores, resolveu comprar, para semeá-lo, um trigo proveniente do Sul do País e, por isso, dirigiu-se ao prefeito de Guaporé, no Rio Grande do Sul, comprando em 1914 dois sacos da última colheita feita neste Município gaúcho.

Essas sementes foram distribuídas, na sua totalidade, à cerca de 50 colonos da Colônia Nova Tirol, de Piraquara e, depois, em Novo Transval, Muricy e até no Município de Morretes.

Tudo isso necessitou grande trabalho, muito tempo e despesas custeadas pelo pesquisador, que trabalhava por sua própria conta, sem ajuda nenhuma, nem mesmo oficial.

Todas as semeaduras provenientes deste trigo foram atacadas pela ferrugem, isso em todos os pontos onde era cultivado. Mas, entretanto, durante o período vegetativo o Dr. J. Polysú verificou que, no meio dos trigos, erguiam-se, vigorosos alguns poucos pés resistentes, imunes de ferrugem (amarela). Marcou, conforme a técnica, com um barbante vermelho, em cada lote plantado, esses pés diferentes, e, quando as espigas ficaram maduras, separou-as, uma por uma.

A totalidade dessa diminuta colheita atingiu o peso de 10 quilos de grão.

Com o auxílio de dez colonos experimentadores de Nova Tirol, o Dr. J. Polysú semeou estes dez quilos, a saber, um a cargo de cada colono e em meses seguintes: fim de abril, de maio e de junho de 1915.

Os poucos pés, que nasceram mais fracos, foram arrancados, deixando-se somente crescer os mais vigorosos, cuja produção foi muito boa.

Dez espigas, era o mínimo em cada pé, algumas produziram até 45 espigas. O notável resultado, foi na época, condignamente registrado pela imprensa. Cada um dos cinco jornais diários de Curitiba então existentes, fizeram exposições de diversos pés inteiros; raízes, hastes e espigas. Da totalidade dos grãos colhidos, foram então selecionados os grãos mais pesados, numa solução de sulfato de cobre e depois, separados os maiores, por penelas apropriadas, destinados esses grãos de elite, às próximas semeaduras de 1916.

Procedendo dessa forma, conseguiu-se nas Colônias Nova Tirol, Novo Transval, Piraquara, Muricy e outros lugares de clima mais quente, na Serra do Mar, uma colheita de cerca de 850 sacos, sejam mais de 50 toneladas de um trigo de peso por hectolitro de 79k — o qual, reduzido em farinha nos moinhos dos colonos deu um produto de primeira qualidade para panificação. A média das colheitas era de cerca de uma tonelada por hectare, e desde esse tempo a maioria dos colonos, quasi não compra farinha de fora, aproveitando também o farelo.

Foram necessários sete anos para obter essa variedade que já estava fixada em 1922. Justamente um ano antes desta data, o Governo Federal cogitando de fomentar a cultura do trigo acabava de crear em Ponta Grossa a Estação Experimental de Cereais cujo diretor era o Dr. Hérmenes de Barros Lima.

O Dr. J. Polysú resolveu mandar à estação recém-criada um saco de 60kg. da última colheita feita em Nova Tirol e, motu próprio, despachou em fevereiro de 1922, de Piraquara, um saco dessa preciosa variedade.

Diversos colonos ofereceram vender sementes à mesma estação para distribuição pelo Governo Federal, mas o Dr. Hérmenes Barros Lima declarou que a

verba sairia tarde de mais, para sementeira este ano, (carta de 15 de março de 1922). Terminou então o trabalho pessoal do Dr. J. Polysú. A 2a. parte tratará dos resultados obtidos na Estação Experimental do Trigo e nas culturas feitas no Paraná e em outros Estados.

2a. Parte

O Dr. Paulo Leitão, Diretor da Estação Experimental do Trigo em Ponta Grossa, em 14 de novembro do mesmo ano, (1922), no Ofício n. 243 declarou que: Entre as 200 variedades nacionais e estrangeiras foi o trigo mandado em fevereiro de 1922 que deu os melhores resultados, pedindo então, em 9 de janeiro de 1923 (Ofício n. 268) por compra aos colonos, 50 quartas as quais foram mandadas imediatamente.

Pelo Ofício n. 504 de 6 de abril de 1923, o Dr. Paulo Leitão, comunicou que essa variedade tinha sido registrada sobre o nome de **TRIGO POLYSÚ** com o n. 142 e que o fêz semear para experiências no Estado de São Paulo.

A colheita em 1924 atingiu, no campo experimental, à mais de cem sacas, grande parte foi distribuída pelo Ministério da Agricultura em diversos Estados.

O Ministério quiz então, comprar aos colonos quatro toneladas, que o Dr. J. Polysú foi encarregado de adquirir dos produtores. Infelizmente até ao momento de semear, a verba do Ministério não chegou e o Dr. Polysú responsável perante os colonos foi obrigado a pagar, do seu bolso, aos produtores esse trigo, que logo depois, ele ofereceu à título de presente nas Colônias dos arredores de Curitiba.

Assim, foi à própria custa do descobridor da variedade, que, esta mesma espalhou-se nos municípios vizinhos da Capital (São José, Araucária, Campo Largo, Palmeira, etc.).

Mais tarde, a estação experimental de Ponta Grossa fez novas linhagens de 142, que denominou: **PONTA GROSSA** n. 1, 2 e 3 que são a mesma variedade 142. Também outros batizaram esta mesma, com o nome da Serra onde tinha ela nascido, e onde está ainda cultivada hoje (**MARUMBI**). Assim, todas os trigos conhecidos sob os nomes de **POLYSÚ** — **PONTA GROSSA** n. 1, 2, 3 e **MARUMBI** são todos uma só variedade: o n. 142.

(Fotografias demonstrativas nas págs. 6-7-8-10-11-20 e 21 da obra do saudoso Dr. GIL STEIN FERREIRA: O melhoramento do trigo) Ministério da Agricultura 1931.

Onde o 142 não ficou misturado com os outros cereais, conservou-se puro e produz colheitas possuindo qualidades superiores sobre todos os pontos de vista, típicos à variedade registrada em 1923.

O Dr. Ildafonso Correia, que ocupou o posto de Inspetor Agrícola Federal, declarou em 1925 que foram colhidos na Colônia Orleans 22.000 kg. de Polysú (142) que apresentou adaptabilidade notável em terras fráguas e cansadas, coisa desconhecida em outras variedades nacionais e estrangeiras, e, no jornal "A República", de 12 de novembro de 1928 declarou mais, que, só a constatação desse fato vale dezenas de contos de réis; muitos Países, diz ele, tem gasto, nem dez contos, nem cem contos, procurando essas qualidades excepcionais sem o ter conseguido satisfatoriamente, e, mais adiante dizia que: na Colônia Aronsó Pena uma faixa de trigo Barleta está definhando entre duas tiras de Marumbi (142) que se mostra viçoso e bem espigado. A terra é a mesma e nenhuma das duas qualidades recebeu adubos.

E nesse mesmo ano foi experimentado na Colônia Novo Transval uma área de 2.500 metros quadrados na qual a colheita atingira 700 kg. de trigo n. 142, de peso hectolítico de 79 kg. esse rendimento corresponde a 2.800 kg. hectare. O que é uma extraordinária colheita.

Esses admiráveis resultados fazem lembrar o que tinha dito o grande Frederico II, Rei da Prússia. "É mais útil à Humanidade que todos os políticos do mundo, aquele que faz crescer duas espigas de trigo, onde antes, apenas crescia uma".

3a. Parte

O competentíssimo geneticista DR. IWAR BECKMAN, Chefe de Serviço de Experimentação e Genética em Bagé (R. G. do Sul) soube reconhecer o valor dessa variedade que ele tinha escolhido, na estação do trigo de Ponta Grossa em 1925, para servir de base aos delicados estudos que pretendia proceder e, recentemente, na sua interessante publicação: **CINCO ANOS DE COLABORAÇÃO EXPERIMENTAL EM TRIGO NO RIO GRANDE DO SUL**, que mandou ao Dr. J. POLYSÚ, escreveu esta dedicatória: "Ao ilustre engenheiro **JORGE POLYSÚ**, descobridor do famoso trigo Polysú, base primordial das pesquisas seletivas em trigo, registradas no Brasil nos últimos 25 anos, transmite o autor, as suas vivas felicitações e cordiais saudações".

Bagé, 31-1-49 (a.) IWAR BECKMAN

As variedades "Rio Negro" e "Frontana" são trigos superiores sob todos os pontos de vista. O trigo "Rio Negro" é do tipo tardio, ciclo vegetativo demorado, apropriado para o Sul do Brasil, Uruguai e Argentina, o trigo "Frontana", pelo contrário revela-se uma variedade cosmopolita adaptando-se às mais variadas zonas ecológicas.

O Dr. Gustavo Fischer competentíssimo agrônomo uruguaio provou suas perfeitas adaptações em plantações experimentais (1 em Minas: 1 em S. Catarina; 2 no Paraná; 2 em São Paulo; 3 no Uruguai; 3 no Chile; 5 na Argentina e 7 no Rio Grande do Sul).

Para panificação, o Rio Negro e o Frontana rivalizam com o Fronteira que, até hoje, é o trigo nacional do mais alto valor industrial.

Outro fato de grande importância: o peso hectolítico do Frontana é superior ao do Fronteira, alcançando 82 quilos, o que corresponde a um aumento de cerca de quatro cruzeiros por sacco, o que representa milhões de cruzeiros nos milhões de sacos produzidos.

O Rio Negro e o Frontana resistem à ferrugem amarela e melhor que qualquer outro, à parda e à preta. Uma valiosa qualidade do Frontana é de se distinguir por uma extraordinária resistência à prejuízos causados por passarinhos. Essa enorme vantagem se prende a uma firme construção da espiga, a qual é de debulhar algo difícil. Essa resistência, quase absoluta reveste-se de importância capital que afeta todas as variedades precedentes.

A maturação do Frontana, quando semeado em junho se registra em novembro. Assim, torna-se possível aproveitar a terra colhida por imediatas plantações de milho ou de feijão obtendo, dessa forma, duas colheitas no mesmo terreno em um ano.

Um adiantado agricultor de Bagé em 1945 colheu na mesma terra, dentro de um único ano: trinta e três sacos de trigo por hectare e depois trinta sacos de milho. Esses rendimentos de uma terra, sem adubação, no prazo de um ano só, é, realmente algo de grande valor.

Convém mais uma vez, insistir sobre esse fato importante: que essa insignificante colheita de dez quilos de grãos selecionados obtidos em terreno onde tinham sido semeados 120 quilos de trigo, foram a origem de uma das variedades que serviu de base primordial às pesquisas seletivas procedidas depois no Brasil durante 25 anos pelo Dr. IWAR BECKMAN em Bagé e no Uruguai pelo Dr. Alberto Boerger e será o caso de aplicar a estes cientistas as palavras já citadas, proferidas por Frederico o Grande, em favor de quem faz crescer duas espigas de trigo, onde antes, apenas crescia uma.

Esquema da Técnica de Planejamento

SEVERINO SOMBRA

(Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planejamento)

A) FASES DO PLANEJAMENTO:

- 1 — **Definição do Problema:**
 - a) Exame da situação
 - b) Designação dos objetivos.
- 2 — **Pesquisa:**
 - a) Esclarecimento do problema
 - b) Revisão dos objetivos.
- 3 — **Plano:**
 - a) Integração das conclusões da Pesquisa em um todo orgânico e correlato.
- 4 — **Programa:**
 - a) Ordenação na execução do Plano.
- 5 — **Aprovação:**
 - a) Apresentação do Plano e Programa à aprovação do órgão ou autoridade responsável (Congresso, no caso de planos nacionais).
- 6 — **Execução:**
 - a) Execução do Plano pelos órgãos executivos apropriados, de acordo com o Programa e as possíveis alterações introduzidas na Aprovação.
- 7 — **Aprovação:**
 - a) Reexame periódico do Plano e do Programa, particularmente importante no caso de longa duração, para adaptá-lo às possíveis mudanças na situação.

B) CARACTERÍSTICA DO PLANEJAMENTO:

- 1 — **Quanto ao Objetivo:**
 - a) Definição clara e precisa
 - b) Correspondência no meio ecológico e social
 - c) Aprovação inicial dos órgãos responsáveis.
- 2 — **Quanto à Pesquisa:**
 - a) Delimitação segura
 - b) Organização racional
 - c) Interpretação científica
 - d) Atualização periódica.
- 3 — **Quanto ao Plano:**
 - a) Concepção simples
 - b) Conjunto flexível
 - c) Dimensão proporcionada
 - d) Adoção de elementos padronizados
 - e) Reexame periódico.
- 4 — **Quanto ao Programa:**
 - a) Início oportuno
 - b) Ritmo correspondente às dimensões e aos meios
 - c) Conclusão completa.
- 5 — **Quanto à Execução:**
 - a) Direção escalonada
 - b) Administração capaz
 - c) Autonomia suficiente.

C — CONDIÇÕES DO PLANEJAMENTO:

- 1 — Aceitável politicamente
- 2 — Executável tecnicamente
- 3 — Viável economicamente.

D — LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO:

- 1 — Oportunidade
- 2 — Possibilidade técnica
- 3 — Possibilidade financeira.
- 4 — **Aceitação pela opinião pública, no caso de planos de interesse coletivo, a depender de:**
 - a) nível intelectual do meio
 - b) preparo da opinião
 - c) ação de oposições.
- 5 — **Organização política, a influir na adoção e execução do Plano, quando de interesse coletivo, em função de:**
 - a) sua forma
 - b) condições político-partidárias
 - c) posição do organismo planejador
 - d) funcionamento burocrático.

E — PRINCIPIOS DO PLANEJAMENTO:

- 1 — Princípio da previsão
- 2 — Princípio da finalidade social
- 3 — Princípio da subordinação política
- 4 — Princípio da seleção
- 5 — Princípio da adaptação
- 6 — Princípio da correlação e interdependência.
- 7 — Princípio da proporcionalidade
- 8 — Princípio da centralização e descentralização.
- 9 — Princípio da revisão
- 10 — Princípio da prioridade.

F — MODALIDADES DO PLANEJAMENTO:

- 1 — **Operacional:** planejamento de trabalhos a serem realizados.
- 2 — **Estrutural** planejamento de organizações a serem criadas.
- 3 — **Funcional:** planejamento de administrações a serem estabelecidas.

G — TIPOS DE PLANEJAMENTO:

- 1 — **Físico** — tendo por objetivos os recursos naturais, a paisagem, o meio físico e a localização geográfica.
- 2 — **Econômico** — tendo por objetivos a criação, o desenvolvimento, a organização, a coordenação e o controle de atividades econômicas.

- 3 — **Social** — tendo por objetivos a defesa e o melhoramento das condições de saúde e bem-estar social.
- 4 — **Cultural** — tendo por objetivos a alfabetização geral, facilidades educativas, desenvolvimento da pesquisa, estímulo às ciências e artes e cooperação internacional.
- 5 — **De área** — (local, urbano, municipal, estadual, regional), que combina os 4 tipos anteriores, com o objetivo do desenvolvimento das condições de vida na área em questão.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO

Conselho Diretor:

- Edmundo de Macedo Soares e Silva
- 2 — Anápio Gomes
- 3 — Fernando Lobo
- 4 — Valentim Bouças
- 5 — Rafael Xavier
- 6 — Luiz Dodsworth Martins
- 7 — Severino Sombra de Nascimento
- 8 — Joaquim Moreira de Souza
- 9 — Cristovão Leite de Castro
- 10 — Jorge Zarur
- 11 — Antônio Dias Macedo
- 12 — Bernardino de Matos

- 13 — Durval de Magalhães Coelho
- 14 — Carlos Alberto Nóbrega da Cunha
- 15 — Artus Hehl Neiva
- 16 — David Fernandes Lima
- 17 — Rômulo Cabral Sombra
- 20 — Benito Derizans
- 20 — Bento Derizans
- 21 — Gil Amora
- 22 — Aluizio Pinheiro Ferreira
- 23 — César Cantanhede
- 24 — Alvaro Porto Moitinho
- 25 — José Oliveira Reis
- 26 — Raul Bopp
- 27 — Mário Brandão
- 28 — Antônio Cunha Baima
- 29 — Benjamin Soares Cabello
- 30 — João Gilberto Ferreira de Souza

Comissão Executiva:

- 1 — Edmundo de Macedo Soares e Silva
- 2 — Anápio Gomes
- 3 — Valentim Bouças
- 4 — Rafael Xavier
- 5 — Severino Sombra de Albuquerque
- 6 — Joasum Moreira de Souza
- 7 — César Cantanhede

Diretor Executivo:

Severino Sombra de Albuquerque



Mãos

que espalham

SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2º and.
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

Relatório das atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, durante o ano de 1949

Prof. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Diretor do C. A.

O Clube Agrícola Miguel Calmon, registrado S. I. A., sob o número 1.098, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Belo", segundo o programa que se propôs realizar, trabalhou ativamente durante o ano de 1949.

Entre outras atividades, conseguiu o Clube Agrícola Miguel Calmon:

- a) manter uma horta com 50 canteiros nos quais foram plantados: alface, chicória, acelga, pimentão, repolho, couve, salsa, cenoura, nabo, rabanete, beterraba, etc.;
- b) manter um viveiro com as seguintes mudas de árvores frutíferas: cajueiros, mangueiras, fruta de conde, abricó, jaqueiras, sapotizeiros, ameixeiras, abacateiros, etc.;
- c) realizar competições esportivas entre os alunos, especialmente durante a semana comemorativa do aniversário da escola;
- d) manter um aviário com trinta e sete cabecas;
- e) promover solenidades cívicas nas datas nacionais;
- f) comemorar as datas do aniversário da Escola e da Sociedade Nacional de Agricultura;
- g) promover uma série de solenidades comemorativas do dia da árvore, inclusive o tradicional plantio de um árvore;
- h) ampliar a sua biblioteca;
- i) aumentar o seu estoque de ferramentas;
- j) promover uma série de palestras educativas sobre os mais variados assuntos;
- k) distribuir a outros Clubes Agrícolas, oito mil mudas de hortaliças;
- l) prestar assistência técnica a outros Clubes Agrícolas, inclusive orientar a criação do Clube Agrícola Conde de Agrolongo, na Penha;
- m) colaborar na realização da Segunda Semana do Hortelão;
- n) instituir prêmios para os melhores alunos da Escola, constando de livros e ferramentas hortícolas;
- o) manter o jornal "O Horticultor";
- p) colaborar com a direção da Escola em tudo quanto se fez necessária a sua atuação;
- q) reunir-se, mensalmente, em assembléia geral, para deliberar sobre o programa de suas atividades.

Releva salientar que, para o desenvolvimento de tão úteis e oportunas realizações, contou sempre o Clube Agrícola Miguel Calmon com a colaboração:

- a) do Diretor da Escola, Dr. Antônio de Arruda Câmara, que, sempre amigo do Clube, ajudou-o não só materialmente, como também, prestando-lhe assistência técnica e apoiando, estimulando e colaborando ativamente para que êle pudesse levar a bom termo o programa que se propôs realizar, inclusive chamando-o a colaborar com a di-

reção da Escola em tôdas as empreendimentos em que êe pudesse tomar parte;

- b) dos professores e assistentes da Escola, sempre prontos a ajudarem ao Clube Agrícola em tôdas as suas realizações, não só auxiliando-o materialmente, realizando palestras, orientando-o, etc.;
- c) do Diretor e funcionários do Serviço de Informação Agrícola, sempre dispostos a auxiliá-lo, quer fornecendo-lhe recursos de trabalho (adubos, ferramentas, inseticidas, sementes, etc.) quer prestando-lhe assistência técnica e apoio;
- d) do secretário da Escola, horticultor Agrícola Castello Borges que, sempre solícito, colaborou para que o "O Horticultor" pudesse ser publicado com regularidade;
- e) da Fundação Getúlio Vargas, que forneceu recursos materiais para a manutenção do jornal (estencil e tinta para o mimeógrafo).

Entre outras, promoveu o Clube Agrícola Miguel Calmon, as seguintes palestras, durante o ano de 1949:

- a) Problemas fundamentais da educação rural brasileira, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- b) Escolha de uma propriedade agrícola, pelo Eng. Agrônomo Arthur Natividade Seabra;
- c) A organização da Classe rural, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara;
- d) Higiene das habitações rurais, pelo Prof. J. M. Bartholo;
- e) O problema da saúde no Brasil, pelo Eng. agrônomo Jalmirez Guimarães Gomes;
- f) As atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- g) Importância da contabilidade nas propriedades rurais, pelo prof. Pedro Goulart da Silveira Filho;
- h) O papel do pau Brasil na nossa história, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- i) Alguns vultos da história do Brasil, pelo prof. Subael Magalhães da Silva;
- j) A figura de Tiradentes, pelo prof. Subael Magalhães da Silva;
- k) O significado do Dia da Árvore, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- l) A proteção à natureza, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- m) Importância dos Clubes Agrícolas Escolares, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- n) Objetivo dos Clubes Agrícolas, pelo prof. Roberval Cardoso.

Entre os concursos promovidos pelo Clube Agrícola em 1949, podemos destacar:

- a) Concurso sobre "a importância da árvore" promovida pelos professores Antonio de Arruda Câmara e Geraldo Goulart da Silveira;

- b) concursos sobre "o aniversário da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", promovido pela professora Julieta Capanema.

Por ocasião da realização da Segunda Semana do Hortelão, o Clube Agrícola "Miguel Calmon" teve a oportunidade de colaborar com a Escola em todos os setores de atividades, tendo sido honrado com a inclusão de seu presidente, aluno Antonio Albani, na Comissão de Bem Estar.

Durante a realização da Segunda Semana do Hortelão, teve o Clube Agrícola "Miguel Calmon" a oportunidade de homenagear o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, na pessoa do Dr. William Simão, chefe da Seção dos Clubes Agrícolas Escolares, que, especialmente convidado, presidiu a sessão solene do Clube que contou com a presença do Diretor da Escola, do Técnico de Educação Rural Dr. Roberval Cardoso, do Eng. Agrônomo Arthur Natividade Seabra, do prof. Pedro Goulart da Silveira Filho, do Eng. Agrônomo Amaury Silveira, do horticultor Agrícola Castello Borges e tantos outros amigos.

Entre outros prêmios distribuídos pelo Clube Agrícola "Miguel Calmon" podemos destacar:

- dez prêmios em dinheiro, instituídos com o auxílio do Diretor, dos professores e dos assistentes da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", distribuídos aos vencedores das competições esportivas;
- cinquenta prêmios em livros agrícolas distribuídos a todos os alunos no dia do aniversário da Escola;
- prêmio "Adriano Dantas" dado ao Semanista Diamantino Augusto Rodrigues, lavrador no Distrito Federal;
- prêmios "Ministro Daniel de Carvalho", "Prof. Arthur Torres Filho", "Dr. Mario Viana", distribuídos aos melhores alunos no dia da colação de grau da turma de 1949;
- prêmio "Prof. Antonio de Arruda Câmara" instituído pelos professores Geraldo Goulart da Silveira e Jalmirez Guimarães Gomes.

Durante o ano de 1949 foram publicados 9 números do jornal "O Horticultor" que é o documento informativo da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" e do Clube Agrícola "Miguel Calmon".

Na sessão solene presidida pelo Dr. William Simão, foi:

- organizado um mostruário dos troféus obtidos pelo Clube Agrícola;
- uma exposição de gêneros produzidos pelo Clube Agrícola.

Releva salientar que toda a produção do Clube Agrícola "Miguel Calmon, constante de aves, ovos e hortaliças é consumida pelos próprios alunos, não havendo, portanto, renda da produção.

Conforme se verifica, não foram poucas as atividades do Clube Agrícola "Miguel Calmon" durante o ano de 1949.

Oxalá, não nos falem jamais o estímulo, o apoio e a colaboração dos bons amigos que nos vêm ajudando, para que o Clube Agrícola "Miguel Calmon" possa levar avante o seu grandioso programa de trabalho.

O exemplo da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" é um estímulo para que o Clube Agrícola "Miguel Calmon", fiel à tradição da Escola, realize, sem alarde, uma grandiosa obra educativa.

CRIADORES

**Prefiram os produtos veterinários
RAUL LEITE. São todos de eficiência
comprovada e segurança absoluta.**



**VACINAS, TÔNICOS, VERMÍFUGOS.
PRODUTOS PARA TÔDAS AS
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS
ESPÉCIES ANIMAIS**



**Na febre Atosa — KUKROS E CO-
LOIDO-CÁLCIO.**

**Para banheiros carrapaticidas —
GAVIÃO.**

Nas bicheiras e bernas — CRESOS.

**Nas verminoses — FENOTIAZINA
— FENOLFTALEINA.**

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.



**Peçam folhetos e preços aos repre-
sentantes nos Estados ou aos**

**Laboratorios
Raul Leite S. A.**

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130



RIO DE JANEIRO

Relatório do Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo Sr. Iris Meinberg, relativo ao exercício de 1949

1. A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo congrega atualmente 97 associações rurais e cooperativas agrícolas, sediadas no interior do Estado paulista. Este número tende a crescer em qualidade e quantidade no corrente ano, em virtude da atuação eficiente e profícua daquela entidade em benefício dos produtores rurais.

2. Os próprios dirigentes da FARESP estão empenhados na elevação do número de filiadas, e estão certos de que conseguirão seu objetivo, em virtude do ambiente favorável que encontram entre os legítimos representantes das forças produtoras agrícolas.

3. Estes hoje mais esclarecidos e orientados do que ontem vêm no associativismo da sua classe o caminho certo não só para a defesa dos seus interesses e direitos como para a obtenção dos meios necessários à melhoria da sua produção e da sua economia individual e coletiva, através da assistência técnica e financeira.

4. O acervo de realizações e de serviços prestados pela Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo aos ruralistas paulistas é grande, especialmente se considerarmos sua pequena existência. A entidade que representa a pecuária e a lavoura paulista, foi fundada em 1946, estando completando agora seu quinto ano de idade.

5. O associativismo rural no Estado de São Paulo está alcançando neste momento um dos seus pontos altos, e por isto as suas possibilidades são grandes e animadoras, com reflexo direto na projeção que ganha a seu órgão, federativo no cenário econômico nacional.

6. Em janeiro do corrente ano, com a presença de representantes delegados das entidades filiadas, realizou-se a Assembleia Geral da Faresp para prestação de contas da diretoria e aprovação do relatório do Presidente, referentes ao exercício social do ano de 1949.

7. Por este relatório podemos ter uma ideia das atividades desenvolvidas por aquela entidade durante o ano de 1949 e do quanto ela realizou pelo agricultor.

8. O confronto dos relatórios da presidência, apresentado, religiosamente, todos os anos para conhecimento e debate por parte dos delegados das entidades filiadas, mostra que a atividade da FARESP tem crescido de ano para ano, em profundidade e em extensão.

9. Paralelamente à exposição dos principais acontecimentos, feita nos relatórios, nota-se a preocupação inteligente de aí ser imprimido o pensamento político-econômico da classe. Ele é, desta forma, a definição do pensamento e da orientação dos dirigentes da Faresp.

10. Esta franqueza de pensamento e de atitudes, característica dos responsáveis pela direção da

classe rural paulista lhes tem permitido consolidar a posição e o prestígio da FARESP entre os agricultores, outros órgãos de classe e entre as autoridades oficiais de âmbito estadual e federal.

11. É interessante lembrar que a Faresp formou-se pela congregação de elementos pecuaristas, razão natural que levou a entidade a estender inicialmente suas atividades em torno das reivindicações da pecuária do Brasil Central. Agora, entretanto, as forças da produção agrícola representadas na Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo exprimem o pensamento e as atividades dos diferentes setores da produção rural, desde o café e a carne até o chá e os cereais.

12. Cada um dos setores da produção agrícola não só possui os seus representantes na diretoria da Faresp, como contam com o seu Departamento Especializado, onde técnicos e assessores prestam colaboração na solução dos inúmeros problemas que diariamente afluem a entidade federativa pela voz das suas filiadas.

13. Nenhuma decisão ou atitude é tomada pela Faresp sem que os elementos do interior, isto é, as Associações Rurais e Cooperativas Agrícolas sejam ouvidas. Este é um princípio consagrado e respeitado pelas diretorias que se têm sucedido à frente dos destinos da FARESP.

14. O destaque de alguns itens do relatório da presidência mostrará com facilidade esta afirmativa. As atitudes e as reivindicações pleiteadas por aquele órgão de classe, as suas manifestações, revelam o pensamento do produtor rural, e em todos os setores da produção agrícola, sentimos sua atuação política, econômica, financeira e técnica.

15. Do relatório, queremos destacar, pela sua significação e pela sua importância, as reuniões realizadas no interior do Estado sob o patrocínio da FARESP para discussão e debate dos problemas ligados à agricultura e à pecuária, que mostram a preocupação existente, de serem sentidos de perto os anseios e as necessidades do lavrador e do pecuarista. Estas reuniões congregam sempre técnicos e autoridades oficiais, interessados também neste contacto direto com os problemas e dificuldades do agricultor, e, em levar-lhes o resultado de seus trabalhos de pesquisa e experimentação.

Estes técnicos e os elementos do fomento agrícola (agromônios regionais), procuram estar presente às reuniões realizadas no interior pela FARESP, buscando juntos uma cooperação, porque sabem ser esta a maneira mais eficiente e útil de trabalhar em benefício do reerguimento e da melhoria da produção agrícola do Estado, e portanto, da economia nacional. Entre estas reuniões e concentrações efetuadas no decurso do ano de 1949, citamos as de São João da Boa Vista, de Presidente Prudente, Cruzeiro, Vargem Grande do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, Pereiras, Capão Bonito, Tatui, Araraquara, Jundiá, e muitas outras.

16. Entre os movimentos e realizações da Faresp no ano de 1949, não podemos deixar de mencionar a sua atuação e o seu destaque junto à Conferência de Araxá, onde lhe coube representação eminente na Comissão Central do Conclave e nos debates e apresentação de sugestões nas Comissões Técnicas.

17. Vejamos algumas realizações da Faresp em benefício dos cafeicultores e da economia do café.

Lutou pelo desaparecimento do acervo fantasma do DNC., constantemente a ameaçar a estabilidade da situação estatística do produto e, em consequência, a política da livre oferta e procura. Manifestou-se pela necessidade de uma propaganda contínua junto aos mercados consumidores, para assegurar à rubiácea uma posição capaz de permitir a sua expansão e a sua estabilidade. O diretor do seu Departamento de Café foi enviado em viagem de estudos aos mercados consumidores da América do Norte e do velho continente Europeu, afim de obter informações pessoais sobre a situação dos mercados para conhecimento dos órgãos de classe e dos produtores. Por outro lado, a presença do representante dos cafeicultores paulistas nos mercados consumidores, permitiu que fossem levados esclarecimentos sobre a real situação de nossa lavoura e mercado cafeeiro.

18. A Faresp teve especial atuação no movimento efetuado pelas entidades de classe para obtenção do financiamento do café por três safras, elaborando para tanto um anteprojeto de lei, que foi enviado ao Congresso Nacional, batendo-se pela necessidade deste financiamento ser estabelecido em caráter permanente.

19. Paralelamente ao financiamento das entressafras, foi pleiteada a elevação das bases do financiamento do produto, tendo-se em vista os novos preços a que foi o mesmo conduzido, obtendo-se desta forma, um reajustamento de preços em benefício não só do produtor como da economia nacional.

20. Quanto ao setor de pecuária de corte a atuação da Faresp não deixou de ser menos eficiente. O princípio de estímulo e justa recompensa aos esforços do criador como elemento básico na solução de nossos problemas de produção de carne continuou a constituir tese principal das reivindicações pleiteadas pela Faresp durante o ano de 1949.

21. Existindo um desajuste entre o preço da carne pago pelo consumidor e o custo de produção do bezerro, necessário se fazia um reajustamento do preço. Respeitando os sagrados e legítimos interesses do produtor, iniciou em fins de 1948 a Faresp, uma representação junto ao Governo Federal, para pleitear medidas necessárias ao seu objetivo.

22. Em fevereiro de 1949, após um trabalho intenso de justificação perante as esferas federais, alcançaram os pecuaristas uma solução satisfatória para o prosseguimento de suas atividades, obtendo do governo da União a portaria 135, que elevou o preço da carne no tendal.

23. Possuindo inúmeras filiadas diretamente interessadas no problema da produção do leite, não poderia deixar a Faresp de dedicar uma atenção especial a todos os aspectos da atividade leiteira no Estado. As entidades do Vale do Paraíba, filiadas à Faresp, representam uma grande e considerável parcela de fornecedores de leite para a Capital paulista e para o Distrito Federal.

24. Tendo como base as conclusões da Concentração de Guaratinguetá, onde milhares de produtores de leite se reuniram para debater a situação de suas atividades, a FARESP elaborou um memorial a ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, onde foi exposta em detalhes, a dificuldade da produção leiteira do Estado, em virtude dos preços pagos ao produtor de leite.

25. O justo resultado alcançado pela Federação das Associações Rurais, através da campanha do leite, deu-lhe ocasião para crescer o seu prestígio entre a numerosa classe dos produtores de leite, tornando definitivamente para as suas fileiras os seus expressivos representantes e líderes.

26. Paralelamente ao aumento de preço do leite pleiteado pela FARESP, traçou a entidade em colaboração com os técnicos oficiais e associações rurais, um plano de melhoria da produção de leite. O aumento do preço atendia a uma situação temporária. Era necessário traçar as linhas de uma conduta para o futuro, em definitivo, que assegurasse a melhoria e o barateamento do produto em benefícios agora, não só do produtor como do consumidor. Higienização do produto, transporte melhor, assistência técnica e financeira, melhores reprodutores e vacas, maior rendimento, e outras medidas necessárias à melhoria do leite.

27. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 2º, letra "I", dos seus Estatutos Sociais, a Faresp deu prosseguimento ao seu programa de assistência econômica às suas filiadas e associados, importando e distribuindo mercadorias (arame, tratadores, jipes, adubos, etc.), por preço e condições especiais.

28. Esta programação por parte da FARESP, tem permitido ao agricultor, obter com grande vantagem os elementos tão escassos de que necessitam, para melhorar e baratear a sua produção.

29. Visando tornar uma realidade para o meio rural as vantagens dos Serviços Sociais e as normas trabalhistas de nossa Consolidação, os dirigentes da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, têm debatido continuamente o assunto, procurando evitar o êxodo da mão de obra rural para os centros urbanos, onde existem vantagens e regalias que o trabalhador rural não possui. É preciso criar melhores condições de vida para o trabalhador rural e sua família, afim de que possamos, não só retê-los ao campo, como contarmos com uma mão de obra valorizada e eficiente.

30. Durante os trabalhos da Conferência de Araxá, os delegados da Faresp, apresentaram e defenderam, intransigentemente, a necessidade da criação dos **Serviços Sociais Rurais**.

31. Os projetos de lei, criando o Serviço Social da Lavoura, apresentado ao Congresso Nacional, mereceu minucioso estudo por parte da diretoria da Faresp, tendo esta, em princípios do ano de 1949, organizado um Departamento Social Rural, congregando elementos interessados no assunto. Postos de Assistência estão sendo fundados nas zonas rurais, onde a entidade conta com o auxílio das suas filiadas.

32. O relatório do presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, sr. Iris Meinberg, aborda ainda, com critério e orientação, outros setores da produção agrícola, outros problemas rurais de ordem técnica, social, econômica e financeira, que em outro número analisaremos.

PROVEITOSO O AMPARO DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL À LAVOURA CANAVIEIRA

Atuação das Estações Experimentais de Cana — Desenvolvimento das Associações de Classe dos Fornecedores — Financiamentos para a defesa das lavouras — Aumenta o volume das canas entregues pelos fornecedores.

Empenhado em elevar os níveis da produção canavieira no País, tem o Instituto do Açúcar e do Alcool realizado um esforço continuado, no sentido de melhorar as condições da lavoura de cana nas diversas regiões produtoras. Assim em 1949, animada pelos excelentes resultados colhidos através da atuação das Estações Experimentais de Campos e Curado, procurou a antarguia açucareira apressar a fundação de outras do mesmo tipo nos demais Estados canavieiros.

Nos termos dos acôrdos assinados com os Governos de Minas Gerais e da Bahia, foram criadas as Estações Experimentais desses dois Estados. O Instituto do Açúcar e do Alcool contribui com 150 mil cruzeiros anualmente para a manutenção de cada estabelecimento, além de haver doado 200 mil cruzeiros para as despesas iniciais da respectiva instalação. Também com o Governo de Minas Gerais foram ultimados entendimentos para a instalação de um Campo de Mudas, em Visconde do Rio Branco, no centro da principal zona canavieira estadual e onde se tem feito sentir bastante a falta de canas-planta, tão necessárias à expansão das lavouras.

Ainda em 1949 renovou o Instituto do Açúcar e do Alcool o acôrdo assinado, em 1944, com os Governos da União e do Estado de Pernambuco, a Cooperativa dos Usineiros e o órgão de classe dos fornecedores de cana, visando ampliar os trabalhos de investigação agrônômica e de assistência à lavoura canavieira. Um acôrdo da mesma natureza foi assinado com o Governo do Estado de São Paulo e a Associação dos Usineiros desse Estado, tendo como objetivo dar maior amplitude aos trabalhos de assistência à lavoura canavieira paulista a cargo da Estação Experimental de Cana de Piracicaba.

A instalação das Estações Experimentais de Cana dos Estados de Alagoas e de

Sergipe será completada tão pronto os respectivos governos adotem as providências necessárias, uma vez que a parte que cabe ao Instituto do Açúcar e do Alcool se acha devidamente preenchida.

Para melhor compreender a significação dessas Estações Experimentais no quadro da lavoura canavieira, é oportuno transcrever alguns dados relativos às de Curado e de Campos. A primeira dispõe de Secções de Química, Genética, Biologia, Entomologia e Agricultura. Foram por elas fornecidas, em 1848, cerca de 800 mil quilos de sementes e 28 rebolos. Para moagem a Estação entregou mais de quatro milhões de quilos de canas de diversas variedades, cultivadas e selecionadas nos campos próprios do estabelecimento. A área dedicada à cultura da cana nos campos da estação foi aumentada de cerca de 1.330 metros quadrados. E' preciso ter presente, no entanto, que a assistência da Estação Experimental de Cana de Curado à economia pernambucana não se limita à prestação de serviços materiais, de natureza técnica propriamente dita, mas, sobretudo, cuida de assegurar constante orientação científica às fábricas e às lavouras, prestada com permanente dedicação pelos técnicos do seu quadro.

Não menores são os efeitos da cooperação da Estação Experimental de Cana de Campos. Basta afirmar que tôdas as variedades de cana cultivadas em Campos foram fornecidas pela Estação ou por ela importadas do estrangeiro. Realizou essa Estação um esforço dos mais apreciáveis, no sentido de enfrentar as pragas da "cigarinha", da "podridão vermelha" e do "mosaico", sendo que em relação à última o trabalho empreendido foi para lograr a substituição geral da Coimbatore 290 variedade atacada, a fim de evitar a propagação do mal que via de regra se verifica de surpresa.

MOINHO FLUMINENSE S. A.

SUINOVITA

INDÚSTRIA BRANCOULTURA

RAÇÕES PENSADAS

SUINOVITA

Nº 1

PARA CRESCIMENTO

ELEMENTOS COMPONENTES

Farelinho Remoído
Fubá de Milho
Farelo de soja
" de amendoim
Farinha de osso
" de carne
Melasso
Sais de "Pratts"
Sal fino
Delsterol

ANALISE GARANTIDA

Proteína (min.) 22%
Gordura (») 4%
Fibra (max.) 7%

Nº 2

PARA ENGORDA

ELEMENTOS COMPONENTES

Farelinho Remoído
Fubá de Milho
Farelo de soja
" de amendoim
Farinha de osso
" de carne
Melasso
Sais de "Pratts"
Sal fino
Delsterol

ANALISE GARANTIDA

Proteína (min.) 15%
Gordura (») 3,5%
Fibra (max.) 6%
Carb. hidr. (min.) 50%

Saco de 45 k - Cr\$ 63,00

Saco de 45 k - Cr\$ 56,00

MOINHO FLUMINENSE S. A.
RUA URUGUAIANA, 118 — TELEFONE: 23-1820
RIO DE JANEIRO

Afora essa valiosa contribuição à lavoura canavieira, prestada por intermédio das Estações Experimentais, tomou o I. A. A., em 1949, numerosas outras providências destinadas a ajudar os lavradores no seu empenho de defender e fomentar a produção canavieira. Assim contribuiu a autarquia açucareira com 250 mil cruzeiros para o combate à praga do "carvão", verificada em São Paulo; entregou 80 mil cruzeiros à Secretaria da Agricultura do Estado do Rio, para custear a experiência com novos insecticidas destinados ao combate à cigarrinha das raízes; auxiliou a viagem de estudo e especialização de agrônomos a Cuba e aos Estados Unidos; instituiu um prêmio de 200 mil cruzeiros para quem conseguir a eliminação, de forma radical, da "cigarrinha"; finalmente emprestou cêrca de 2.800.000 cruzeiros aos fornecedores de cana de Pernambuco para financiamento de adubos.

Um esforço muito apreciável do Instituto do Açúcar e do Alcool é o relativo ao amparo às associações de classe de fornecedores de cana. Em 1949 foram criadas mais 6 cooperativas, nas diversas regiões canavieiras, elevando para 21 o número das existentes. Algumas dessas novas entidades receberam, em 1949, empréstimos para financiamento das lavouras, no valor de 3.766 mil cruzeiros e outras tinham em tramitação, empréstimos no valor de quatro milhões de cruzeiros. Ao terminar o ano de 1949, a dívida dos fornecedores e baguezeiros para com a autarquia açucareira subia a mais de 34 milhões de cruzeiros destinados ao financiamento da entressafra das cooperativas.

Estes alguns dos principais auxílios prestados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool aos lavradores de cana do Brasil. Outros ainda poderiam ser arrolados, destacando-se, desde logo, a permanente defesa dos interesses dos fornecedores feita pela autarquia açucareira nos termos das leis vigentes. Na realidade, o Estatuto da Lavoura Canavieira e a legislação complementar tem assegurado aos fornecedores condições particularmente favoráveis para a sua prosperidade. Basta dizer que os fornecedores, que na safra 1941/42 entregaram às usinas 4.106.720 toneladas de canas, na safra 1947/48 entregaram 6.408.355 ou seja um aumento de 56,04%, num período de notórias dificuldades para a lavoura brasileira nos demais setores de trabalho.

NECESSIDADE DE UMA NOVA POLITICA COMERCIAL

"Uma grande questão a ser empreendida pelo Conselho Nacional de Economia", segundo a opinião do Sr. Artur Torres Filho — Revisão dos acordos com diversos países

A propósito do próximo funcionamento do Conselho Nacional de Economia, ouvimos o Sr. Artur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e ex-reitor da Universidade Rural. Abordando o assunto sobre o aspecto da política comercial, o conhecido economista assim se manifestou:

— Sempre fomos adeptos de um regime de reciprocidade nas relações internacionais, principalmente depois que a luta econômica externa se tornou acirrada, com restrições comerciais crescentes, lançando mão certo número de nações de um regime violento de restrições de importações, com desvalorização de moedas, licenças prévias etc. Como consequência dessa situação, sofre a balança comercial do Brasil profundas transformações, advertindo-nos da necessidade imperiosa que temos de adotar uma política comercial atenta às graves contingências do momento internacional. Procuramos nos conservar fiéis aos princípios da política comercial seguida tradicionalmente pelo Brasil.

TAREFA DO C. N. E.

E continuou:

— Precisaremos nos aproximar dos países com os quais temos menores incompatibilidades econômicas.

— Talvez fosse melhor rever os nossos acordos comerciais com todos os países e de maneira e adaptar o comércio exterior às exigências peculiares de nossa economia. Seria uma grande questão a ser empreendida pelo futuro Conselho

Nacional de Economia. Não nos devemos vincular à doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidades de nosso país e ter um plano nas relações comerciais.

Certamente, dentro do pensamento exposto, ficaram fixadas as normas da nossa "política comercial", a ser traçada dentro do mais alto senso realístico do momento internacional.

NOVOS RUMOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

— Já as próprias contingências a pouco e pouco nos vão forçando a sair do princípio da "cláusula imutável de nação mais favorecida em caráter ilimitado". De há muito o ritmo normal do comércio internacional foi perturbado, como consequência da Grande Guerra, como todo o seu cortejo de perturbações para a vida das nações.

Já agora, diante da realidade que aí está, e sem que possamos apreciar toda a extensão dos males que nos possam advir, é que nos cumprirá traçar rumos novos para a economia brasileira não só dentro das nossas fronteiras com um grande mercado consumidor como no plano internacional, onde se fecham os mercados para os nossos produtos exportáveis. Se assim é, as providências que tenhamos de adotar deverão ser tomadas em conjunto, tanto de amparo e fortalecimento do mercado interno, como de defesa do intercâmbio internacional. Não compreendo mesmo como possam ser separados, parecendo-me, pois, conveniente adotar medidas dentro de um plano de conjunto. Essa será a grande obra da alçada do Conselho Nacional de Economia, concluiu o Sr. A. Torres Filho.

(O Globo, 23-2-50)

Refinaril

FARELO COM
28%
DE PROTEINA

O
**Amigo
da Criação!**



BENEFÍCIOS DO USO DO SAL NA ALIMENTAÇÃO DO GADO

- 1 — O sal é indispensável a todo animal que se nutre de vegetais. Conserva-lhes a saúde e aumenta-lhes a resistência orgânica.
- 2 — Quanto mais pobre seja a pastagem em substâncias nutritivas, tanto maior a necessidade da ração de sal.
- 3 — O sal contribui, grandemente, para o aumento do peso do gado, fazendo crescer, conseqüentemente, o seu valor nos mercados consumidores.
- 4 — O sal na alimentação do gado faz com que as fêmeas se tornem férteis e as crias mais robustas, impedindo nestas as perniciosas alterações do paladar.
- 5 — O sal torna a digestão mais fácil e aumenta a assimilação das substâncias nutritivas contidas nos alimentos.
- 6 — Além de ser ótimo estimulante da nutrição, o hábito da ração de sal, torna dóceis os animais, facilitando ao criador inspecioná-los e acompanhá-los os movimentos.



CONSULTAS e INFORMAÇÕES

Engenheiro Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Consultor Técnico de "A LAVOURA"

Sombreamento dos cafeais.

Respondendo ao nosso consócio F. J., do Estado do Rio, tenho a informar que, segundo o Dr. Rogério Camargo, a melhor árvore de sombra para o cafeeiro é o ingazeiro. Sobre o assunto o consulente encontrará um folheto na coleção "Vamos para o Campo", editada por "Chácaras e Quintais".

Pó bordalez.

Esclarecendo à Sra. V. S. S., do Distrito Federal, tenho a informar que, realmente, o pó bordalez que se encontra no comércio, serve para preparar a calda bordaleza. A consulente deve empregar o pó bordalez sob a forma de calda, na concentração de 1%, isto é, 10 gramas do pó bordalez para 1 litro de água.

Resinose do abacaxieiro.

Pelo que o consulente, Sr. M. C., do Estado do Rio, informa, os abacaxieiros estão atacados pela lagarta da borboleta Thecia basilides, que causa o que se denomina "resinose do abacaxieiro". O processo de combate que o consulente vem empregando, isto é, o emprego do B.H.C. é, realmente, muito recomendável.

Solo para o amendoim.

Esclarecendo ao Sr. J. B. A., nosso consócio do Estado do Espírito Santo, tenho a informar que os melhores solos para a cultura do amendoim são os terrenos soltos e leves, bastante permeáveis e de boa fertilidade. O plantio em terrenos argilosos, mesmo que tenham eles sido convenientemente preparados, isto é, bem revolvidos e destorroados, não é conveniente pelas dificuldades da colheita em tais terrenos.

Propagação da bananeira.

Esclarecendo ao Sr. D. A. R., do Distrito Federal, tenho a informar que as melhores mudas para o plantio de bananeiras são os filhotes que não apresentam as folhas abertas e que tenham de 0,80 a 0,50 m. de altura. Igualmente, os fragmentos do rizoma (batatas, como se diz vulgarmente), desde que tenham boas gemas, prestam-se muito bem para o plantio.

Crotons.

Esclarecendo ao Sr. J. S. C., do Estado da Bahia, tenho a informar:

- realmente, os crotons, são muito ornamentais;
- os crotons vegetam bem em qualquer tipo de solo;
- a propagação pode ser feita por meio de estacas providas de boas gemas;
- o outono é uma boa época para o plantio das estacas.

Cursos em colaboração com a F. G. V.

Estão em funcionamento (dezembro de 1949), os seguintes Cursos Práticos mantidos na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", pela Fundação Getúlio Vargas":

a) — Curso Prático de Floricultura, ministrado pelo Prof. Antonio de Arruda Camara e pelo Assist. Severino Gonçalves Camara;

b) — Curso Prático de Enxertia, ministrado pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira e pelo Assist. Agrícola Castello Borges;

c) — Curso Prático de Botânica Agrícola, a cargo do Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

d) — Curso Prático de Economia e Administração Rural, a cargo do Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

A SALGA DOS QUEIJOS

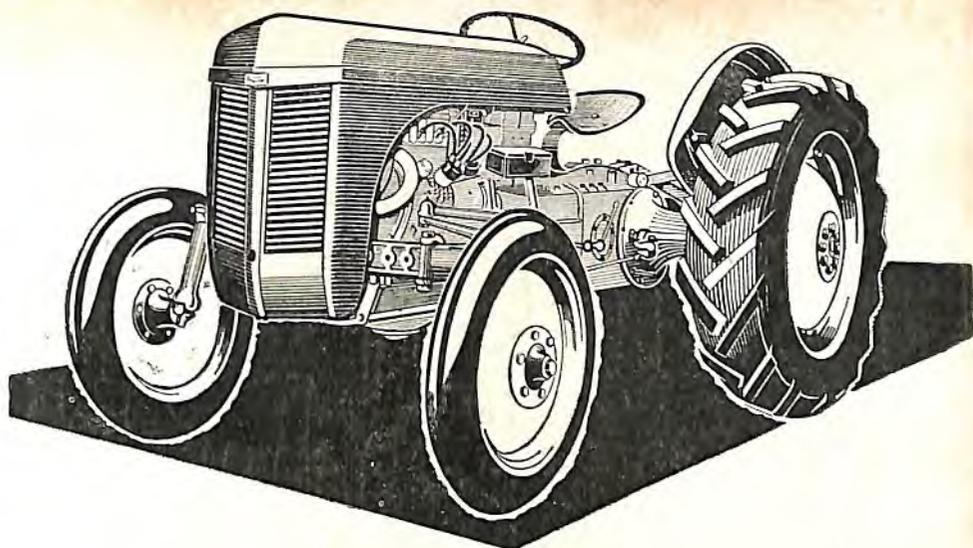
J. PINTO LIMA

Na fabricação de queijos, a salga é uma das operações obrigatórias, devendo merecer a mais cuidadosa atenção do fabricante. Em certos casos, como frequentemente ocorre em relação ao "queijo Minas", costuma-se adicionar sal ao leite, antes mesmo da junção do coalho, em quantidade variável de 300 a 500 gramas, por 100 litros. Esta prática, chamada de "salga no leite", pode ser aplicada a qualquer queijo, sempre que não inspire confiança a qualidade do leite usado no seu fabrico. Na verdade, justifica-se esta providência, pois a "salga no leite" diminui sensivelmente as fermentações anormais, evitando o estufamento precoce dos queijos. Como, porém, o sal pode conter sujidades, que passariam ao leite, é preciso empregar somente sal refinado, esterilizado ou em solução previamente fervida. Deve-se evitar por igual uma salga excessiva, que prejudicaria a coagulação.

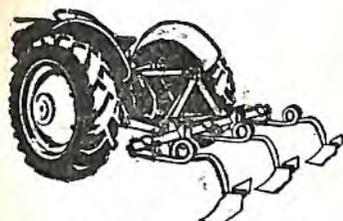
É claro que, quando já se adicionou sal ao leite, deverá ser menos intensa a salga dos queijos, operação que se segue à prensagem, o que vai completar o desdôro, concorrendo também para a formação da crosta. Além disso, a salga melhora o sabor do queijo e aumenta o seu prazo de conservação, contribuindo de certo modo para evitar o desenvolvimento de micróbios indesejáveis.

Conforme o tipo de queijo em fabricação, emprega-se a salga a seco, em salmoura ou mista (os dois primeiros tipos de salga combinados). Trataremos apenas da salga a seco, empregada para o queijo Minas, a Ricota, os tipos Roquefort, Limburgo, etc. Consiste o processo em esfregar-se sal refinado na superfície do queijo, depois de prensado. Não usar sal grosso nem fino, mas sim o mediantemente moído, bem seco. Decorridas 24 horas, virar os queijos e esfregar sal novamente, em toda a superfície, repetindo-se a operação até completar dois a três dias, para o queijo Minas; quatro a cinco dias para o tipo Roquefort; três dias para o Limburgo.

Os queijos em salga devem ser colocados sobre mesas de madeira ou revestidas de azulejos, e que proporcionem perfeito escoamento de sôro. É de boa técnica, para os queijos de massa pouco consistente, deixá-los nas fôrmas ou, então, envoltos em panos, a fim de evitar deformações.



AGRO-TRATORES



BARRA DE TRACÇÃO

FERGUSON

e implementos



GRADE DE DISCOS

Desfrute de todos os benefícios e proveitos que a Agricultura Mecanizada lhe oferece. Os Agro-Tratores Ferguson e seus implementos – únicos e exclusivos – representam o que de mais moderno e aperfeiçoado se pode exigir.

Distribuidores exclusivos para o Brasil:

VARAM MOTORES S.A.

São Paulo - Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1099 - Fone: 6-4078

Rio de Janeiro - Rua Frei Caneca, 164 - Fone: 32-3838





produtos



veterinários



PINHEIROS

CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO